COPEL. A Transição nas prisões espanholas Págs. 10 e 11 · **Panegírico a José Afonso. 2ª Parte** Págs. 28 a 30 · **Lembrar Thoreau** Pág. 38

mapa: Jornal de Informação Crítica

Aceitamos Bitcoins

ASSINA O JORNAL MAPA

descobre como em assinaturas.jornalmapa.pt

NÚMERO 16
ABRIL-JUNHO 2017
TRIMESTRAL / ANO IV
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

UMA CONVERSA COM JOSÉ CARLOS MARQUES

REVIVER É PRECISO

págs. 16 a 23

"No dia 15 de Março de 1976, o povo de Ferrel, perto de Peniche, marchou sobre o local onde decorriam trabalhos preparatórios para a então projectada central nuclear". Quem o recorda é José Carlos Marques, figura pioneira e incontornável do movimento ecologista português, a partir de um Porto em acelerada transformação e no momento em que estão em cima da mesa os perigos da central nucelar de Almaraz. O ecologista deixa-nos ainda um olhar sobre o percurso de uma vida inserida nas lutas "ambientalistas", tentando perceber o que foram, o que são e o que podem vir a ser.

QUE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA?

págs. 12 a 15

Novos modelos e experiências de produção energética têm apostado em energias renováveis e sistemas descentralizados. Contudo, o atual modelo centrado em combustíveis fósseis e gigantes infraestruturas, parece não dar tréguas.

O feminismo constrói-se todos os dias

págs. 6 a 8

A Greve Global das Mulheres chegou também a Portugal no passado 8 de Março, resultado de um esforço conjunto de coletivos e grupos feministas.

A *Clickónomia* na rede

págs. 3 a 5

Por cada click em motores de busca, post nas redes sociais ou comentário em sites, há uma empresa a extrair lucro da nossa atividade online. A Internet parece substituir a fábrica com uma pequena diferença: o nosso trabalho online é gratuito e voluntário.

Argemela é nossa e há de ser

Aldeia de Barco junta-se para travar mina a céu aberto.

NÁDIA BRITO, MOVIMENTO SERRA DA ARGEMELA É NOSSA

Fica a 15 km do Fundão e foi outrora palco da resistência das tribos celtiberas aos invasores romanos. Hoje, a Serra da Argemela é palco de uma vibrante luta popular face à ameaça dum novo projecto mineiro.

O alerta foi dado no início deste ano, depois de a empresa PANNN, com sede em Aljustrel, ter pedido ao governo uma concessão de exploração - as floresta e zonas de cultivo para agricultura de subsistência, repletas de lendas e vestígios ancestrais, poderão dar lugar a 400 hectares de extracção de lítio e outros minerais a céu aberto. Um contrato de prospecção estava em vigor já desde 2011. "Tudo feito pela calada da noite. O povo não é tido nem achado", acusam os habitantes. "São 400 campos de futebol. É absolutamente inimaginável. Não aceito que os meus netos amanhã queiram vir para cá, voltar para a aldeia dos seus avós e bisavós e encontrem uma paisagem lunar".

Barco, uma bucólica aldeia no sopé da serra, habituou-se nos últimos meses às acções de protesto. No início de março gritou-se ao som dos bombos: "Argemela é nossa e há de ser!". A 19 de março, a afluência e solidariedade desde as aldeias vizinhas surpreendeu os próprios organizadores: mais de trezentas pessoas juntaram-se para caminhar 10 km entre a aldeia e o emblemático Castro da Argemela, que remonta ao final da idade do bronze .

"Toda a vida tivemos estas árvores e agora querem substituí-las por aquilo. Os químicos usados nas lavagens de minério rapidamente podem infiltrar-se nos cursos de água. O que vai acontecer aos rios, aos poços e à agricultura?", pergunta Maria Galvão, que ali nasceu há 70 anos. Entre a serra e a aldeia passa o Rio Zêzere, que desagua no Tejo (o nome da aldeia vem de este ter sido um tradicional ponto de travessia). O projecto mineiro surge após o rio ter sido praticamente despoluído e varias espécies selvagens reintroduzidas na serra.

"Existem valores mais altos do que o lucro de uma empresa. Não quero que os meus filhos sejam privados da majestosa paisagem, do ar puro que respiram e da saúde que vem da terra e que se tornará em doença caso se dê início à extracção mineira", escreve Alexandre Carneiro, outro morador da região. "Todos os dias olho com tristeza e vergonha para aquilo que já destruíram desta bela Serra".

Anteriores explorações de minério deixaram feridas abertas na montanha e causaram ao castro danos irreparáveis. Agora, os barquenses garantem que usarão todos os meios até travar este projecto e apelam à solidariedade de todas e de todos.

A junta de freguesia e as câmaras da Covilhã e do Fundão garantiram estar ao lado da população. Uma petição circula em linha (https://goo.gl/cLWZx4) e conta à data com duas mil assinaturas. A próxima ocasião para amplificar a luta será já a 29 de abril, no âmbito do Festival Fornos da Argemela (FB: Festival Fornos da Argemela), em que a aldeia de Barco divulga o seu património gastronómico e cultural e atrai centenas de visitantes.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO

Acompanha no facebook: **Movimento Serra da Argemela é Nossa**

PORQUE SE HOJE FUI EU AMANHÃ PODERÁS SER TU!
Quando assistes a um episódio de violência policial podes:
Intervir
STOP
Perguntar de que são suspeitas as pessoas que estão a ser detidas/revistadas, sempre tendo em conta a própriasegurança
Questionar
?
Apontar os números de identificação dos polícias, matrículas dos carros, nomes completos das vítimas, de que são acusadas e nomes de testemunhas
Primeiros socorros
Assegurar primeiros socorros basicos ás vitimas
Abrigo
Providenciar abrigo às pessoas que estejam a fugir de uma carga policial
Filmar
Fazer upload instantâneo das gravações, para que estas não possam ser apreendidas, através do facebook live ou do bamboozer
Fotografar
Ter sempre em conta a segurança pessoal quando se está a recolher imagens ou vídeo
Captar som
Legalmente, não se podem impedir os cidadãos de recolherem imagens quando se trata de uma acção policial pública, feita por agentes do Estado no exercício das suas funções
Queixa
Apresentar queixa no Ministério Público do tribunal da área onde tenha acontecido a agressão, incluindo todos os dados recolhidos. Não ir à esquadra.
Solidárixs e juntxs, somos mais fortes!
«Só resiste quem toma consciência de si mesmo, do seu lugar no mundo, do seu desejo de liberdade e de vida; só resiste quem tem a profunda consciência da sociedade que, sem resistência, o poder político irá ordenar e, finalmente, construir; sim, motivamo-nos à resistência quando as condições de vida, que o poder político nos impõe, tornam a existência insuportável, a realidade inadmissível. Pois não há nobreza na submissão!»
Manual de Resistência Civil

Violência Policial no Bairro do Pendão

"Eles sempre que vêm cá é sempre a mesma coisa". "Eles não olham onde te vão dar". "Na esquadra... deram-me socos e pontapés.., diziam que era um preto desgraçado". Foi no dia 15 de Março no bairro social do Pendão, Queluz. Fomos ouvir a versão dos moradores do bairro que testemunham ter sido, mais uma vez, vítimas de violência policial. Para escutar no site e na plataforma soundcloud do jornal MAPA.

Cartaz que surge na sequência de ínumeros episódios de violência policial nas periferias, feito por vítimas, testemunhas e pessoas solidárias

Ponho-me à frente das máquinas!

Feldspatos em Monchique

A exploração de feldspatos em minas a céu aberto **é um projeto antigo ao qual a população** de Monchique trava há vários anos uma forte oposição. Rui André, que preside a autarquia, promete ir até às últimas consequências, declarando à comunicação social, que «se for preciso, ponho-me à frente das máquinas!».

As declarações de março passado surgem na sequência de vários episódios. Em outubro de 2015 e fevereiro de 2016 a empresa Sifucel – Sílicas SA, procedeu em Carapitotas (Picota) à remoção não autorizada das rochas que contêm o feldspato usado na indústria do vidro e cerâmica. Os trabalhos foram embargados, mas não há ainda qualquer desfecho do processo de contraordenação. Já este ano, a 23 de fevereiro, surge um novo pedido de prospeção e pesquisa deste mineral na zona da Corte Grande, desta feita pela Felmica, do Grupo Mota, sediada em Mangualde, aumentando para 15 hectares o anterior pedido feito em 2010 à Direção Geral de Energia e Geologia. Em suspenso está ainda a concessão à Sifucel, do grupo Parapedra de Rio Maior, de uma mina na zona da Corte Pequena. Nestas áreas, apesar de situadas em Rede Natura, Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, estão em causa danos ambientais, na fauna e flora, às crateras na paisagem ou à contaminação das águas.

O coro de protestos, repetido por várias forças políticas desde o PSD ao PCP, **é** uma frente de batalha desde 2010 da associação ambiental A Nossa Terra, que acentua essencialmente o risco sobre as águas subterrâneas que abastecem os lugares e povoações de Monchique e a ameaça sobre o ecossistema natural e social local. A insistente intenção da exploração do feldspato continuará a contar com a sua oposição. Uma oposição sólida como as pedras da serra de Monchique. **FILIPE NUNES**

#freegabriele, *right now!*

O activista italiano Gabriele Del Grande, jornalista free lancer e escritor, encontra-se preso na Turquia desde o dia 9 de Abril.

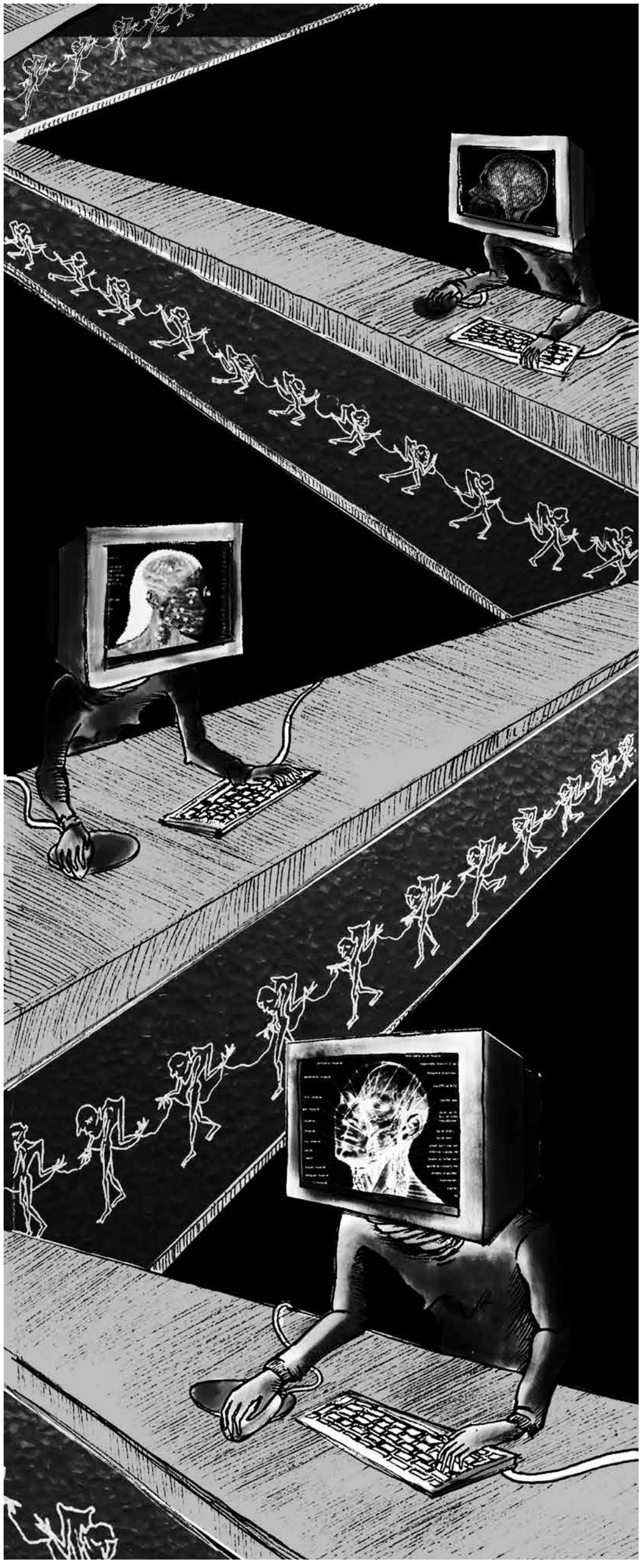
O Gabriele é autor do blogue Fortress Europe (http://fortresseurope.blogspot.pt/), autor de dois livros sobre migrações na Europa, e o seu trabalho como jornalista social incide, sobretudo, sobre os temas das fronteiras e do direito dos migrantes no Mediterrâneo.

Esteve duas vezes em Lisboa, a primeira para um seminário no Instituto de Ciências Sociais e a segunda para apresentar o seu filme, 'Eu estou com a noiva', em Setembro de 2016, no Museu do Aljube.

Encontrava-se na Turquia para recolher as histórias dos refugiados da guerra na Síria quando, apesar das autorizações regulares, foi arrestado na região de fronteira de Hatay no dia 9 de Abril e detido no centro para identificação e expulsão de estrangeiros da mesma cidade. Conseguiu enviar uma mensagem pelo telefone de outra pessoa no dia 10 para informar a família. Depois de oito dias de silêncio, foi-lhe permitido ligar para casa no dia 18 de Abril, sob a vigilância de quatro agentes dos serviços de segurança. Informou que o seu telefone e os seus bens materiais foram sequestrados e que foi interrogado várias vezes, sem que lhe fosse permitido encontrar um advogado e sem que nenhuma acusação formal fosse avançada contra ele.

A partir da noite de 18 de Abril, começou uma greve da fome para solicitar o respeito dos seus direitos e o acesso a um advogado.

Várias mobilizações estão a ser organizadas em numerosas cidades para pressionar o governo de Ankara para a sua libertação, precisamente neste momento pós-referendo, em que ganhou a posição que legitima os poderes autoritários de Erdogan, o presidente Turco. Nos dia que antecederam o referendo houve vários actos repressivos, a somar às purgas pós golpe de 2016, que já levaram à detenção, suspensão e despedimentos de mais de 100.000 pessoas. **FRANCESCO VACCHIANO**



BEATRIZ BAGULHO

Trabalho para a Google e nunca fui a uma entrevista de emprego

SANDRA FAUSTINO
SANDRA.FAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Nos anos 30, a filósofa francesa Simone Weil tornou-se operária fabril e, experienciando o servilismo da linha de montagem, perguntou-se se Lenine ou Estaline teriam alguma vez entrado numa fábrica.

Concluiu, renunciando ao marxismo, que não era possível conceber nenhum sistema de produção que não oprimisse os seus trabalhadores. Nos anos 60 e 70, o movimento operário italiano partiu das mesmas constatações de Simone Weil e depositou esperança nos processos de automação para finalmente libertar o homem do trabalho. Enquanto que a análise marxista assumia que a alienação resultava da exploração capitalista do trabalho, os operaístas acreditavam que a alienação resultava da subjugação da vida ao trabalho. Já não se tratava de deter os meios de produção, mas de reduzi-los. Os sindicatos e partidos não queriam libertar os trabalhadores, mas sim tornar o trabalho mais suportável.

Em 1975, o movimento operário foi 'substituído' pelo movimento *Autonomia*, alargado a estudantes, mulheres, jovens trabalhadores, desempregados. No final da década de 70, a maioria dos líderes autonomistas estavam já presos pelo governo comunista e a vida política voltava ao *business as usual*. Os autonomistas admitiram mais tarde que as suas aspirações se viram derrotadas pelo pós-fordismo. A confiança de que a automação iria libertar os trabalhadores foi traída. Os homens não foram progressivamente substituídos por máquinas e tornados livres. O sistema capitalista, reactivo, adaptou-se à recusa do trabalho e encontrou na vida fora do trabalho novas formas de extracção de valor. É por isso dos autonomistas que surge, posteriormente, uma importante reflexão em torno do trabalho imaterial.

O TRABALHO IMATERIAL

Falar da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade imaterial não significa que a produção e o trabalho industriais não existam ou não sejam quantitativamente relevantes. Há hoje muitas pessoas a trabalhar em fábricas por todo o mundo, provavelmente mais pessoas hoje do que no pico da sociedade industrial, dado o crescimento avassalador da população mundial. O que podemos pressentir é o predomínio de certas formas de produção sobre outras. Quando Marx identificou as características de uma sociedade industrial, em meados do século XIX, não havia certamente mais pessoas a trabalhar em fábricas do que nos campos. O que ele afirmava era que as características do sector industrial estavam a invadir os outros sectores da sociedade. Eventualmente, a agricultura industrializou-se. E as populações adoptaram os ritmos maquinais das fábricas. A produtividade, eficiência e competitividade tornaram-se valores fundamentais. Com a regulamentação estatal dos horários de trabalho, a vida social tornou-se síncrona, abrindo o caminho às rotinas de consumo massificadas. Falar da transição para uma sociedade imaterial significa, portanto, que as características dos processos de produção e consumo imateriais começam a ser predominantes sobre os outros sectores da produção, e sobre a própria vida. A indústria tem hoje de se informatizar, de ser mais 'visual', de trabalhar em 'rede'. Os ritmos de vida flexibilizaram-se, tal como o mercado laboral: trabalhamos de dia, de noite, por turnos, ao fim-de-semana, *on call*. Sempre ligados e conectados, torna-se difícil perceber quando estamos ou não estamos a trabalhar. E adaptámo-nos a um ritmo de produção e consumo assíncrono, facilitado pela Internet, onde podemos fazer compras a qualquer hora e trabalhar ao dispor de diferentes fusos horários.

Na economia pós-fordista, o lucro já não é (só) extraído do trabalho físico, materializado num produto; ele é extraído do intelecto individual e colectivo. O sistema capitalista não é apenas produtor de objectos, mas também de significados e de estímulos psíquicos. A publicidade é o primeiro grande mecanismo desta transição: vender primeiro o estilo de vida e depois o produto. Hoje, o sistema capitalista extrai valor do comportamento do consumidor, que dita os padrões culturais e artísticos, modas e normas, através dos quais os produtos se diferenciam. Extrai valor da condição do espectador, que confere valor económico aos *slots* publicitários que são vendidos aos anunciantes. Extrai valor das nossas actividades de la-

se interagimos online por prazer, isso não pode ser trabalho. Mas se essa interacção é monetizada e transformada em lucros para grandes corporações, é apenas lazer?

zer, na circulação em espaços públicos pejados de anúncios, nas navegações *online*, na mercantilização cultural. A vida fora do trabalho, afinal, não está a salvo da exploração económica. Os movimentos feministas debruçam-se desde há muito sobre esta questão falando de trabalho afectivo: a maternidade, o cuidado, as tarefas domésticas, a reprodução da vida e a produção de comunidade alimentam, gratuitamente, o sistema capitalista. Outros movimentos, preocupados com as tecnologias da informação e da comunicação, e com a Internet em particular, falam de trabalho digital: que quantidades massivas de trabalho gratuito são necessárias para manter viva a *world wide web*?

O trabalho digital

Os estudos sobre trabalho digital nascem em 2000, quando Tiziana Terranova, teórica dos *media*, fala pela primeira vez no 'trabalho gratuito' que realizamos na Internet. Ela refere-se sobretudo ao que não costumamos considerar como trabalho: chats, fóruns, pesquisas em motores de busca, mailing-lists, newsletters, actualização de websites/blogs, etc. Se é difícil conceber estas actividades como trabalho, é porque não as sentimos como tal. Muitos argumentam que se interagimos online por prazer, isso não pode ser trabalho. Mas se essa interacção é monetizada e transformada em lucros para grandes corporações, é apenas lazer? A sociedade capitalista, entre algumas das suas características fundamentais, assenta na extracção de mais-valia da força laboral e na propriedade e controlo dos meios de produção. Na economia digital, essas características mantêm-se intocáveis: a nossa actividade cibernética é lucrativa para as corporações que detêm as plataformas que usamos. De facto, as corporações com maior valor de mercado actualmente são empresas como a Apple, Google, Microsoft, Facebook ou Amazon.

O que a Internet veio trazer de novo foi um esbatimento da fronteira entre trabalho e lazer. Apesar de algumas crenças acerca do "fim do trabalho", causadas sobretudo pelos processos de automação, não parece que se trate de um fim, mas antes da sua omnipresença - não só as nossas actividades de lazer são monetizadas, como o trabalho formal se vai adaptando à automação. O antropólogo David Graeber fala no aumento de *bullship jobs*: cada vez mais trabalhadores sentem o seu posto de trabalho como inútil, normalmente na área administrativa dos serviços - monitorizar o trabalho dos outros, preencher formulários, supervisionar os outros enquanto preenchem formulários e até inventar novos formulários. A automação substituiu muitas tarefas mecanizadas mas as pessoas não passaram a trabalhar menos, pelo contrário. O desaparecimento da separação entre produção e consumo reflecte a transição de uma extracção de valor baseada na produção material para uma baseada na produção imaterial: afectos, intelecto, tendências, gostos, opiniões, conversas e atenção online - medida através de *clicks*, *downloads*, *likes*, visualizações e seguidores.

The uberization of what?

Plataformas *on-demand* como a Uber ou a Airbnb têm detonado discussões acerca de "novas economias" e até sustentado o conceito de *sharing economy*. Os condutores da Uber estão na condição de trabalhadores precários - responsáveis pela compra e manutenção dos seus recursos - e não de co-proprietários da empresa, num formato cooperativo que seria o único a suportar justamente a ideia de uma *sharing economy*. A acumulação de capital por parte da empresa não se reflecte nos ganhos dos seus trabalhadores: já no final de 2015, a Uber valia mais do que a Ford (perto de 70 biliões).

Estamos ainda longe de reconhecer a importância do trabalho imaterial nestas plataformas. Pensando ainda no caso da Uber, cada utilizador tem de investir tempo na criação do seu perfil, na troca de mensagens e na classificação do serviço. Passageiros com baixas classificações terão dificuldade em arranjar um transporte às 3 da manhã, assim como condutores com baixas classificações arriscam ser "desactivados". O trabalho de classificação-avaliação destas plataformas é assim desempenhado gratuitamente por todos os seus utilizadores, dispensando a existência de departamentos de gestão de recursos humanos, departamentos legais, avaliação e controlo de qualidade, e por aí fora. O processo de construção de confiança na aplicação, enquanto componente essencial no crescimento da aplicação e na massificação do seu uso, fica assim descentralizado e distribuído. O que não é descentralizado nem distribuído são os lucros e recompensas que daí resultam.

Trabalho gratuito

Um adágio comum que circula por aí é a frase *se não és o cliente, és o produto*. É a constatação óbvia de que as plataformas *online* estão a trabalhar para um conjunto de sectores corporativos que estão interessados em comprar *big data*: todo o tipo de informação produzida pelos utilizadores, quer voluntariamente - texto, vídeo, imagem, música e conhecimento; quer involuntariamente - *metadata* como *logins*, url's e endereços IP. É o que alguns chamam de mercantilização dos estilos de vida e da criatividade. As redes sociais extraem lucro de cada *post*, sessão de jogo, comentário, '*tag*' ou denúncias. Os motores de busca extraem lucro de cada *click*. Mas há mecanismos menos óbvios. O Google Captcha é um caso revelador. De cada vez que um website nos pede para escrever um pedaço de texto apresentado numa imagem, de forma a comprovarmos que não somos robots, essa tarefa é utilizada para treinar os algoritmos de pesquisa da Google para que aprendam a reconhecer letras, números ou frases apresentados em ficheiros de imagem – caso por exemplo do Google Livros, Google Académico ou de qualquer plataforma que vive de digitalizações. A máquina capitalista *connecting people* substitui assim o fardo alienante da fábrica por actividades de auto-expressão, já que são estas as únicas capazes de treinar inteligência artificial ao nível humano.

Crescem também as plataformas de micro-trabalho, que permitem contratar pessoas para pequenas tarefas repetitivas, conhecidas como "computação humana": organizar *playlists* de música, '*taggar*' videos e imagens, escrever e transcrever – tarefas igualmente úteis para calibrar e treinar software de inteligência artificial. Algumas destas plataformas chegam a ter mais de 10 milhões de utilizadores. Uma das mais conhecidas, a Amazon Mechanical Turk, roubou o seu nome de uma máquina jogadora de xadrez do século XVIII que era operada por um humano escondido, o que não

deixa de ser brilhante para uma plataforma que coloca humanos a produzir computação distribuída. Algumas tarefas, chamadas *penny tasks*, chegam a valer tão pouco como 0,01 dólares. Mais uma vez, mesmo (miseravelmente) remuneradas, as tarefas apontam para uma acentuada 'gamificação' do trabalho - os micro-trabalhadores passam o seu tempo a ver vídeos, imagens, trocando mensagens ou partilhando conteúdos, o que não difere muito da experiência comum de navegação *online*.

O terceiro Mundo

Estas questões parecem centradas nas sociedades ocidentais, mas têm um efeito periférico significante. Os termos "sociedade do conhecimento", "sociedade em rede" e por aí fora, expressam uma transição desejada e impulsionada pelo ocidente que assenta na capacidade de empurrar os sectores mais desqualificados e alienantes da indústria para outros continentes. Nós não deixamos de consumir em grande escala produtos materiais que têm origem na linha de montagem, como a roupa, brinquedos ou os próprios dispositivos electrónicos que constituem os nossos sistemas de informação e comunicação. Passamos a importar esses produtos de países mais pobres, como a Índia, ou de países com culturas laborais escravizantes, como a China. Esta divisão internacional do trabalho tem prejudicado os sujeitos mais marginais

Nas Filipinas, Bangladesh, Índia, Vietname, Malásia, Nigéria ou Quénia o trabalho mediado tecnologicamente surge como a grande aposta de futuro para as populações mais pobres (...). Em alguns destes países proliferam as *clickfarms*: linhas de montagem substituídas por computadores onde trabalhadores são explorados para produzir clicks

como as mulheres, pobres, presos e outras minorias. As indústrias poupam em salários e em impostos, deslocando o seu centro de produção, e abre-se espaço para que as sociedades ocidentais se "renovem" e atraiam outro tipo de indústrias, da tecnologia ao entretenimento. A economia digital herdou esta divisão internacional do trabalho e encontrou nas periferias multidões que transitaram de trabalhos agrícolas e extractivos para o sector digital de produção e moderação de conteúdos digitais. No sudeste asiático e na África subsariana só 20% das pessoas estão empregadas formalmente, o que as torna especialmente vulneráveis ao trabalho precário digital. Nas Filipinas, Bangladesh, Índia, Vietname, Malásia, Nigéria ou Quénia, o trabalho mediado tecnologicamente surge como a grande aposta de futuro para as populações mais pobres, usando-se o mantra que sempre acompanhou a flexibilização do trabalho no ocidente: *trabalhas ao teu próprio ritmo, não tens patrão*, e *és empreendedor*. Em alguns destes países proliferam as clickfarms: linhas de montagem substituídas por computadores onde trabalhadores são explorados para produzir *clicks* (beneficiando anúncios, moderando conteúdos, vendendo *likes*, etc.). Programas prisionais na China incluem goldfarming, ou seja, aquisição de bens de valor virtuais em videojogos, e até nos E.U.A. certos programa prisionais incluem digitação de dados e revisão de textos. Um estudo feito em várias plataformas *online* de micro-trabalho mostra que grande parte dos empregadores são dos E.U.A., Austrália, Canadá e Reino Unido, enquanto que grande parte dos micro-trabalhadores são da Índia e das Filipinas. A invisibilidade do trabalho que alimenta o universo *online* é um forte aliado do sistema capitalista predatório, que progressivamente tem menos trabalho a cobrir as suas "pegadas".

Internet of things

A Internet como a conhecemos já permite que actividades involuntárias como um *loggin* sejam lucrativas para as corporações tecnológicas. Isto aponta para o que parece ser o próximo grande sistema de extracção de valor a partir do trabalho imaterial: a Internet of Things (IoT). Há uma significante transição da Internet-da-publicação para a Internet-da-emissão, em que dados são emitidos automaticamente cada vez que ligamos um dispositivo e de acordo com a nossa utilização. Caminhamos rapidamente para a massificação dos objectos inteligentes e, por consequência, dos ambientes inteligentes. Falamos de dados emitidos por sensores e aplicações, como por exemplo dados de geolocalização emitidos enquanto nos movemos, ou até dados de performance física, usados por quem se monitoriza enquanto faz desporto, para alimentar a especulação de seguradoras.

O que fica de tudo isto é que o paradigma do que é a "força de trabalho" está em rápida transformação e a transitar de forma dissimulada para as actividades humanas de lazer projectadas para as décadas que estão por vir. O enquadramento legal vai sendo practicamente inexistente, à medida que o papel dos Estados se torna cada vez mais satélite de uma economia política desenhada pelas corporações. Quanto a isso, muitos processos colectivos têm sido levados a tribunal contra a Google, Facebook, Amazon Mechanical Turk, entre outras, por vezes até vencedores, mas que pouco alteram o seu funcionamento por defeito. O uso consciente e informado de sistemas digitais ainda pertence a uma minoria, enquanto que a maioria das populações mundiais estão a ser empurradas para a economia digital porque desaparecem as suas economias tradicionais, fossem elas as comunitárias de base ou as industriais do século XX. De facto, os debates em torno do "fim do trabalho" referem-se apenas ao fim do trabalho como o conhecemos. Quis-se aqui olhar detalhadamente para uma dinâmica de extracção económica que não deve ser vista como uma apologia, por si só, de uma perspectiva tecno-pessimista (como aliás atestam outros artigos desta edição). A tecnologia é uma construção social a muitas mãos, onde coexistem visões antagónicas, desde a promoção da autonomia absoluta até ao exercício de um controlo predatório. O aceleracionismo, teoria que defende que a única fuga possível ao capitalismo se faz acelerando-o, deixa ainda em aberto dois possíveis finais: acelerar até à singularidade de um capitalismo aperfeiçoado, ou acelerar até ao colapso. Em qualquer um dos dois, o novo paradigma tecno-económico pode redefinir o seu propósito para servir o *commonismo*, se a colonização corporativa da Internet for combatida com o espírito *open source* de desenharmos activamente as arquitecturas que desejamos habitar.

Para lá do 8 de Março, o feminismo faz-se todos os dias

Em Coimbra e Porto, o Dia Internacional da Mulher foi assinalado, como o é todos os anos, trazendo para a praça pública a discussão sobre a violência de género e os direitos das mulheres e das pessoas LGBT. Mas, para lá desta data, o feminismo constrói-se diariamente por múltiplos colectivos e iniciativas.

TEXTO E FOTOS **ZITA MOURA**
ZITABM@GMAIL.COM

Em frente à Igreja de Santa Cruz, em Coimbra, desenha-se um cenário diferente do habitual. Estamos em Março, mas ainda se assam castanhas ao largo da pequena fonte do Largo 8 de Maio. Há movimentação na praça e nas ruas em redor e uma cacofonia de vozes, guitarras e pandeiretas. Estendem-se cartazes coloridos pelas escadas em frente à igreja, onde se lê "Me teneis hasta el coño!" e "Educação Feminista, para que sejamos livres e não valentes".

Em Coimbra, como em centos de outras cidades pelo mundo, o 8 de Março é assinalado com uma manifestação pelos direitos das mulheres - trabalhadoras, lésbicas, desempregadas, imigrantes, transexuais, presas, mortas. Pelos rostos das mulheres no Largo 8 de Maio vê-se pintado "Ni Una Menos" - mote cunhado pelas feministas argentinas, que denunciam um femicídio a cada 30 horas no seu país.

Um pouco por todo o mundo, àquela data e hora, estava a acontecer a Greve Global de Mulheres. Uma ideia que surgiu da coordenação de mulheres polacas, argentinas e americanas espalhou-se pelo mapa e chegou também a Portugal. A convocatória à greve incitava todas as mulheres a que parassem o trabalho profissional, doméstico e social. Aconteceu em 58 países do mundo e, chegada a Coimbra, a Greve Global de Mulheres e a manifestação que todos os anos assinala o dia 8 de Março foram particularmente pautadas pela solidariedade com as mulheres curdas e o Curdistão. Frequentemente, elevavam-se as vozes num uníssono "Jin, Jyian, Azadi!" - "Mulheres, Vida, Liberdade".

Na parede entre a Igreja de Santa Cruz e a Câmara Municipal de Coimbra há folhas de papel com algumas das reivindicações que depois seriam lidas no Manifesto da Assembleia Feminista de Coimbra, formada um ano antes na mesma cidade - "pelo fim da cultura de estupro", "por mim, pela minha mãe, pela minha irmã, por todas as mulheres". Ao lado, cartolinas amarelas com desenhos feitos por alunos de 7º ano de uma escola local. Ilustram a mulher como entendem que ela pode ser: mecânica, construtora, deputada, bombeira. E rematam: "O dia das mulheres é todos os dias".

A marcha arrancou do Largo 8 de Maio em direcção à Praça da República, com cerca de 150 pessoas a comporem a coluna que percorreu a Avenida Sá da Bandeira. Erguiam-se bandeiras arco-íris e cartazes com palavras de ordem, nas faixas liam-se reivindicações. A manifestação terminou com uma roda de intervenções na Praça da República, onde se releu o Manifesto e se leram poemas, testemunhos e reivindicações. O manifesto redigido pela Assembleia Feminista de Coimbra ressalvava o papel que a crise e austeridade imposta ao largo dos últimos anos tiveram na vida das mulheres e a vulnerabilidade para que isso as remeteu. Reivindicaram o acesso "à terra, à água, às sementes, aos meios de produção orgânica, à nossa soberania alimentar", e questionaram o poder das grandes indústrias agropecuárias.

Um pouco por todo o mundo, àquela data e hora, estava a acontecer a Greve Global de Mulheres. Uma ideia que surge da coordenação de mulheres polacas, argentinas e americanas espalhou-se pelo mapa, e chegou também a Portugal.

Mas o que culminou numa roda de sororidade e apoio exigiu muitas semanas de preparação, revela uma das activistas da Assembleia. "Temos reuniões todo o ano, mas só no 8 de Março é que aparece toda a gente". A par das actividades do 25 de Novembro, Dia Internacional pelo Fim da Violência contra a Mulher, os dias anteriores e seguintes a cada data são marcados por actividades organizadas por este e outros grupos que se dinamizem, como, por exemplo, a República Rosa Luxemburgo.

"Quero influenciar o mundo lá fora como sou influenciada cá dentro"

Com vista sobre o Jardim da Sereia e a Penitenciária, uma casa de paredes cor-de-rosa ergue-se altivamente sobre a cidade. A República Rosa Luxemburgo, fundada em 1972, sempre se pautou por uma posição dissidente face ao imposto pelo *status quo* académico e social. Pintado numa parede da colorida sala está o nome de Fernanda Mateus, "A Bombista", o maior dos nomes daquela República de estudantes. Assim apelidada por levar consigo para todos os lados uma mala cheia de incendiários panfletos contra o regime, a Nandinha (como as Rosas tendem a falar dela) funda a que é a primeira República feminina de Coimbra. As Repúblicas são espaços comunitários e

de autogestão, sendo que actualmente existem 25 em Coimbra, cada qual com sua história, nome e identidade próprios.

Sentadas numa sala quase sem mobília, Diana, Helena e Raquel descansam um pouco da azáfama do Mês Rosa. Daí a umas horas, a casa irá encher-se de gente para mais uma festa e os preparativos estão quase terminados. Esta festa é só mais uma das múltiplas actividades que estas estudantes têm vindo a promover.

Diana Martins é, actualmente, quem há mais tempo vive na casa. É estudante de Antropologia Social e Cultural e diz que, apesar de já conhecer o movimento, não era o que é hoje. Aprendeu o feminismo na prática e não tanto na teoria e teve "espaço para desenvolver um pensamento crítico num espaço heterogéneo".

As outras duas jovens na sala chegaram às Rosas mais ou menos como Diana chegou: por acaso, e porque já lá teriam uma amiga. E ambas partilham de um sentimento que parece ser geral. Ao entrarem, sentiram-se seguras e em casa. E Helena acrescenta: "estou aqui há cinco meses e já sinto uma diferença radical. Quero influenciar o mundo lá fora como sou influenciada cá dentro".

Começaram a planear o Mês Rosa em Dezembro passado, depois de um projecto semelhante no ano anterior. Explicam a necessidade deste tipo de iniciativas com a falta de projectos semelhantes na realidade conimbricense, fora do circuito das Repúblicas. Diana fala nas "grandes datas, o 25 de Novembro e o 8 de Março" e da Assembleia Feminista de Coimbra, mas acrescenta que, para lá disso, "não há muita coisa a acontecer". Em 2016, em conjunto com a República das Marias e a UMAR, montaram uma *zine* a que chamaram "Des(a)fiar a violência sexual" cujo lançamento está previsto para o final do mês de Abril.

"O movimento está aí, há reuniões da Assembleia durante todo o ano", explica Diana, "mas as reuniões são para organizar o 25N e o 8M, não se fazem coisas espontâneas" como projecções de filmes ou conferências. Relembra uma conversa que houve sobre consumos de drogas e que, apesar de não ter "directamente a ver com o feminismo, aprendeu-se imenso, até sobre Coimbra". E remata: "o feminismo continua a ser quase um tabu, continua a ser mistificado".

As três estudantes garantem que há mulheres de fora do circuito das Repúblicas que ocasionalmente as procuram, mas são essencialmente mulheres estrangeiras. Uns dias antes, projectaram um documentário sobre o Curdistão e as mulheres curdas e, nessa sessão, tiveram casa cheia. Relembram a presença de uma jovem curda, que apareceu "sozinha, super envergonhada", mas que não se inibiu de demonstrar a sua surpresa por ver iniciativas deste género numa cidade onde considera que "o movimento estudantil estava morto", relata Diana. Explicam que a questão curda está muito presente nos círculos mais activistas de Coimbra e garantem que têm aprendido bastante com os documentários e as conversas sobre o Curdistão e as mulheres curdas que se têm organizado ao longo dos meses.

Contam algumas histórias em que directamente se viram confrontadas com o que consideram ser abuso de poder, mas consideram que é complicado atrair raparigas novas para a casa, "porque continua a haver um estigma contra as Repúblicas". E acrescido ao estigma que há contra as Repúblicas, explicam as Rosas, há um estigma associado ao feminismo - "para além das drogas, somos todas umas feminazis", graceja Helena. Não obstante, não sentiram que esses estigmas tivessem afectado as actividades do Mês Rosa.

Enquanto decorre a conversa, continuam os preparativos para a festa, que não vai ser só mais uma noite de folia. "Como se já não fosse óbvio o suficiente, decidimos criar um protocolo contra agressões sexistas", explica Diana. "O facto de alguém estar sob efeito de álcool ou de drogas não desculpabiliza a agressão. E quem agredir será expulso da casa". Helena acrescenta que este documento "mais formal" também serve para que as pessoas na festa saibam que estão num ambiente seguro.

Adiantam que a outra República feminista de Coimbra, as Marias do Loureiro, está a preparar um documento para apresentar em Conselho de Repúblicas - órgão informal que inclui todas as Repúblicas e no qual todas as decisões são tomadas de forma assembleária e por unanimidade - que contemple a questão da violência sexista dentro das Repúblicas, à semelhança do que as Rosas iriam apresentar umas horas depois. Diz Diana que o ambiente nas Repúblicas "não é inseguro, mas não é tão seguro quanto pensamos" e que "o carácter formal deste protocolo inter e intra-Repúblicas pode ter um efeito dissuasor".

Entretanto, entra Ana Rui, antiga residente das Rosas, mas ainda muito presente na vida da casa e das mulheres que lá vivem. Há abraços apertados, reencontros, "que saudades!". Agora que Ana Rui se juntou, ela e Diana explicam que o paradigma da casa mudou no ano anterior: se desde 1972 a casa era tão somente uma casa feminina, na qual não viviam homens, desde o ano passado que a República assume uma postura feminista, mas admitindo a residência de homens. "A oficialização da coisa tem a ver com

o passado histórico da casa, e com querermos assumir a nossa posição ideológica de forma oficial", explica Ana Rui.

Percebeu, ao chegar às Rosas, que aquele era um local de múltiplos feminismos, onde teria espaço para desenvolver o seu próprio feminismo e um pensamento crítico acerca do mundo e das próprias correntes feministas. Fala em duas antigas residentes e em como elas próprias encontraram os feminismos que mais sentido lhes faziam, como são o eco-feminismo e o feminismo negro, e assegura que fica "muito feliz por saber que esses processos começaram aqui". Caracteriza as Rosas como um espaço de diálogo e crescimento.

Helena fala "numa força maior" e quer acreditar que ali, nas Rosas, essa força maior existe. E existe todo o ano, porque é todo o ano que elas vivem naquela casa cor-de-rosa, no alto de Coimbra, com vista sobre a Sereia e sobre a cidade do Porto, onde o mês de Março é bem parecido com o Mês Rosa.

"Não nos vemos a institucionalizar-nos"

Já a Primavera se tinha anunciado nos calendários, mas ainda não se fazia sentir verdadeiramente. Final de Março, céu cinzento, chuva miudinha e constante, bem à moda do Porto. No Gato Vadio, já há chávenas de chá quente a saírem de trás do pequeno balcão de madeira, e sacodem-se cabelos e casacos molhados. Há uma tela pendurada no fundo da sala e as mesas estão dispostas para receber mais uma projecção promovida pelo Festival Feminista do Porto, na sua segunda edição. Está preparado o documentário "Women, Art, Revolution", sobre as mulheres responsáveis pelo movimento feminista na arte nas décadas de 60 e 70.

Mas antes, Raquel Silva está ao leme da sessão, rodeada de *zines* e com um provocador *pin* na lapela do casaco - um triângulo cor-de-rosa, e lê-se "CUNT". Veio para apresentar a *zine* que edita desde 2011, Cuntroll. A Cuntroll é mais ou menos uma "one-woman band", já que Raquel é a única pessoa por trás dela desde o início. Recorre a *open calls* e tem múltiplas colaboradoras, mas tudo volta a ela.

Sentia que havia uma lacuna nas publicações independentes em Portugal que se focassem especificamente nas questões queer e de género, e por isso nasce a Cuntroll, tão ligada à tradição *punk* das *zines*. "Punk, feminismo, DIY, riot grrl!", são algumas das influências que Raquel reconhece na publicação. Acima de tudo, é uma questão de auto-expressão, para ela e para outras: "um espaço livre, sem filtros", descreve.

Raquel planeia manter a Cuntroll no registo em que tem funcionado desde a sua fundação. Sente que, agora, o feminismo é "mais trendy", mas quando a Cuntroll surgiu "não dizia que era uma *zine* feminista, senão era olhada de lado". Isso pode não ser necessariamente mau, mas sente que têm surgido múltiplos projectos feministas que são "motivados pelo capitalismo, quando esse não deve ser de todo o motivo basilar".

Não é a primeira nem segunda vez que este espaço de associação cultural recebe as actividades do Festival Feminista. Nesta edição, contou com múltiplas tertúlias e projecções e, na anterior, foi o mesmo. A primeira edição deste evento coincidiu com a passagem da Caravana Feminista por Portugal, em Outubro de 2015, e é na sequência do Festival que se junta o Colectivo Feminista do Porto.

Alicia, de óculos redondos empinados na ponta do nariz e um *pin* igual ao de Raquel, conta como se cruzou com o Festival, há ano e meio atrás, através de um cartaz afixado na rua. Brasileira e a viver no Porto há três anos, é doutoranda na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e conta que teve de colocar as aulas mais ou menos *on hold* para se poder dedicar à segunda edição do Festival. Integra o Colectivo desde o final do Festival Feminista de 2015, quando se faz uma chamada colectiva a quem tivesse vontade de fazer nascer esse projecto.

Frisa que o Colectivo e o Festival não são uma e a mesma coisa: "o Festival é maior que o colectivo e o colectivo não vê o festival como seu". Se o colectivo conta com um núcleo duro de mais ou menos 10 pessoas, o do festival era sensivelmente o dobro. Mas também sublinha que, quando não estão a trabalhar para o Festival, estão a trabalhar em formas de garantir a sustentabilidade do mesmo. Alicia explica que estas cinco semanas de eventos funcionam numa lógica de autogestão e sustentabilidade, sem qualquer objectivo de lucro: todas as actividades são gratuitas. E acrescenta: "Não nos vemos a institucionalizar-nos".

Nisto, junta-se Natasha, *freelancer* e "muito grávida de seis meses", diz, ao sentar-se e acariciar a barriga. Ao que já Alicia ia dizendo, Natasha acrescenta que receia "perder a liberdade que se quer ter" se o festival efectivamente se institucionalizasse.

Explicam que, se em Outubro de 2015, o Festival surgiu de uma forma orgânica e espontânea, numa recepção à Caravana Feminista que se foi alongando por um mês, a opção da organização do festival em fazerem a segunda edição em Março de 2017 prendeu-se com o facto de o colectivo se ter recém-formado após a passagem da Caravana. "Pensámos manter o festival em Outubro, para fugir da ideia do mês das mulheres", esclarece Alicia. Não obstante, queriam ter "um mês de discussão política que contrariasse a romantização banal do mês das mulheres".

Assim, um Colectivo que nasce no final de 2015 foi crescendo de forma assembleária, "100% horizontal", sublinha Natasha, resulta num grupo maior que em 2017 promove a segunda edição do Festival Feminista do Porto. "Estamos a gostar muito de trabalhar juntas", acrescenta. "Há um carinho muito grande de todas". Mas nem só de tertúlias e projecções de documentários se fez este Festival.

"Os dois workshops de auto-defesa esgotaram, ficámos com gente em fila de espera" e isso é revelador de algo, diz Alicia. E, para lá das actividades que foram promovidas, houve duas iniciativas que se estenderam por todo o festival, demonstradoras da sororidade que deveria marcá-lo. Em todo os momentos, as participantes podiam deixar produtos de higiene íntima nos locais onde decorressem as actividades, que depois viriam a ser distribuídos por mulheres sem-abrigo.

E uma das preocupações das organizadoras do festival era que algumas mães ou pais não pudessem comparecer a determinadas actividades por terem de cuidar dos filhos. Por isso mesmo, para além das actividades destinadas a crianças, proporcionavam a possibilidade de "arranjar uma solução para quem não pudesse vir pelos filhos", ao disponibilizarem ajuda para cuidar dos pequenos.

O Festival já terminou, mas o trabalho do Colectivo irá continuar. Não lhes tem sobrado muito tempo para olharem para o futuro, gracejam as duas mulheres, mas há planos e há vontade. E há mulheres com garra para levarem o futuro adiante, sem se prenderem a um dia, instituição ou efeméride - afinal, o feminismo faz-se todos os dias.

Onde podes encontrar o jornal MAPA?

jornalmapa.pt
DESENHAR ATALHOS NO DESERTO
UM PROJECTO DE COMUNICAÇÃO NAS RUAS
JORNAL TRIMESTRAL DE INFORMAÇÃO CRÍTICA
ESPAÇO DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE CRISE
O MAPA é um jornal e um projecto de informação em papel e na Internet fundado em 2012 dedicado à publicação de notícias, reportagens, investigações, ilustrações, fartos e opiniões a partir de uma perspectiva livre e de cariz inserido à autonomia política, material e económica.
Está, portanto, longe da esfera de influência de partidos políticos ou grupos económicos de qualquer cor ou sabor.
Não é um colectivo de jornalistas, mas um colectivo que acredita nas potencialidades da informação crítica. Neste sentido tenta contribuir para a criação de uma alternativa consistente aos títulos de imprensa
mapa
jornal de informação crítica
CADERNO
TERRA, TERRITÓRIO TURISMO
Urgência, emergência e excepção: Dicionário para os novos tempos
A (renovada) corrida ao ouro negro
págs. 3 a 5
Levar a luta dos estivadores a bom
págs. 4 a 6
Le Grand Frère
págs. 7 e 8
Em Trânsito
PORTOS, PETROLEIROS E METANEIROS
págs. 10 a 16
Escravos sazonais
págs. 3 a 9
Standing Rock
págs. 20 a 22
INDOMÁVEL
PÁGS. 34 A 36

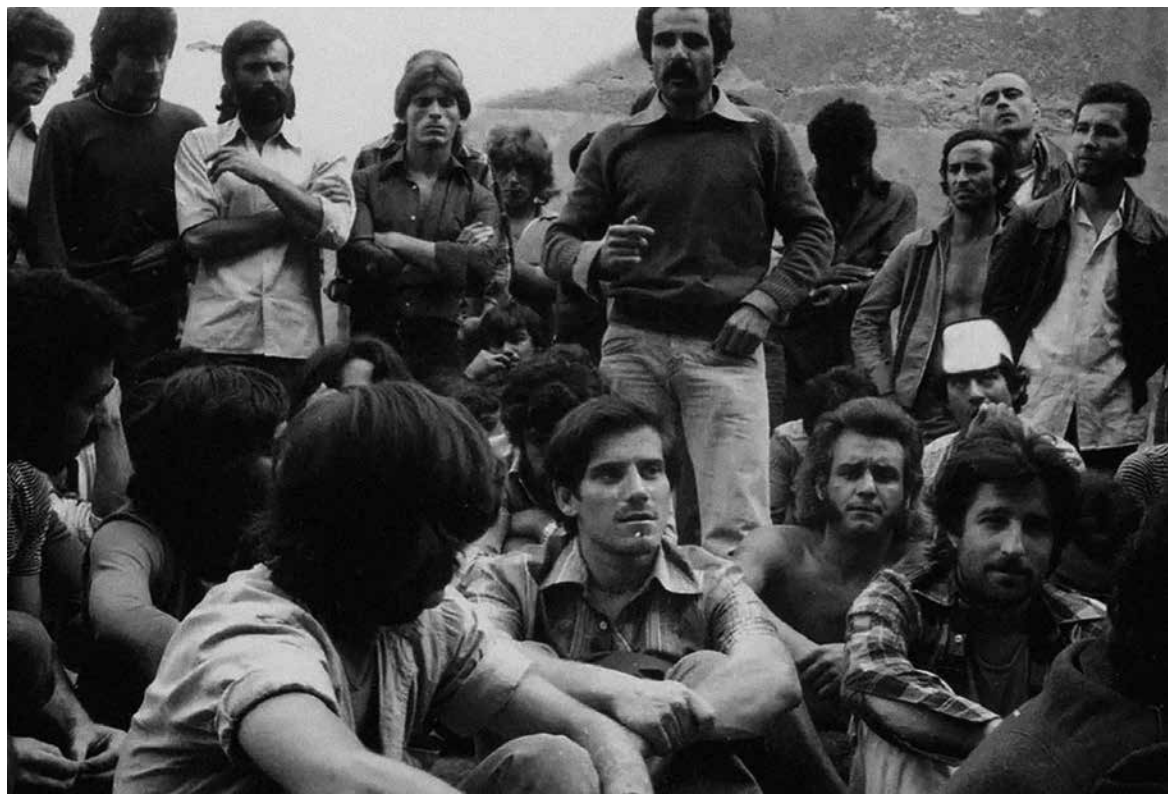
A continuidade de um projeto de informação crítico, livre e autónomo depende do apoio dos leitores. Assina o jornal MAPA e recebe-o trimestralmente por correio. Consulta as condições em assinaturas. jornalmapa.pt ou contacta-nos através de assinaturas@jornalmapa.pt

Consulta a lista atualizada de pontos de venda e distribuição em www.jornalmapa.pt/distribuicao

COPEL, a luta dos eternos esquecidos

M. RICARDO SOUSA

A COPEL (Coordenadora dos Presos em Luta) foi sem dúvida uma das mais ricas experiências de auto-organização de presos na Europa. No período turbulento da transição espanhola, este colectivo organizou motins, greves de fome, e diversas acções de resistência dentro dos centros de extermínio do estado espanhol. Manolo Martínez pertenceu a esta coordenadora, e aqui fica o seu tesmunho para dar a conhecer um período de lutas carcerárias que inspiraram muitos rebeldes que nas décadas seguintes não se resignaram à morte lenta a que o Estado condena cada ser humano encerrando-o nas suas masmorras.



Assembleia de presos da COPEL. Imagem retirada do documentário "COPEL: una historia de rebeldía y dignidad"

O que foi a Coordenadora dos Presos em Luta (COPEL) e qual a sua origem nos anos 70?

A COPEL foi uma coordenadora de presos em luta criada na prisão de Carabanchel, Madrid, em 1976, por um grupo de presos que se organizavam de forma horizontal e assembleária, aos quais se foram juntando, pouco a pouco, a maioria dos 15 000 presos que na altura haviam em todo o Estado espanhol. Muitas destas prisões estavam situadas nos núcleos urbanos, o que facilitou o apoio do exterior que também se encontrava em luta pela amnistia e por muitas outras reivindicações depois dessa tremenda ditadura franquista de 40 anos.

Quais eram as suas principais revindicações?

A sua principal reivindicação era a amnistia, não só para os presos políticos, mas para todos os presos. Depois havia dois blocos: um de regime interno que, apesar de sempre se ter declarado abolicionista, reivindicava a humanização das ínfimas condições de vida, a melhoria da higiene e da alimentação, relações laborais iguais às do exterior e não de exploração, a cessação da dureza do regime prisional franquista, a eliminação das torturas e dos maus-tratos e, também, a autogestão, com a boa intenção de conseguir o maior número de fugas possíveis; e outro onde se pedia a revogação do Código Penal, da Lei de Instrução Criminal, da Lei de Periculosidade e Reinserção Social, da Lei de Ordem Pública, das jurisdições especiais e da Lei de Combate ao Terrorismo e ao Banditismo.

Como eram tomadas as decisões em cada prisão e como se fazia a articulação geral do movimento?

As decisões eram tomadas, sempre que possível, em assembleia. No princípio eram clandestinas, depois tornaram-se públicas, tendo lugar nos refeitórios e nos pátios onde eram criadas comissões e comités de galeria. Organizávamo-nos e distribuíamo-nos para que todos os presos soubessem o que era a coordenadora e o que pretendia. A comunicação com as outras prisões eram feita através de advogados que nos apoiavam, de cartas enviadas clandestinamente, de companheiros que saiam em liberdade, dos contactos com os membros da AFAPE (Associação de Familiares e Amigos dos Presos), que eram o nosso grande apoio no exterior no início, tal como o Coletivo de Jovens Advogados de Madrid ao qual se foram juntando outros advogados de todo o Estado espanhol. A AFAPE foi duramente reprimida; fizeram greves de fome em igrejas e catedrais, manifestavam-se continuamente, deram uma grande difusão com as suas ações de apoio.

Considerando que a COPEL pretendia alargar a amnistia dos presos políticos aos presos sociais, como eram as relações com os presos da ETA, GRAPO, Comandos Autónomos e anarquistas?

As relações com os presos políticos eram cordiais. Em alguns casos pontuais eram de amizade, mas no geral eram apenas cordiais, de convivência diária. Partilhávamos pátios, por vezes celas, refeitórios, duches, desportos, leituras, pois eles dispunham de livros que os seus familiares lhes faziam chegar e o mais importante é que contavam com o apoio das suas organizações. Eles eram conscientes da sua situação como vítimas da ditadura. Nós, na altura, estávamos a começar a dar-nos conta de que também o éramos. Eles conviviam em comunas, a nós isso era-nos proibido, e na sua totalidade contavam com bons advogados que lhes eram bastante úteis. A grande maioria dos presos sociais não podia sonhar com ter dinheiro para pagar a um advogado, tínhamos de nos conformar com advogados oficiais que conhecíamos quase sempre no dia do julgamento. Daí que tenhamos sempre desconfiando dos advogados. Com o apoio do Coletivo de Jovens Advogados isso mudou radicalmente, pois ofereceram-se para defender solidariamente os presos com menos apoio, com menos meios, para negociar as nossas reivindicações com o governo em nome da COPEL, etc. Isso fez-nos entender que nem todos eram iguais e, por isso, ganharam o nosso respeito e admiração. Há que realçar que a convivência com os Comandos Autónomos anticapitalistas do País Basco, os Grupos Autónomos libertários, com os presos da CNT, foi uma relação de apoio mútuo tanto dentro como fora da prisão, onde fizeram ações importantes em nosso apoio pelos quais muitos, quase todos, acabaram também na prisão. Quanto ao resto, GRAPO, ETA, independentistas galegos, catalães, FRAP, quando lhes foi aplicada a amnistia, nas homenagens que lhes faziam de boas-vindas nas suas terras ou bairros, muitos recordavam-nos ao gritarem «NÃO ESTAMOS TODOS, FALTAM OS PRESOS SOCIAIS». Mas isso a nível pessoal, a suas organizações, exceto a CNT, não fizeram nenhum comunicado de apoio à nossa luta.

De todos os motins da época, quais se destacaram pela dureza dos confrontos?

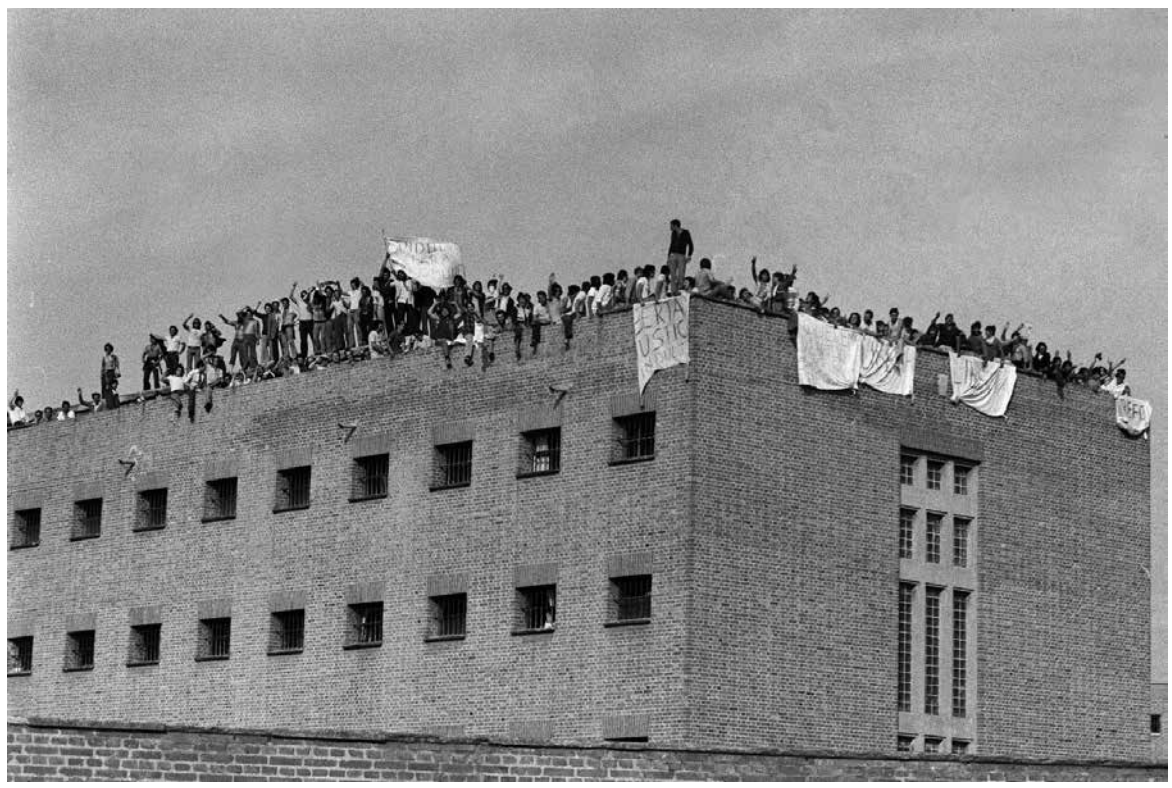
De todos os motins, o mais conhecido foi o que acabou por ficar conhecido como «A batalha de Carabanchel». Estivemos uns dois meses a prepará-lo. Deu-se a 18 de julho de 1977 e escolhemos a data para que coincidisse com o golpe de Estado de 1936. Cerca de 800 presos subiram ao terraço da prisão e estivemos quatro dias sem água, sem comida e sob um calor de 40º de dia e frio de madrugada, suportando os tiros com balas reais que recolhíamos para mostrar à imprensa e aos advogados que, paralelamente, estavam a negociar com a Direção Geral das Prisões e com o Ministério do Interior. Foram usadas também balas de borracha, bolas maciças e potes fumígenos, que fizeram com que não pudéssemos nem abrir os olhos devido à forte irritação agravada pela falta de água. Dois helicópteros sobrevoavam-nos lançando potes fumígenos e disparando com as portas abertas desde alto e à queima-roupa. O apoio exterior dos familiares, amigos, vizinhos do bairro e, sobretudo, do movimento libertário, deu-nos muita força para aguentar até ao limite. Também tivemos apoio de alguns partidos políticos extraparlamentares. Pela noite, era espetacular ver todo o perímetro de essa macroprisão a arder em chamas para que quem nos apoiava se tornasse visível e nos desse ânimo, resistindo aos polícias que a cavalo e com camiões de água os dispersavam para logo aparecerem noutro ponto e voltarem a começar. Tivemos muitos feridos graves devido a disparos, queimaduras, quedas, boladas, e todos teríamos necessitado de assistência médica ao descer devido às condições em que estávamos, de inanição, fome e com múltiplas feridas. O máximo que os advogados conseguiram foi algum cessar-fogo para transportar feridos ao hospital e, no final, a promessa de que não haveria torturas nem represálias contra ninguém, algo que não cumpriram, evidentemente. Durante os quatro dias, amotinaram-se também mais umas vinte prisões. Éramos notícia em todos os meios de comunicação. Salvo honrosas exceções da imprensa livre recém-criada em Espanha, as notícias foram dadas de forma sensacionalista. Ao descermos, fomos espancados, e aos que de entre nós eram assinalados, os guardas-prisionais deram de tudo menos água, que era o que mais necessitávamos. Além de nos espancarem, tiraram-nos toda a roupa, e aos que foram sequestrados para outras prisões para nos isolarem, ao sair polvilhavam-nos com uns pós brancos de Zotal, que é um inseticida tóxico. Estes sequestros vieram mesmo a calhar para que pudéssemos estender a coordenadora a todas ou quase todas as prisões.

> Há que realçar que a convivência com os Comandos Autónomos anticapitalistas do País Basco, os Grupos Autónomos libertários, com os presos da CNT, foi uma relação de apoio mútuo tanto dentro como fora da prisão.

Qual foi a resposta do governo da transição ao movimento?

Tal como ocorria na rua com um grupo de senadores e deputados que pedia reformas e um indulto para nós, ou com um grupo de mais de cem intelectuais e escritores como o Rafael Sánchez Ferlosio, o Agustín García Calvo ou o Fernando Savater, as nossas reivindicações nunca foram tidas em consideração e a resposta do governo foi mais repressão e mais isolamento para os presos que denunciavam as condições em que se encontravam. Nós fazíamos greves de fome e autolesionávamo-nos, cortando as próprias veias coletivamente ou engolindo objetos metálicos, com o intuito de ir para o hospital para dar continuidade às nossas reivindicações. A repressão levou um bom punhado de companheiros, tendo o mais mediático dos casos sido o assassinato à paulada em Carabanchel de

Agustín Rueda, um preso anarquista e companheiro da COPEL, como a grande maioria deles, por ter sido acusado de estar a escavar um túnel e de não denunciar mais ninguém como fizeram com ele e com os outros seis companheiros torturados. Houve muita repercussão na rua, com muitas ações e mobilizações de protesto em todo o Estado, chegando ao extremo de a GRAPO ter vingado a sua morte , assassinando o diretor-geral da prisões, Jesús Haddad. Também nessa época, a polícia antimotim estava aquartelada na escola, na biblioteca e na capela de Carabanchel, que continha mais de mil pessoas encerradas, esperando atacar à menor ocasião. Outra reposta significativa foi a Lei Geral Penitenciária, que foi a primeira a ser aprovada no parlamento em democracia. Ou seja, o governo estava muito interessado em acabar com a COPEL.



O motim mais célebre organizado pela COPEL "A batalha de Carabanchel". Levou dois meses a ser preparado e deu-se a 18 de julho de 1977 para coincidir com o aniversário do golpe de Estado de 1936.

Autolesionados da COPEL. Prisão «La Modelo», Barcelona, 1978.

A Copel conseguiu alguns dos seus objetivos e deu uma visibilidade às lutas dos presos como nunca tinha acontecido. No entanto, foi desarticulada e derrotada. Quais as causas dessa derrota?

As causas do fim da COPEL foram diversas, mas acima de todas estão a repressão brutal, a introdução da heroína e a nova Lei Geral Penitenciária, com o seu divide e vencerás devido ao seu prémio/castigo e que, como então se disse, foi escrita mais com o cassetete do que com a caneta. Apesar de ter aspectos progressistas como a proibição dos maus-tratos, isso é anulado por circulares que dizem o contrário: «permite-se o uso da coação material dirigida especialmente ao restabelecimento da normalidade.» O mesmo se passa com todos os artigos que velavam pelos direitos humanos. O preso bom ou conformista é premiado com saídas precárias, comunicações *vis a vis* íntimas, mudança de grau, etc., e ao preso que reivindica é aplicado o artigo 10 que, na prática, era um artigo que legaliza a dispersão, o isolamento indeterminado e os maus-tratos, torturas a indução ao suicídio, isto quando os presos não são diretamente suicidados. A heroína também teve um papel importante. Foi introduzida ao mesmo tempo nas prisões, nas cidades e nos bairros. Durante muito tempo, só se encontrava heroína nas prisões, o que deu lugar ao preso dependente e toxicómano, totalmente manipulável sob os efeitos do síndrome de abstinência. Durante o último período de vida da COPEL, os militantes que se encontravam nas celulares em celas individuais, dispersados do nosso ambiente familiar e afetivo, vigiados por polícias antimotim em muitos casos, o único contacto que tinham era com os comités pró-presos ou com os grupos de apoio da CNT e de distintos ateneus libertários.

Passados todos estes anos, qual é a situação nas prisões do Estado espanhol?

A situação atual das prisões está muito diferente para pior. O que resta da Lei Geral Penitenciária de García Valdés é o que nela há de mais repressivo, tudo o que se baseia na segurança. Há inclusive a figura do diretor de segurança para dar-lhe mais alcance. Os direitos adquiridos por essa lei não se cumprem enquanto não fores um preso submisso e passes pelos módulos de respeito aos quais os presos têm acesso se o solicitarem voluntariamente. Dessa forma, dão a sua concordância a todas as irregularidades que os guardas possam cometer. No resto dos módulos é muito difícil conseguir autorizações para sair, mudanças de grau, liberdades condicionais ou outro qualquer direito ou benefício, e se fores um preso FIES (Ficheiros de Internos de Especial Seguimento) podes despedir-te de tudo. Estes saem uma hora ao pátio sozinhos, dispersam-nos ano após ano de uma prisão para outra, o mais afastadas possível do seu ambiente familiar, as suas comunicações e correio são interferidas e o isolamento é cruel, mesmo acusticamente, pois o silêncio é sepulcral. Agora as prisões já não são panóticas, são modulares. Em cada módulo há muito poucos presos e são muitos os módulos completamente isolados uns dos outros. Estão muito afastadas dos núcleos urbanos, escondidas nos meio do nada, não há meios de transporte para lá chegar a não ser que tenhas veículo próprio e, nos melhor dos casos, podem passar por lá dois autocarros por dia que não coincidem com os horários das visitas. De entre a população reclusa, 80% são toxicodependentes que são mantidos como tal 24 horas por dia pois os médicos oferecem-lhes medicação à discrição. O dinheiro que lhes possa ser enviado tem de ser sempre depositado no banco Santander e é dado aos presos um cartão desse mesmo banco. Os economatos só têm produtos do El Corte Inglés a preços claramente caríssimos. Simulam cursos nas oficinas de produção para reabilitar os presos e, dessa forma, pagam-lhe uma miséria, por vezes 0,50 cêntimos por hora. Quase um quarto tem hepatite C e não lhes é fornecida medicação de última geração que os curaria em 90% dos casos. O governo central diz que têm de ser os governos autónomos a pagar esses custos e vice-versa. e, entretanto, os presos vão morrendo anonimamente de morte natural, dizem. Há muitos casos de pena perpétua encoberta, ainda que agora a tenham legalizado. Os assassinatos e suicídios induzidos estão a aumentar sem limites. Atualmente existe uma proposta de luta interna que não acaba por se disseminar dentro da prisão nem fora desta. Dentro da prisão é muito difícil comunicar entre si. Neste momento, só quinze presos fazem jejuns mensais, greves de fome e denunciam tudo o que é denunciável, mas o apoio jurídico é mínimo e o apoio, tanto do movimento libertário, como das organizações de cidadãos ou humanitárias, para além de ser insuficiente, é ineficaz, salvo alguma exceção.

A heroína teve um papel importante na desarticulação e derrota da COPEL. Foi introduzida ao mesmo tempo nas prisões, nas cidades e nos bairros. Durante muito tempo, só se encontrava heroína nas prisões, o que deu lugar ao preso dependente e toxicómano, totalmente manipulável sob os efeitos do síndrome de abstinência.

Atualmente, há movimentos ativos de solidariedade com os presos nos meios libertários?

Sendo o meio libertário abolicionista, não é compreensível como possa estar tão passivo com as prisões. Sim, existem coletivos, como o Tokata, que se dedicam exclusivamente à defesa dos presos em luta e a denunciar tanto no seu boletim em formato de papel e de forma digital, como semanalmente no seu programa de rádio, as condição em que se encontram. Depois, em algumas cidades existem pequenos grupos que praticam o assistencialismo com os familiares, organizam marchas de protesto anuais a muitas macroprisões nos desertos e nos páramos ou alguma concentração pontual devido aos casos mais revoltantes, escrevem a alguns presos e pouco ou nada mais. Pode-se considerar que a luta antiprisional não existe.

Neste momento estão a preparar um documentário sobre a história da COPEL. Em que pé está a produção e o que se pretende com esse documentário?

O documentário *COPEL: Una historia de rebeldia y dignidad* está em fase de montagem. Durante estes últimos dez anos foram gravadas umas cem horas ou mais de entrevistas a militantes, advogados, grupos de apoio, individualidades que na altura apoiaram a luta, intelectuais e historiadores. Será um documentário extenso, de noventa minutos, para dar a conhecer o que se passou na altura e, na sua parte final, dará também a conhecer a atual situação das prisões. No mês de maio estará terminado e contará com imagens de vídeo e fotos de motins, manifestações, etc., ambientado com a coreografia de um grupo de dança de mulheres solidárias com as presas que são pura arte.

O segundo de uma série de artigos, entrevistas e reportagens com o objetivo de lançar um olhar crítico sobre o atual modelo de produção energética, a sua sustentabilidade e viabilidade no presente contexto de crise climática, ecológica, económica e social.

O modelo energético que já chegou, mas ainda está para vir

A necessidade de uma transformação no sistema energético é consensual. Contudo o mesmo não se pode dizer sobre os caminhos que tomará esta transição. Entre comunidades locais, movimentos sociais, governos e empresas do setor, as diferenças de posição e orientação são muitas e variadas.

GUILHERME LUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT
@GUIXLUZ
JOÃO MARTINS
J.MARTINS@JORNALMAPA.PT

No passado dia 1 de Março foi anunciada a construção do maior projeto de captação de energia solar em Portugal até à data e um dos vinte maiores do mundo, o *Solara4*. Com uma potência instalada de 220 MW, o projeto, no concelho de Alcoutim, Algarve, prevê a instalação de 2,4 milhões de painéis solares. O investimento correspondente, de 200 M, provém maioritariamente de duas empresas: a China Triumph International Engineering, parte do grupo China National Building Material, controlado pelo Estado chinês e pelo grupo britânico Welink, que tem ligações fortes a este e a outros grupos chineses. Investimentos desta natureza, em fontes de energia renovável, parecem à primeira vista incontroversos, mas, como qualquer outro, impõem uma abordagem ponderada. De acordo com um comunicado da associação ambientalista Almargem, o projeto ocupará e destruirá completamente uma área de serra com 600 hectares, o equivalente a cerca de 520 campos de futebol. A associação acrescenta ainda que *"Como é óbvio, a Associação Almargem apoia o incremento dos sistemas de produção de energia não dependentes de combustíveis fósseis. (…) Num território como o Algarve, é preferível que se opte por implementar centrais solares mais pequenas, em zonas agrícolas abandonadas ou sem valor conservacionista, perto dos locais de consumo, onde todos os intervenientes possam ter benefícios e os impactes negativos sejam consideravelmente muito mais reduzidos."*. Esta situação tipifica o tipo de dilemas que grandes projetos definidos com "sustentáveis" frequentemente levantam, mas que raramente são reconhecidos ou debatidos pelos seus proponentes.

Outro exemplo relevante neste contexto é o da produção de energia hidroelétrica. 10 anos após o lançamento do Plano Nacional de Barragens pelo governo de José Sócrates em 2007, subsistem ainda 3 aproveitamentos hidroelétricos dos 10 inicialmente planeados. À destruição ambiental e ao impacto social causados por estas grandes hidroelétricas, devemos necessariamente contrapor o facto de, todas juntas, estas barragens contribuírem com a irrisória parcela de 1,7% da produção elétrica de Portugal, de acordo com o grupo Rios Livres do GEOTA. A relação entre investimento, impacto e retorno de projetos como estes deve legitimamente levar-nos a questionar quer a visão que os rege, quer acima de tudo a sua adequação.

Subindo alguns degraus na escala dos potenciais custos e impactos associados a projetos energéticos, este ano foi também o ano em que a energia nuclear voltou a estar na ordem do dia. A Central Nuclear de Almaraz, junto à fronteira com Portugal, que em Abril sofreu mais uma paragem não programada, coloca questões para as quais não há respostas felizes: comunidades sem voto na matéria, são forçadas a viver sob a ameaça permanente de um desastre nuclear.

Projetos como estes permitem ainda assim aos seus promotores invocar o argumento de produzirem energia "renovável" ou, pelo menos, independente da combustão de hidrocarbonetos. Outros nem isso. Alheia à recusa de dezenas de movimentos sociais, associações ecologistas e comunidades afetadas de Norte a Sul de Portugal, a GALP tenciona este ano realizar o primeiro furo para a prospeção de hidrocarbonetos ao largo da Costa Alentejana. Em comum estes projetos têm o facto de serem de grande dimensão, de se destinarem à produção de algum tipo de energia e de serem produto do investimento ou de grandes empresas do sector energético, como a GALP ou a Iberdrola, ou de investimento público de estados, ou ambos. Sintomaticamente, têm também em comum o facto de não terem sido debatidos com as populações ou as comunidades dos locais onde se implementam, indo contra inúmeros relatórios e estudos que denunciam os impactos e as consequências sobre as mesmas e o ambiente em geral. Sem surpresa, quase todos foram motivo de mobilizações e de contestação durante anos. Estes e outros grandes empreendimentos, aos quais podemos chamar mega-projetos energéticos, tipificam uma certa agenda, alheia, no essencial, ao interesse popular e à participação comunitária, que caracteriza muita da política em geral e a política energética em particular. Não espanta portanto que sejam contestados um pouco por toda a Europa e pelo mundo fora. Projetos como o *Southern Gas Corridor*, o gasoduto que visa abastecer a Europa com gás a partir do Azerbaijão, a exploração de carvão lignite na região alemã da Renânia, os campos de gás de Groningen, na Holanda, ou as linhas de alta-tensão no norte da Catalunha, entre muitos outros, têm sido apontados como fontes de enormes impactos ambientais e sociais. Estes e outros projetos, para os quais se canalizam muitos milhões em fundos europeus e nacionais, são produto deste mesmo modelo de produção e consumo energético centralizado em grandes infra-estruturas sob o controlo de estados ou multinacionais, que marginaliza inevitavelmente as populações afectadas, através de processos de decisão totalmente opacos e não inclusivos, sobre os quais estas não têm qualquer controlo. O exemplo paradigmático desta tendência são as estratégias previstas no *Pacote sobre Segurança Energética Sustentável,* apresentado em 2016 pela Comissão Europeia, no qual, entre outras coisas, se se consagra a expansão do uso de gás natural na Europa. Na prática traduzir-se-á na canalização de biliões, através de inúmeros projetos de pequena, média e grande dimensão, incluindo a construção de novo gasodutos intercontinentais e o desenvolvimento de uma infra-estrutura europeia associada à importação, armazenamento e distribuição de gás natural, que vinculará sem debate real os europeus ao uso deste combustível durante décadas. Ao mesmo tempo oferece à indústria um tremendo incentivo para a continuação da extração do mesmo, com todas as consequências que isso acarretará. Contudo este modelo não só tem sido alvo de uma crescente chuva de críticas, como também tem motivado a proposta de inúmeras alternativas.

Um passeio pela Europa das cooperativas.

Face a esta política de cima para baixo, plataformas cidadãs, coletivos ecologistas, académicos, ambientalistas e comunidades afetadas têm contraposto e promovido conceitos como energia comunitária, cooperativas de energias renováveis, autossuficiência e autonomia energética, ou democracia e soberania energética, apontando os mesmos como dinâmicas incontornáveis para uma transição energética não só ambiental e socialmente sustentável, mas socialmente dinamizadora e emancipatória. Indo além de ideias e conceitos estas propostas têm-se materializado em iniciativas concretas com o intuito de desenvolver novas relações entre os sistemas energéticos e as comunidades, centradas em energias renováveis e numa visão da energia como um bem comum e essencial. A multiplicação de cooperativas de eletricidade renovável, projetos de energia comunitária e inúmeras experiências com tecnologias de uso livre e aberto é evidente.

De acordo com o site *rescoop.eu*, da

Traçado do Southern Gas Corridor, o gasoduto que visa transportar gás do Azerbaijão para a Europa.

Federação Europeia de Cooperativas de Energia Renovável, existem na Europa cerca de 2400 REScoops, localizadas maioritariamente na Europa Ocidental, tendo a Alemanha, a Dinamarca e a Áustria o maior número de cooperativas em funcionamento. Neste universo a federação representa cerca de 1200 destas iniciativas e desde que foi fundada, em 2013, os seus membros investiram cerca de 2 biliões de euros em instalações para a produção de energia, que somam uma capacidade instalada de 1 GW. Tratam-se, na sua maior parte, de cooperativas de consumo de energia elétrica de origem renovável sem fins lucrativos. São idealmente estruturas transparentes com processos internos democráticos para a tomada de decisões, que podem ainda ser uma forma de investir coletivamente em infraestruturas locais de produção energética renovável com o fim de beneficiar uma comunidade. Uns cliques no mapa interativo disponível no site e fazemos *zoom-in* sobre a Península Ibérica. Automaticamente surgem pontos como a SOM Energia na Catalunha, a Zencer na Andaluzia, a Goiener no País Basco, a Nosa Enerxia na Galiza e a Coopérnico em Portugal, entre algumas outras. As várias regiões de Espanha têm sido palco nos últimos anos de um autêntico *boom* de cooperativas, onde a Catalã SOM Energia, primeira a constituir-se em 2010, é a maior de todas elas. Para compreendermos as razões que levaram a este rápido desenvolvimento temos de olhar quer para a natureza do mercado espanhol, quer para o impacto da crise financeira. De acordo com um artigo na revista *El Ecologista*, a persistência da crise, combinada com a subida dos preços da eletricidade nos últimos anos, gerou escandalosos problemas de pobreza energética. Estima-se que, em 2012, pelo menos 7 milhões de pessoas tiveram de destinar uma quantidade desproporcionada dos seus rendimentos para pagar faturas de eletricidade. Paralelamente, a chamada liberalização do sector energético, em curso desde os anos 90, traduziu-se na criação de um oligopólio com amplas ramificações na política espanhola. As 5 maiores empresas de geração elétrica, agrupadas na Unesa, associação espanhola da indústria, são responsáveis por 76% da geração, 85% da comercialização e 98% da distribuição no país. Estas empresas têm influência direta na legislação aprovada, diabolizam as energias renováveis com o objetivo de manter os seus investimentos em centrais de ciclo combinado a gás natural e manipulam preços. Um artigo publicado no jornal espanhol *Diagonal,* no final de 2016, notava que o preço da energia pago pelas famílias espanholas esteve entre os mais altos da Europa. No primeiro semestre de 2016, segundo dados do Eurostat, estava nos 0,218 €/kWh, acima da média europeia de 0,206 €/kWh e acima de França e Suécia, mas abaixo de Portugal, com um preço médio da eletricidade de 0,23 €/kWh (fonte: *Pordata*). Estes valores traduziram-se em lucros, entre 2008 e 2015, na ordem dos 56 624 M para as três maiores elétricas espanholas, Endesa, Iberdrola e Gás Natural Fenosa. Este período não é apenas um espaço de tempo em que o preço da eletricidade não parou de aumentar, mas também o da crise económica. O facto de os que mais sofreram com a crise terem sido os mesmos a paga-la não evitou a tragédia de cerca de meio milhão de habitações com a luz cortada em 2015, número só ultrapassado em 2012, um dos anos mais violentos da crise, com quase 1,5 milhões de cortes de luz em Espanha. É neste contexto de monopólio, ganância e prepotência que a proposta das cooperativas ganhou terreno. O número de membros das cooperativas não mais parou de aumentar. A SOM Energia, um projeto local impulsionado por 150 sócios, evoluiu para uma cooperativa com quase 33500 sócios em 2017, organizados numa estrutura descentralizada com dezenas de grupos locais por todo o país. Outras cooperativas surgiram entretanto. A Goiener, no País Basco, conta já com mais de 6153 sócios, e a *Nosa Enerxia,* na Galiza com cerca de 300.

Em Portugal o sector elétrico é igualmente dominado por empresas monopolistas. Em 2016 a EDP, concessionária da rede de distribuição nacional, obteve um resultado líquido de 961 M (mais 5% que em 2015) e em outubro passado, poucos dias após a inauguração do Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia (MAAT), gerido pela Fundação EDP, a empresa voltou aos cortes de abastecimento em bairros sociais. Um comunicado conjunto de associações de moradores de vários bairros da grande Lisboa descreve que no Bairro da Torre, em Loures, a EDP *"cortou, sem qualquer aviso, o acesso à energia a cerca de 70 famílias que aí vivem, incluindo a iluminação pública."* Após o corte a Câmara disponibilizou dois geradores, mas, esgotado o gasóleo, as famílias voltaram a ficar sem luz, pois era-lhes impossível pagar o combustível. Num outro episódio a EDP colocou em tribunal a associação de moradores do bairro da Jamaika, no Seixal, exigindo o pagamento de uma avultada soma. No bairro vivem 215 famílias em habitações com humidade, parco saneamento, frequentes inundações e prédios degradados. Em causa está a recusa, por parte da EDP, em realizar contratos individuais aos moradores e exigir que a associação faça a gestão das faturas, situação que não colheu acordo entre moradores e gerou conflitos. Em 2013 a empresa tinha já cortado a eletricidade nos bairros do Lagarteiro e de Contumil, no Porto. De acordo com o *2.º relatório da União energética da Comissão Europeia*, de fevereiro passado, o país com o preço mais alto da eletricidade era o Reino Unido, seguido de Portugal, Grécia, Espanha e Itália. Foi também nestes países mediterrânicos que, entre 2013 e 2015, o preço por MWh de eletricidade mais subiu. Os relatos da pobreza energética não se ficam por aqui, como conta Miguel Heleno na edição de fevereiro de 2016 da versão portuguesa do jornal *Le Monde Diplomatique*. Pelo menos 22% da população vive em casas com défices graves de isolamento térmico. Os mais vulneráveis são, naturalmente, os idosos, que em grande parte habitam em meios rurais ou urbanos envelhecidos. Há ainda um outro dado importante: o peso da eletricidade na energia consumida em Portugal é muito superior à média da UE. 61.2% das famílias usa aquecimento elétrico, o que as torna, na prática, reféns da eletricidade, e do seu preço, para o aquecimento.

Mas também em Portugal existem experiências alternativas. Uma das que tem recebido mais destaque é a Coopérnico, uma cooperativa para a produção e comercialização de energia renovável. Criada em 2013, conta com 636 membros e fornece mais de 300 contratos para a venda de eletricidade sustentável de fontes renováveis. Tem investido na instalação de inúmeras centrais solares em meio urbano e tem já concluídos com sucesso inúmeros projetos, totalizando investimento superior a 500000. A maior instalação está localizada em Mangualde, com uma potência instalada de 86 kW. Curiosamente, outros exemplos interessantes remontam não a 2013, mas aos anos 30 do século passado. Existem ainda hoje em Portugal cerca de 10 cooperativas elétricas locais, a maioria no norte do país, que datam desse período. Estas cooperativas formaram parte de uma resposta frequentemente colectiva aos desafios da eletrificação do interior rural. Inúmeras deixaram de funcionar ao longo do século passado, à medida que a rede nacional se desenvolvia, nomeadamente durante os anos 80, período aziago a projetos desta natureza, mas as dez que sobrevivem são na maioria casos de sucesso a vários níveis. Cooperativas como a CELER, de Rebordosa, a A Lord de Lordelo, CEL de Loureiro ou a CEVE de Vale d'Este, entre outras, são exemplos vivos e vitais de eletrificação cooperativa vinculada às comunidades a que pertencem. São locais, enraizadas e representativas do seu território, da sua população e da sua história, para os quais contribuíram ao longo de décadas. Fornecem eletricidade a preços inferiores à média nacional, com uma qualidade de serviço superior, fruto da proximidade aos utente e membros, dão lucros que em grande medida revertem para a comunidade, entre outros aspetos a destacar. Naturalmente, a maior parte da eletricidade que fornecem não provém de fontes renováveis e, como organizações quase centenárias,

Projetos como o Southern Gas Corridor, o gasoduto que visa abastecer a Europa com gás a partir do Azerbaijão, a exploração de carvão lignite na região alemã da Renânia, os campos de gás de Groningen, na Holanda, ou as linhas de alta-tensão no norte da Catalunha, entre muitos outros, têm sido apontados como fontes de enormes impactos ambientais e sociais.

terão alguma bagagem associada ao contexto sociopolítico que as envolve. Mas não custa imaginar que poderão adoptar com maior facilidade soluções renováveis de menor impacto do que as descritas atrás. Finalmente, o AECT Duero-Douro, uma organização transfronteiriça sem fins lucrativos devotada ao desenvolvimento da região, anunciou no início do ano a criação de um uma cooperativa transfronteiriça, a EFI-Duero Energy, em parceria com mais de 200 municípios e entidades de ambos os lados da fronteira, com a promessa de oferecer eletricidade a preço de custo, sem margem comercial e de combate ao oligopólio que domina os dois mercados. Ao contrário da Coopérnico que tem um compromisso claro com a energia renovável produzida localmente, estes projetos, pelo menos nesta fase, oferecem propostas essencialmente interessantes no que toca ao comportamento dos mercados e à integração comunitária de serviços.

Para se imporem no território muitos Mega-Projectos necessitam de uma forte militarização. Na Catalunha a construção das Linhas de Alta Tensão está na origem de um conflito ambiental e social que tem oposto as comunidades locais aos promotores do projecto.

Para lá das cooperativas

As diversas experiências e perspetivas cooperativas na área da energia têm sido alvo de um alargado debate e estudo quer no meio académico, quer por inúmeros grupos e coletivos dedicados à soberania energética, mas também por sindicatos e outras organizações políticas. O trabalho de Conrad Kunze e Sören Becker, investigadores alemães sobre modelos cooperativos de produção energética, realça o papel que movimentos sociais desempenham quando unem iniciativas de transição energética a propostas de decrescimento ou abrandamento económico. Assim, definem *"projectos colectivos de energia renovável politicamente motivados"*, ou seja, iniciativas que se posicionam para lá da mera geração de eletricidade ou calor a partir de fontes renováveis, mas que assumem uma dimensão política, através de estruturas que promovem a participação, a propriedade coletiva, bem como processos de tomada coletiva de decisões. Os investigadores lançam-se na identificação desses projetos na Europa, usando ainda outros critérios, como o compromisso com objetivos ecológicos ou a criação de emprego ao nível local. O exemplo da SOM Energia surge na lista, lado-a-lado com muitos outros projetos. Um deles começou em 2003, quando a comunidade de Machynlleth, no País de Gales, através da cooperativa Bro Dyfi Community Renewables, foi responsável pela instalação da primeira turbina eólica comunitária, comprada em segunda-mão, com uma potência de 75 kW. Para os investigadores, o projeto de energia eólica em Machynlleth segue uma agenda de decrescimento: fornece energia renovável gerada localmente, acompanhada pela tentativa de impactar o estilo de vida da comunidade em termos energéticos, sem seguir um modelo comercial tradicional. A vila é também o local onde, desde os anos 70, está instalado o Centro para a Tecnologia Alternativa (CAT, na sigla em inglês), um centro de educação e investigação em sustentabilidade. Inicialmente uma parte da energia produzida pelo gerador servia para alimentar o CAT, sendo o excesso de produção injetado na rede de distribuição local. De acordo com a página do projeto, toda a energia gerada hoje em dia é injetada na rede local e em 2010 a comunidade instalou uma segunda turbina de 500 kW.

Em 2013 Berlin foi palco de uma tentativa de compra e municipalização da rede de distribuição local de energia. A campanha que antecedeu o referendo, a 3 de novembro, foi dinamizada pela *Berlin Energy Roundtable*, uma aliança de ONG's, grupos ambientalistas, ativistas, coletivos anti-gentrificação e profissionais de energias renováveis. A proposta do referendo era retirar a concessão da rede à Vatenfall, companhia pública sueca, que é proprietária da rede desde a sua privatização, em 1997. A empresa é particularmente mal vista na Alemanha, pelo facto de ser dona de diversas centrais nucleares e minas de lignite perto de Berlin e porque, em 2012, processou o governo alemão, pedindo biliões de euros de indemnização pela decisão de encerrar gradualmente centrais nucleares na sequência do desastre de Fukushima. A aliança propunha que a rede local viesse a ser propriedade de uma nova companhia publica de energia 100% renovável, de base comunitária, gerida pelos cidadãos, pelos próprios trabalhadores e membros da Câmara Municipal. A companhia estaria ainda orientada para uma redução geral do consumo energético na cidade e para a implementação de tarifas sociais de eletricidade que prevenissem a pobreza energética. A proposta, aprovada por 83% dos votantes, falhou ficando 21,000 votos atrás do resultado necessário para a sua implementação.

Estes dois modelos, os mega-projetos e projetos de pequena e média dimensão, assentes em ação e soberania comunitárias, são em grande medida antagónicos e fazem parte do autêntico turbilhão que percorre o sistema energético. É preciso ainda não esquecer os avanços tecnológicos da ultima década que têm tornado cada vez mais acessíveis módulos fotovoltaicos, painéis de energia solar térmica para a produção de águas quentes e turbinas eólicas adaptáveis a todos os regimes de ventos urbanos ou rurais. O custo da energia fotovoltaica, por exemplo, diminuiu 85% nos últimos 7 anos, de acordo com o relatório *Carbon Tracker* do Imperial College de Londres, ganhos que, à luz de avanços tecnológicos previsíveis, tenderão a aumentar ainda mais. Estes avanços tornam cada vez mais viáveis e relevantes quer soluções comerciais convencionais, quer, crucialmente, soluções locais e comunitárias sem fins lucrativos. Por outro lado, a indústria de combustíveis fósseis reinventa-se e redobra esforços para atrasar este progresso e a sua aplicação abrangente. A política europeia reflete claramente estas tensões. Se o *Pacote sobre Segurança Energética Sustentável* da UE, que mencionamos, pode ser descrito como uma "carta de amor" à indústria fóssil, o mais recente *Winter Package: Clean Energy for All Europeans* (*Pacote de Inverno: Energia Limpa para Todos os Europeus*) lançado em novembro passado, estabelece, entre outras coisas, as bases para uma muito maior abertura para com iniciativas locais e regionais de base comunitária ou cooperativa, focadas na produção de energia provinda de fontes renováveis. Estes dois pacotes de medidas representam o que a UE espera que seja visto como uma política estratégica multipolar e complementar. O problema é que claramente onde uns são filhos, outros são enteados. O primeiro representa um esforço estrutural, assente em infraestrutura construída ou a construir, com claras implicações a médio e longo prazo; enquanto o segundo, bem vindos que sejam alguns dos seus elementos constituintes, representa acima de tudo uma maior abertura institucional a alternativas. Enquanto isso, o planeta aquece...

As várias regiões de Espanha têm sido palco nos últimos anos de um autêntico boom de cooperativas, onde a Catalã SOM Energia, primeira a constituir-se em 2010, é a maior de todas elas.

Some like it hot.

Como cenário de fundo surgem as alterações climáticas e os seus impactos. 2016 foi o ano mais quente de que há registo e é muito provável que 2017 lhe tome o lugar. Na sequência do seu mais recente relatório anual que realçava estas tendências, David Carlson, diretor do programa de investigação climática global da WMO (Word Meteorological Organization) afirmou que *"estamos a ver alterações notáveis à escala planetária, que questionam os limites da nossa compreensão do sistema climático. Estamos realmente a entrar em terreno desconhecido"*. Em perfeito contra-ciclo, no final de março correu na imprensa mundial uma fotografia de Donald Trump, ladeado de mineiros. Também ao seu lado, durante a assinatura do decreto que deita por terra o *Clean Power Act*, a legislação aprovada por Barack Obama para cortar as emissões de gases com efeito de estufa, estava ainda o recém-nomeado diretor da Agência de Proteção Ambiental, Scott Pruitt, personagem fortemente associado à indústria petrolífera e que rejeita o consenso científico em torno do aquecimento global. Dois meses antes, em janeiro, Trump tinha revertido outro marco da administração Obama, o cancelamento do *Dakota Access Pipeline*,

conseguido após largos meses de protestos e de repressão de ativistas indígenas e ambientais. No entanto, o que é surpreendente em Trump não é o seu compromisso com a reativação das indústrias do petróleo, gás e carvão. A administração Obama, mesmo tendo aprovado medidas limitadas contra as alterações climáticas, nomeadamente no que toca ao carvão, foi um proponente e dinamizador inicial do gasoduto Keystone XL, um dos projetos potencialmente mais danosos da atualidade. Foi ainda durante o seu mandato que a indústria da fratura hidráulica teve o seu momento áureo, com o seu apoio declarado. Ainda assim, Trump devolve o *American Dream* à indústria fóssil com um assustador orgulho e consequências possivelmente devastadoras, pela mensagem que passa à indústria e ao mundo. 8 de novembro de 2016 não foi apenas o dia em que este ganhou as eleições nos EUA, mas também o segundo dia da COP22, a conferência das Nações Unidas para as alterações climáticas. Reunidos em Marraquexe, líderes e delegações mundiais congratulavam-se com a ratificação do Acordo de Paris, que visa impedir que a temperatura média do planeta não suba (idealmente) mais de 1,5º C, perante um coro de consternação de especialistas e cientistas que, louvando o passo em frente, não conseguiam deixar de reconhecer o irrealismo do mesmo, perante a falta de metas vinculantes e de mecanismos, nomeadamente face às reservas de combustíveis existentes e consumos já previstos. O acordo sugere um fluxo de muitos milhões para todo o tipo de investimentos energéticos, ao mesmo tempo que estudos recentes como o *Emissions Gap Report 2016*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, indicam que mesmo cumprindo o estabelecido, o aumento ronde os 3ºC ou mais, o que teria inevitavelmente consequências desastrosas para o ecossistema global. O problema é que já passaram quase 8 anos desde a Conferência do clima em Copenhaga, no ano de 2009, 20 desde o Protocolo de Quioto e quase 30 desde o histórico testemunho do cientista da NASA, James Hansen, ao Congresso americano acerca do aquecimento global. As temperaturas médias do planeta não pararam de aumentar e estudos e notícias recentes começam a lançar sérias dúvidas sobre se não ultrapassámos já o ponto de não-retorno nos níveis de CO^2 na atmosfera, para além do qual alterações catastróficas serão inevitáveis. Todas as estimativas e resultados previstos ao longo dos anos têm sido consistentemente ultrapassados, seja no que toca a temperaturas, gelo oceânico e polar ou outros indicadores, demonstrando que os modelos pecam por defeito e refletindo a natureza altamente complexa e dinâmica do sistema climático global. Se no plano puramente científico existe ainda incerteza, não no que toca ao fenómeno, mas à sua real magnitude, existem outros aspectos desta situação que são bem menos incertos. O site *carbonmap.org* mostra um dos aspetos mais perturbantes do atual modelo energético: as assimetrias em termos de acesso à energia entre os países do sul e do norte do globo e sua relação com

Foto de familia da COP22. Lideres mundiais assinam um acordo que não os vincula a qualquer tipo de acção concreta contra as alterações climáticas.

a proveniência dessas fontes energéticas. Se é no hemisfério norte que se consome a maioria da energia, é no hemisfério sul que estão localizadas a maior quantidade de reservas de combustíveis. Contudo os efeitos de eventos climáticos extremos, as cheias e as mudanças profundas nos ecossistemas terão consequências diferentes e serão os mais pobres, em toda a parte, a pagar a fatura mais alta do modelo energético fóssil com especial ênfase no sul global. O problema é, ao mesmo tempo, muito complexo e extremamente simples. Não pode existir uma economia realmente "verde" que não seja também justa e fundamentalmente distinta da atual. À luz do escasso progresso das últimas décadas, as soluções parecem residir em grande parte nas comunidades e não nos líderes.

Mais fundo na transição energética.

A introdução do livro *"Transições Energéticas: Sustentabilidade e Democracia Energética"*, publicado em 2015 por elementos de alguns grupos de investigação (1) da Universidade do País Basco e pelo grupo *Ekologistak Martxan,* é uma rara e completa síntese das questões que se deveriam colocar a qualquer pessoa ou organização dedicada a pensar um novo sistema energético. Os autores analisam a transição energética na intersecção de questões não só ecológicas mas também sociais, políticas e económicas, trazendo claridade a um debate que muitas vezes esbarra na simplicidade de análises que se centram apenas nas consequências dos níveis de CO^2 na atmosfera e na necessidade de mais energias renováveis. Mais do que simplesmente entender estas problemáticas de um ponto de vista puramente ecológico, estendem a discussão ao âmbito sistémico e socioeconómico da organização social: *"Os recursos energéticos renováveis também não estão a salvo porque colocámos em perigo a sua disponibilidade através de uma utilização muito superior à sua taxa de renovação. E, claro, estamos a esgotar os depósitos de resíduos: já não sabemos o que fazer com o lixo, com os resíduos radioativos, com a contaminação que todos eles produzem, com as alterações climáticas nem com o CO^2"*. Prosseguem, afirmando que se verifica *"o esgotamento de um modelo político e económico injusto e insustentável. A crise da democracia liberal capitalista é palpável. Cada vez são menos os que confiam na classe política ou no sistema de representação. E nós também estamos esgotadas. Uma sociedade espremida pela exploração laboral, pela invisibilidade dos trabalhos de assistência, pelos ajustes estruturais e pelo culto do crescimento económico. Uma economia que gira em torno dos processos de acumulação e especulação financeira e se esquece da manutenção da vida, das pessoas, das comunidades e dos ecossistemas. Um sistema enraizado na injustiça em múltiplas escalas, que saqueia o Sul para o consumo do Norte e para o enriquecimento de companhias transnacionais e elites político económicas."*

No entanto o livro está longe de ser um compêndio de ideias catastróficas. Nesse sentido, consideram que uma das questões chave para a transição energética é *"a capacidade de suprir a procura de energia atual das sociedades do norte através de energias renováveis"* e referem os estudos de Carlos de Castro Corranza, físico da Universidade de Valladolid, para concluir que esta substituição não é possível. Acrescentam ainda que *"As energias renováveis também requerem a utilização de materiais não-renováveis e produzem uma série de impactos no território. O debate sobre a escala e a forma em que se desenvolvem as renováveis é algo central em todo o processo. O facto de que muitas organizações não considerem como renováveis as grandes hidroelétricas devido ao impactos irreversíveis que produzem, ou o lema 'eólicas sim, mas não assim' são reflexo da discussão sobre sustentabilidade ambiental das renováveis. Não é apenas o 'que', mas também o 'como' (e para quem e para quê). Portanto se o novo modelo deve ser renovável e ambientalmente sustentável, o decrescimento no consumo, por parte das comunidades e sociedades do Norte é indispensável"*. Lançam-se então numa tentativa de definir o que poderá ser a Transição Energética, questionando-se se será uma revolução ou uma mudança suave. *"(...) a transição que desejamos implica uma rutura nos processos de acumulação e de saque ambiental e humano, mas também uma desconstrução de muitas estruturas de dominação tanto externas como internas. Se queremos imaginar e construir horizontes ambientalmente mais sustentáveis e socialmente mais justos, é necessária também uma revolução cognitiva, social e cultural."* Por último, é preciso compreender quais serão os atores desta transição e qual a sua natureza e métodos. Se por um lado existem organizações e empresas que, tendo um papel central neste processo, atuam no âmbito do mercado, há ainda outras que são parte da sociedade civil e mesmo de governos locais ou dos próprios municípios. Para os autores o importante é que se tratem de *"iniciativas nascidas desde baixo"* e apontam os *"movimentos sociais, as cooperativas e os governos municipais"* como os agentes de mudança energética mais relevantes.

Talvez a questão central para a definição de quais os caminhos a tomar na transição energética tenha que ver com a forma como concebemos a energia. *Cecile Blanchet*, ativista e investigadora na Commons Network e colaboradora com a fundação P2P, no seu blog *energycommonsblog.wordpress.com,* deixa-nos duas visões diferentes sobre a energia. Quando a energia é uma mercadoria *"é produzida para produzir lucros (mesmo que verdes): somos clientes/consumidores e o nosso poder de decisão é escolher entre diferentes companhias de energia. O incentivo neste caso é produzir a maior quantidade de energia possível (ou aumentar os preços) de forma a aumentar os lucros. Os preços são determinados ou pelo produtor (o dono da central) ou pelo mercado"*. Por outro lado quando a energia é um bem comum "*é produzida para responder a uma necessidade e somos produtores e consumidores. A isto é chamado 'prosumers'. Podemos decidir juntamente com vizinhos qual o sistema que queremos. O incentivo é produzir o que é preciso e armazena-lo. Sendo um bem comum não significa que a energia é grátis mas que os preços podem ser adaptados às nossas necessidades (somos nós que a controlamos e usamo-la para promover justiça social e climática). Pensemos na água que é também um bem comum: tem um custo para o consumidor. Mas não vais fazer lucro a partir dela porque é considerada um direito humano. Devemos olhar para a energia da mesma maneira"*

Em 2016 a EDP, concessionária da rede de distribuição nacional, obteve um resultado líquido de 961 M€ (mais 5% que em 2015) e em outubro passado, poucos dias após a inauguração do Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia (MAAT), gerido pela Fundação EDP, a empresa voltou aos cortes de abastecimento em bairros sociais.

/// NOTAS

1 Grupos de investigação EKOPOL (Ekonomia Ekologikoa eta Ekologia Politikoa) e PARTE HARTUZ

Viver é preciso

José Carlos Marques — passado, presente e futuro do movimento ecológico

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Pouco passa das três da tarde e o sol primaveril convida a que a janela daquele segundo piso se abra para que entre o ar que ele aquece. Com o ar vêm os sons de mil obras, martelos pneumáticos, serras eléctricas, rebarbadoras, ou não estivéssemos na área da Rua de Santa Catarina que marca o início do triângulo das Bermudas do turismo do Porto, onde actualmente o negócio da reconstrução urbana se faz ouvir de forma quase ininterrupta. Na sede da Campo Aberto, "associação de defesa do ambiente que visa debater e promover o exercício da cidadania no domínio ambiental, nas suas dimensões natural, rural e urbana", é dia de atendimento ao público e, de facto, alguém está a ser atendido quando lá chegamos para uma conversa com José Carlos Marques, seu presidente. Que nos observa que o que disser nesta entrevista é de sua inteira responsabilidade individual e não compromete em nada a associação.

Foi o próprio quem nos fez entrar para que não esperássemos nas escadas que o atendimento acabasse. Este termina com um convite para um 13 de Maio não mariano de passeio pelo Douro. Um convite que, não nos sendo dirigido, logo nos foi estendido.

José Carlos Marques (JCM) é um nome incontornável para qualquer pessoa que estude o movimento ecologista português. Pela tenacidade, pela permanência, pelo trabalho feito. Uma longevidade com raízes nos finais dos anos 60, quando se exilou «voluntariamente», como nos disse, para escapar à participação no exército colonial português. «Estava a fazer um curso superior e fui arrastando aquilo enquanto pude. Depois pareceu-me que já era um bocadinho demais e havia a possibilidade de ser chamado. Fui preparando as coisas. Arranjei uma bolsa de estudos em França e parti em Outubro de 1969».

Foi, então, nesse exílio que, pela primeira vez, teve contacto com as preocupações ambientais. «Quando saí de Portugal, em 69, não se falava praticamente disso». Aliás, tempos antes, quando a *Cooperativa Pragma* (não confessional mas fundada por um grupo de católicos progressistas opositores ao salazarismo), de quem era próximo, pensara organizar um colóquio sobre protecção da Natureza, «lembro-me de ficar admirado. Que raio de coisa é essa, protecção da natureza? Porque nessa altura a atenção da maior parte das pessoas com quem eu convivia estava voltada para a questão política e social».

DANIEL MELIM | WWW.DANIELMELIM.COM

«Na própria França, até pouco antes de eu ter chegado, o assunto ainda era muito pouco conhecido, embora houvesse já algumas coisas, mas eram muito sectoriais, minoritárias». Foi através do semanário satírico ***Hara-kiri Hebdo***, antecessor do célebre *Charlie,* que primeiramente tomou contacto com estas questões. Um jornal «irreverente, contestatário, anti-sistema, que me parecia muito próximo do espírito pós Maio de 68, um bocado libertário».

«Como eu tinha estado ligado aos meios católicos progressistas, quando rompi, ou me afastei, dessa perspectiva, não estava disponível para me enquadrar noutra igreja, mesmo que fosse ateia. Era mais fácil ir ou para extrema-esquerda ou para a proximidade das perspectivas libertárias ou anarquistas do que propriamente para os partidos mais clássicos. Eu nunca fui anarquista mas, na transição dessa fase de católico progressista para outras fases, li uma obra sobre anarquismo de um filósofo francês que foi muito influente nos meios católicos, Emmanuel Mounier, e fiquei um pouco fascinado. Para mim, foi uma boa maneira de fazer a ponte duma certa cultura filosófica que eu conhecia para outra que eu desconhecia por completo».

O *Hara-kiri Hebdo* «tinha umas crónicas que me interessavam especialmente, de um colaborador, Pierre Fournier, que tratava justamente da questão ecológica. Nessa altura, a França começava a fazer a mudança para um processo de intensificação da produção de energia nuclear em centrais e ele falava e desenhava sobre muitos assuntos relacionados com isso, tinha uma boa informação sobre o que se passava nos Estados Unidos e em Inglaterra e acabou por me revelar a nomes e pensamentos importantíssimos nesta área».

Depois de França, o Brasil, em Agosto de 1971. Onde «de certa forma pus à prova a pouca informação de que dispunha na altura sobre a questão do ambiente e da ecologia, porque, no Brasil, as pessoas que eu conhecia directamente não estavam muito implicadas nisso. Conhecia, acima de tudo, pessoas com uma formação de esquerda, digamos assim,

e discutíamos muito porque a perspectiva ecológica era, para elas, uma coisa fora de questão e achavam até que era uma ideia um pouco reaccionária, porque o que interessava era o desenvolvimento social, económico e político, a luta contra a ditadura e a revolução». JCM publica os seus primeiros textos, «não muitos mas alguns», sobre a questão ambiental, no *Jornal Opinião*, «um semanário de informação geral e, no fundo, de luta política, dentro das possibilidades em ditadura militar», que traduzia uma certa aliança entre a burguesia nacional anti-ditadura e a juventude mais radical e independente da esquerda heterodoxa.

Saído de Portugal com o que chama a «cultura da oposição à ditadura», onde se incluía a «crítica ao atraso do país», passou por França, onde a perspectiva crítica em relação ao modelo social «começava a revelar coisas que eu estava longe de saber – o esgotamento dos recursos, limites do crescimento – que me obrigaram a reformular toda a minha mentalidade oposicionista tradicional. Isto fez-me estar sempre numa minoria das minorias, tanto na ida para o Brasil, como, principalmente, no regresso a Portugal, em 1974, quando se estava a viver o deslumbramento do progresso e da abertura de perspectivas de desenvolvimento, cujo conceito já não partilhávamos nos mesmos moldes. Isso revelou até alguma dificuldade de entendimento com amigos com quem há cinco anos antes tinha plena identificação; embora mantivéssemos laços de amizade, as prioridades eram quase todas diferentes».

A perspectiva ecológica era, de facto, muito crítica em relação ao modelo de desenvolvimento, quer dos países ditos socialistas – incluindo maoistas –, quer em relação ao dos países do ocidente. «Era uma coisa que rejeitava tanto um modelo como o outro», o que tornava muito difícil a entrada do discurso ambientalista nos programas e nas linguagens dos partidos e dos movimentos que, na altura, se dedicavam, acima de tudo, à questão social e ideológica. «Os movimentos esquerdistas, principalmente de índole marxista, as poucas vezes que se preocupavam com isto era, em geral, para dizer que isso da ecologia era uma coisa reaccionária». Tudo se passava, assim, ao nível de grupos muito pequenos, com tentativas ainda muito embrionárias. «Os grandes movimentos sociais seguiam noutra direcção e passavam-nos um bocado ao lado. Ou passávamos nós ao lado deles.»

Uma das primeiras pessoas que em Portugal se dedicaram intensamente à questão ambiental e que, através do seu trabalho, escreveu muito sobre esses problemas, foi o jornalista do *Século,* Afonso Cautela, com quem, «não sei se ainda em França ou se já no Brasil, comecei a trocar correspondência com base nesse interesse comum, que eu descobrira graças à intermediação de um amigo que tinha ficado no interior de Portugal. Quando regressei, em Junho de 1974, uma das primeiras coisas que fiz foi procurá-lo. Nessa altura, já se estava a preparar, se é que não estava já em andamento, uma entidade, ainda informal, chamada Movimento Ecológico Nacional, muito ligada a ele e a um outro jornalista chamado António Carvalho. Este movimento teve uma existência um pouco acidentada e durou pouco tempo, mas teve um papel seminal muito importante».

Ainda em 1974, regressou ao seu Porto natal, onde surgia o GAIEP – Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto. Reuniu nos primeiros tempos nas instalações das Edições Afrontamento, que começara, há pouco, a editar a colecção de livros *Viver é Preciso*, cuja temática era retomada pelo GAIEP em termos de intervenção prática. No roteiro *1974: 40 anos de ecologia a partir do Porto*, que JCM nos ofereceu, pode ler-se que entre os primeiros documentos produzidos pelo GAIEP, um deles intitulava-se *Porquê a agricultura biológica* e outro *As centrais nucleares: uma ameaça à saúde pública*, "onde se denunciava que 'a energia nuclear pacífica não passa dum sub-produto da energia nuclear bélica' […]. A partir de Fevereiro de 1976, o GAIEP passa a reunir na Rua da Boa Hora, em espaço cedido pelo NPEPVS [Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem]. O primeiro número de *Alternativa* (pequena mas pioneira revista que o grupo passou a editar) refere essa como a sede provisória do GAIEP. O n.º 3, de Outubro de 1977, refere o nascimento da Cooperativa Pirâmide (Cooperativa Cultural para o Desenvolvimento de uma Sociedade em Harmonia com o Universo) e dá como endereço para a correspondência o n.º 50 da Rua do Breiner, sede da Cooperativa. A revista *Alternativa* diz-se agora publicada pelo GAIEP 'integrado na Cooperativa Pirâmide'. O envolvimento desta na preparação do Festival Pela Vida e Contra o Nuclear, que viria a decorrer em 21 e 22 de Janeiro de 1978 em Ferrel e Caldas da Rainha, era então intenso."

> «Como eu tinha estado ligado aos meios católicos progressistas, quando rompi, ou me afastei, dessa perspectiva, não estava disponível para me enquadrar noutra igreja, mesmo que fosse ateia.»

> «Isto fez-me estar sempre numa minoria das minorias, tanto na ida para o Brasil, como, principalmente, no regresso a Portugal, quando se estava a viver o deslumbramento do progresso e da abertura de perspectivas de desenvolvimento, cujo conceito já não partilhávamos.»

NUCLEAR NÃO, OBRIGADO

Apesar de, por cá, a questão nuclear ainda não se pôr de forma premente, era já central neste tipo de movimentos. «O Movimento Ecológico Português logo à partida era declaradamente anti-nuclear», por exemplo, e

Em Janeiro de 1978, nas Caldas da Rainha e em Ferrel, realizou-se o Festival Pela Vida Contra o Nuclear com debates, espectáculos e outras actividades, nos quais participaram nomes como Zeca Afonso, Vitorino, Pedro Barroso, Fausto ou Sérgio Godinho.

já tinha até realizado, em Buarcos, um encontro onde «eu apresentei uma comunicação chamada *Por uma moratória nuclear* – não sei se era esse exactamente o título – ou seja, por um adiamento da instalação de centrais nucleares enquanto não fosse o assunto bem estudado e bem debatido. Uma forma de agir noutros países, não fui eu quem inventou. Aliás, se não erro, já desde antes do 25 de Abril o tema foi abordado em artigos de Afonso Cautela e de Delgado Domingos na imprensa portuguesa». Tudo mudou rapidamente e, no dia 15 de Março de 1976, o povo de Ferrel, perto de Peniche, marchou sobre o local onde decorriam trabalhos preparatórios para a então projectada central nuclear e «retirou de lá a única coisa que existia na altura já em função da central, que era um posto de observação meteorológica ou outra pequena estrutura».

Em 1976, no n.º 2 dos *Cadernos de Ecologia e Sociedade* intitulado 'Não à industrialização selvagem', a par de artigos como 'Desenvolvimento com Baixo Consumo Energético', o editorial clamava "Somos Todos Moradores de Ferrel", na luta contra a energia nuclear. Em Junho de 1977, foi lançado um manifesto sobre a política energética e a opção nuclear, assinado por cento e dez cientistas e técnicos ligados ao problema nuclear que debateram a nível nacional estas questões. «Alguns contactos que houve com algumas pessoas que eram mais formais, académicas, também se processaram nessa área. Por exemplo, o professor Delgado Domingos [falecido em 2014], que devia ter trinta e poucos anos nessa altura e era professor do Instituto Superior Técnico, tinha estado nos Estados Unidos, onde conheceu o movimento anti-nuclear, e trouxe essa perspectiva com ele».

Para se conhecer o processo com profundidade, JCM aconselha-nos o livro *A maldição das bruxas de Ferrel*, de Mariano Calado, um «romancezinho que é um romance histórico... é romance, mas a parte descritiva de acontecimentos relativos a Ferrel é histórica, incluindo os personagens que aparecem, como o Afonso Cautela, o Delgado Domingos e os argumentos que eles apresentam no livro são os que realmente apresentaram à população de Ferrel». Aqui se percebe que, apesar do movimento ser autónomo e espontâneo, «já havia uma ligação de intelectuais, académicos e outros ecologistas ao povo de Ferrel» que acabou por se fortalecer.

Tudo mudou rapidamente e, no dia 15 de Março de 1976, o povo de Ferrel, perto de Peniche, marchou sobre o local onde decorriam trabalhos preparatórios para a então projectada central nuclear e «retirou de lá a única coisa que existia na altura já em função da central, que era um posto de observação meteorológica ou outra pequena estrutura.»

Se bem que a opção nuclear tivesse, desde o início, uma oposição clara de quem se movimentava nestes meios, foi a questão concreta de Ferrel que uniu mais gente dispersa à volta de objectivos comuns e que acabou por trazer muito sangue novo para a luta ecológica. «Curiosamente, em 1976-77, o Movimento Ecológico Português, na sua tentativa de se afirmar como movimento, já estava numa trajectória declinante – nem sei se chegou a ser fundado juridicamente. O ambiente mental da época era muito tenso em termos de conflitos de ideias e de orientações políticas ou ideológicas e isso também se reflectia nas pessoas que estavam neste Movimento, porque nem todas tinham um grau de motivação idêntico, nem todas punham a tónica nos mesmos aspectos. O equilíbrio era difícil. E, embora todas aquelas pessoas tivessem durante algum tempo considerado que estavam próximas e tinham alguns interesses comuns, a verdade é que havia tensões. E houve alguma fragmentação. De tal forma que, em 1977, quando se estava a preparar um festival antinuclear de Caldas da Rainha e Ferrel, o Movimento já estava um pouco isolado».

Parecia que a iniciativa do Movimento Ecológico Português estava a cair num certo vazio. «Mas com esta questão do anti-nuclear, que era ao mesmo tempo mais vasta e mais sectorial, verificou-se que, afinal de contas, havia um certo eco noutros sectores de fora, digamos assim, pessoas que não estariam interessadas em agricultura biológica ou nisto ou naquilo mas que, na questão nuclear, estavam bastante mais atentas, mais interessadas e mais decididas». A par, claro, de uma enorme repercussão mediática.

Em Janeiro de 1978, nas Caldas da Rainha e em Ferrel, realizou-se esse Festival Pela Vida Contra o Nuclear, que reuniu cerca de duas a três mil pessoas. Decorreram debates, espectáculos e outras actividades, nos quais participaram nomes como Zeca Afonso, Vitorino, Pedro Barroso, Fausto ou Sérgio Godinho. «Com surpresa – mais de uns do que de outros –, podemos dizer que esse festival foi um êxito, porque, em coisas em costumavam aparecer dez, quinze ou vinte pessoas, apareceram mais de duas mil». Parecia ter havido a ultrapassagem duma fase, mas, «depois desse momento, o que houve de continuidade manteve-se muito minoritário. Foi um momento que tirou esses grupos do anonimato mas, ao mesmo tempo, foi temporário e o ritmo e grau de envolvimento da sociedade continuaram muito lentos».

No *Roteiro* anteriormente referido pode ler-se: "Foi nesse Festival que começou a ser divulgado o primeiro número da nova revista *A Urtiga*, designada como 'uma iniciativa *Viver é Preciso*'. Ela aparece claramente inscrita no movimento universal de regresso à terra, contra o nuclear e pelas energias suaves. Os seus artigos e temas prosseguem, aprofundam e ampliam o que já tinha sido feito pela revista *Alternativa*. Do n.º 1 ao n.º 7 a *Urtiga*, sediada no concelho de Lagos embora editada via Lisboa, segue basicamente esse rumo. A partir do n.º 2 de Maio de 1978, e sobretudo do n.º 4, de Setembro de 1978, passa a ser feita com larga participação da Pirâmide e, depois, da iniciativa Renascimento Rural. Pode dizer-se, aliás, que essas são várias das metamorfo-

NÃO À INDUSTRIALIZAÇÃO SELVAGEM
Alternativas para o Terceiro Mundo
• Cesar Victora
• Alfredo Aveline
Desenvolvimento com Baixo Consumo Energético
• Urs Heierli
Os Problemas do Ambiente na Africa
• Samir Amin
Editorial • Somos Todos Moradores de Ferrel
AFRONTAMENTO
VIVER É PRECISO/5
CADERNOS de ECOLOGIA e SOCIEDADE/2

SOBRE O ANTAGONISMO CIDADE/CAMPO
a. faia,
fournier, eça de queirós
jean giono, alberto caeiro/fernando pessoa,
bernard charbonneau, simone weil,
josé a. lutzenberger, lewis mumford, joel de rosnay,
lawrence d. hills,
erick p. eckholm e kathleen newland,
lester r. brown,
rui távora, jacques camatte
MANIFESTO POR UM RENASCIMENTO RURAL
AFRONTAMENTO
VIVER É PRECISO
CADERNOS de ECOLOGIA e SOCIEDADE/4

Renascimento Rural

Um dos aspectos mais interessantes ao olharmos para o percurso de José Carlos Marques, dos colectivos e indivíduos dos anos 70-80, é a sua perspectiva agro-ecológica. Em concreto, um grupo com um ideário comunitário: o projecto Renascimento Rural, que assentou arraiais numa aldeia do interior do concelho de Lagos (Algarve). Em 1978, fruto da colaboração da colecção de livros *Viver é Preciso*, das Edições Afrontamento, coordenada por JCM, foi criado na aldeia de Barão de São João, o Centro de Ecologia e Alternativas Renascimento Rural. Campos de trabalho dedicavam-se à construção de uma casa ecologicamente integrada em pedra, taipa e adobe, onde havia lugar à gestão de uma biblioteca e da revista *A Urtiga*, quase simultânea a este projecto.

Mas no mercado alternativo dessa aldeia de Barão de São João, muitas das comunidades neorurais ou quintas orgânicas que actualmente todos os meses aí se cruzam, talvez já não se recordem ou sequer conheçam essa experiência precursora. «No final dos anos 90, mas sobretudo já neste século, começaram a aparecer uma série de pessoas, grupos, iniciativas muito ligadas à questão da permacultura. E é sobretudo através da internet que surgem. Provavelmente nem sabem que houve experiências como estas, anteriores. Há uma continuidade que é desconhecida para eles, mas que é real e efectiva, mesmo a nível internacional, porque os criadores da permacultura inseriam-se, nos anos 80, neste movimento em que nós estávamos também envolvidos. Embora tivessem exprimido uma síntese original, que tem um rótulo próprio, que tem uma etiqueta, que é a 'permacultura', na verdade encontramos permacultura, não estruturada e compactada mas de certa forma dispersa, em todas estas publicações que nós aqui temos», constata-nos JCM, olhando em redor as estantes do Campo Aberto.

E, de facto, «estas correntes relacionadas com a agricultura biológica e a biodinâmica já existiam antes de haver propriamente o movimento ecológico. Já existiam desde o princípio do século, mas eram muito sectoriais, pouco conhecidas. Houve movimentos, grupos, comunidades, que construíram e fizeram trabalhos muito próximos do que viria a ser a permacultura e também a proximidade entre os aspectos ligados à energia, à agricultura, ao território e à própria filosofia social, isto é, a ideia da protecção ambiental intimamente ligada à da transformação social».

ses do GAIEP, vindo do Porto e em itinerância pelo país. A partir do n.º 7 a *Urtiga* muda por duas vezes de formato e, embora mantendo os temas iniciais de ecologia, energia e regresso à terra, passa a dar mais espaço a temas de uma visão que entronca na filosofia da Ordem do Universo, fazendo sobressair a questão do cuidado alimentar numa perspectiva próxima do movimento macrobiótico".

Em 1982, o projecto nuclear foi abandonado. A partir daí, «aparentemente, em Portugal, o assunto deixou de ser falado, porque percebeu-se que o governo tinha renunciado à construção de centrais nucleares e muita gente pensou que agora já não se tratava de uma situação preocupante. Se bem que, logo em meados dos anos 80, ressurgiu, mas agora por lados de Espanha, não por via de Almaraz, mas por via do plano de construção de um cemitério nuclear em Aldeiadávila (perto de Salamanca). Eu já não acompanhei muito este processo mas aqui no Porto havia um grupo, o Terra Viva, que tinha uma costela libertária, que em 1984-85 fez um trabalho bom sobre o assunto. Conseguiu-se evitar os piores aspectos do projecto de Aldeia d' Ávila mas depois também não se falou muito do assunto. De vez em quando falava-se de Almaraz, dos incidentes que ocorriam, mas era uma coisa muito ao de leve e criou-se a ideia errada – e isto é também e sobretudo uma autocrítica – de que, como em Portugal não haveria central nuclear, parecia não haver nada a fazer por aqui».

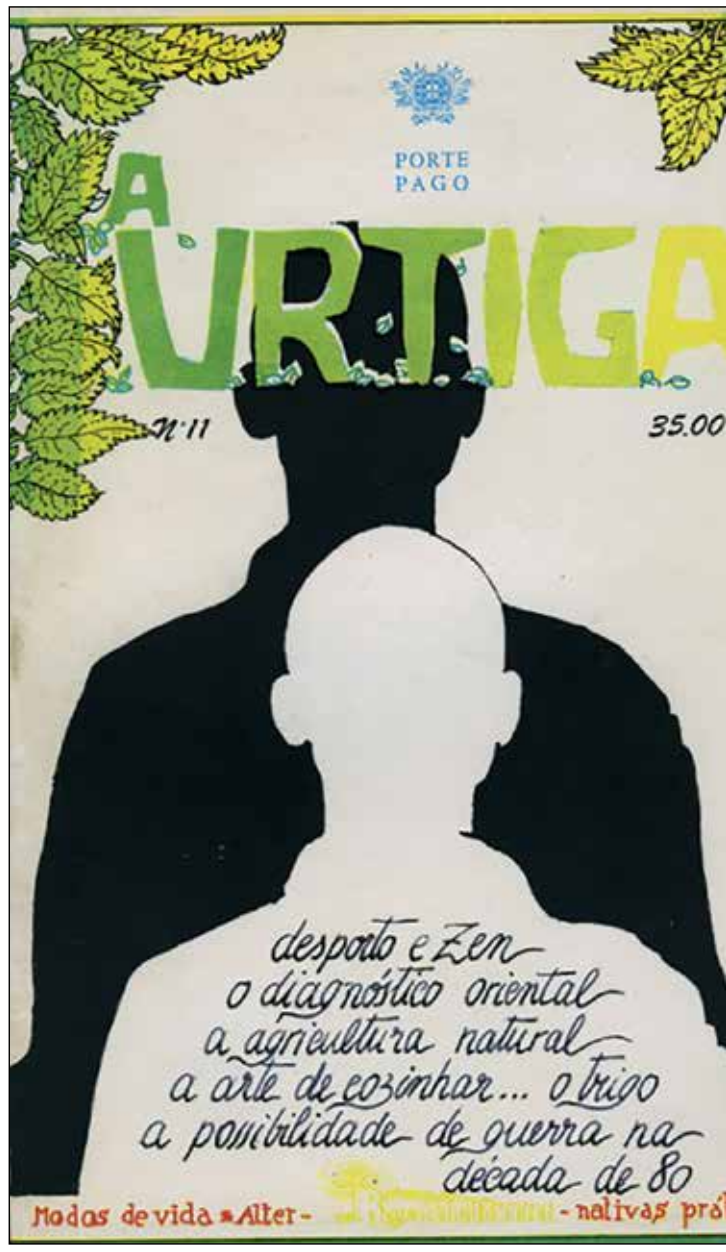
Aproveitando esse refluxo, o *lobby* nuclear voltaria nos primeiros anos do século XXI, «com um grupo de engenheiros e um empresário português de origem francesa (ou que tinha estado em França)», munidos de um discurso que afirmava que o nuclear era a forma de resolver a crise energética e tornar o país auto-suficiente, ao mesmo tempo que defendiam uma nova e maior capacidade de garantir a segurança das centrais. «Durante algum tempo, aquilo andou a ser falado. Havia, mesmo na imprensa e em meios com certo poder de influência, quem tivesse ressuscitado a oposição tenaz à ideia, mas também havia quem fosse naquela canção». Foi, aliás, a propósito disso que, em 2006, JCM aproveitou os festejos dos trinta anos da luta de Ferrel para publicar *A maldição das bruxas de Ferrel*, de Mariano Calado, nas suas Edições Sempre-em Pé, depois de o ter lido num fôlego graças a uma «providencial insónia» que imediatamente o convenceu de que estava perante aquilo que sentia ser necessário publicar na altura.

«De qualquer forma, demos prova de vida. Na altura, escrevi algures que um movimento que estava dormente mostrou que está vivo e, quando for preciso, acorda de novo. Entretanto, e infelizmente para os japoneses, aconteceu Fukushima. E aí morreu definitivamente o *lobby* pró-nuclear português.. Esse lobby passou ao silêncio quase completo». E, como anteriormente e pelas mesmas razões, o movimento anti-nuclear voltou à dormência. «De vez em quando lá aparecia um acidente em Almaraz, e falava-se e tal, mas não passava daquilo».

«Até que, mais recentemente, surgiu esta questão, que também está a surgir em França e noutros países, relacionada já com um outro aspecto: não contentes com

Revista Urtiga, uma das inúmeras publicações que dinamizou ou participou José Carlos Marques. Foi ainda responsável pela coleção de livros "Viver é preciso" e esteve associado à origem dos Cadernos de Ecologia e Sociedade e em 2004 fundou as edições Sempre-Em-Pé.

MODOS DE VIDA • ALTERNATIVAS PRÁTICAS • ECOLOGIA CRÍTICA
RESISTÊNCIA E TRANSIÇÃO URBANA • RENASCIMENTO RURAL
A URTIGA
BIMESTRAL
nº 1 • fevereiro 1978
1º FESTIVAL PELA VIDA E CONTRA O NUCLEAR + SAÍR DA CIDADE, MUDAR DE VIDA + MONSTRO à solta no ALVIELA + ROSA RAMALHO: A VIDA E UMA RAMEIRA QUE AQUI ANDA + E MEU CORPO NEGRO FLORIU + "A URTIGA" apresenta a URTIGA + Mensagem inter-galáxias + ENERGIA SIM, mas das ONDAS + LANZA DEL VASTO VEM A PORTUGAL + O JOGA DA EDUCAÇÃO + Ao Ritmo do SOL, ao ritmo do Corpo + VIVA O POVO de FERREL! + Como e porquê FIAR + LISBOA DO AVESSO + As quatro estaçoês + O CONSUMIDOR PORTUGUÊS ENTREGUE ÁS URTIGAS ? +



estarem a utilizar uma tecnologia que é evidente que tem um calcanhar de Aquiles imenso, estão a tentar prologar a vida das centrais (por motivos de rentabilização e de não ter de investir em novas centrais de raiz, que seriam sempre difíceis de construir porque cada vez mais a opinião pública é sensível a isto). Aquilo que devia durar trinta anos, agora tentam que dure cinquenta. Em Espanha também já se chegou a essa fase. E chegou a Almaraz». Um aspecto que acordou de novo o movimento, nomeadamente com a revitalização do Movimento Ibérico Anti-Nuclear que, em Junho passado, promoveu uma manifestação em Almaraz que repetirá este ano. Para JCM, a presença nestes movimentos e a insistência no combate ao nuclear são cada vez mais importantes, à medida que o mundo caminha para o esgotamento dos combustíveis fósseis sem que se pense na alteração dos níveis de consumo energético. O que pode fazer correr o risco de dar uma aparência de justificação a vagas constantes de argumentação pró-nuclear que tentem introduzir as valências dessa indústria como alternativa energética.

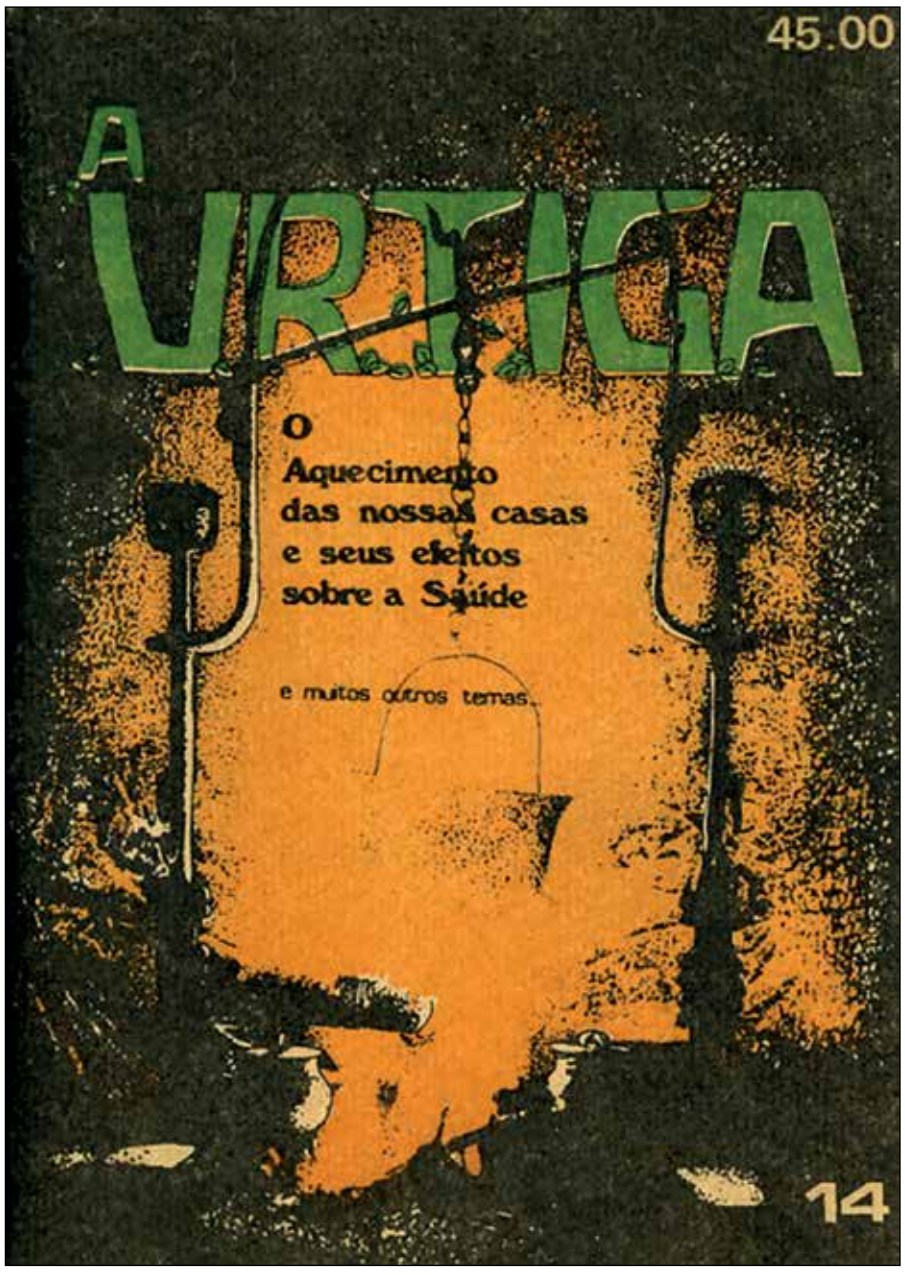
> «É bastante claro que actualmente há uma aparência de controlo social em que o movimento ecológico e alternativo e ambiental e de permacultura parece perder capacidade de intervenção, ou até mesmo de proposta de alternativas. Isso em parte é verdade, mas em parte também é resultado de um refluxo histórico que estamos a experimentar.»

Uma espécie de pedra no charco? «Passando a uma perspectiva do movimento ecoambiental no seu conjunto, «é verdade que há uma perda de capacidade e de presença do movimento ambiental na sociedade, como noutros movimentos». Perdeu-se o discurso revolucionário e contestatário que alguns grupos tiveram em certas épocas, «mas também não têm um discurso de conformismo. Continuam a apresentar perspectivas críticas, numa linguagem talvez mais aceitável para a maioria das pessoas e dos meios de informação, mas que continua a ser uma proposta de outro tipo de organização».

FREAK CHIC ECO-FRIENDLY

Tomando as palavras que Franklin Pereira utilizou para fazer uma retrospectiva sobre a revista *Alternativa* para a exposição *1974: 40 anos de ecologia a partir do Porto*, este referia as críticas ao "saber 'esotérico' de especialistas", pois que "separa o criador do produtor, eterniza a contradição entre trabalhador intelectual e trabalhador manual, perpetua a transmissões de um poder de classe". Hoje, dizemos nós, não há uma semana que não tenha uma ‹oferta eco›, um ‹*workshop* verde', uma 'feira bio', nalgum dos muitos espaços 'alternativos' que acabam por ser reféns ou promotores de um nicho de mercado '*freak chic*' onde afinal não tem lugar a 'partilha' desses saberes e vivências e onde o alvo é mais o urbano endinheirado que o vizinho local. Ou não será bem assim? São já nacos da sociedade do espectáculo ou bocados de um processo que pode ser transformador de mentalidades e comportamentos?

«Acho que é um pouco de tudo. Há coisas sérias e menos sérias, mais profundas e menos profundas, mas não creio que se possa fazer uma classificação global desses fenómenos e é bastante claro que actualmente há uma aparência de controlo social em que o movimento ecológico e alternativo e ambiental e de permacultura parece perder



MODOS DE VIDA • ALTERNATIVAS PRÁTICAS • ECOLOGIA CRÍTICA
PORTE PAGO
RESISTÊNCIA E TRANSIÇÃO URBANA • RENASCIMENTO RURAL
A URTIGA
Bimestral
Nº 6
35$00
JAN.-FEV. 79
RENASCIMENTO RURAL
RIOS de PORTUGAL: "o esgoto da minha aldeia..." + MATERIAIS de CONSTRUÇÃO CÓSMICA + A URTIGA aperta o cinto + um lobo da estepe: HERMANN HESSE + A LUTA ANTINUCLEAR. O P.P.M. e NÓS + AGRICULTURA: desbloqueando os nossos sentidos + MISTICISMO TERAPÊUTICO ? +++

capacidade de intervenção, ou até mesmo de proposta de alternativas. Isso em parte é verdade, mas em parte também é resultado de um refluxo histórico (em relação aos anos 1960-80) que estamos a experimentar. O que hoje domina é a finança. Mas mesmo esse domínio da finança é talvez uma fuga para a frente em resposta a essa turbulência dos anos 60 e 70. E não se sabe o que pode acontecer daqui a um ano, dois ou dez. Aliás, movimentos como o Occupy, nos Estados Unidos, ou os movimentos dos Indignados em França e Espanha, são coisas que mostram que a situação continua muito instável e o que hoje parece estar arredado do horizonte pode ser que, de um momento para o outro, fique completamente na ordem do dia». Algumas coisas que hoje nos parecem ingénuas e pouco lúcidas podem, afinal, estar a «formar as pessoas que daqui a dez anos vão ter um papel fulcral para dar um passo em frente».

Talvez não haja, de facto, forma de trazer um assunto para um público alargado sem que esse assunto, por muita radicalidade que possa ter na origem, abra portas que o deixem aprisionar pelos mecanismos integradores do capitalismo. Mas, para JCM, o resultado não tem necessariamente de ser um desastre. «Depende muito da perspectiva de cada um e da situação concreta que se possa analisar. O que se passa é que, nesse domínio, há coisas que são fraudes, há coisas que são *greenwashing* e há coisas que são boas, que são positivas, que, mesmo com as suas limitações, são coisas que mostram um caminho certo. Por exemplo, uma cooperativa de produção de energia solar, como a Coopérnico... é uma cooperativa e, só por sê-lo, isso já é positivo. E, depois, é também positivo o campo a que se aplica, que é a produção de energia alternativa a todas as formas de energia mais negativas, como a nuclear, ou a dos combustíveis fósseis, uma das responsáveis pelas alterações climáticas. Mais ainda quando se dedica à energia solar! Ou, por exemplo, uma loja de produtos biológicos... pode ser uma loja de produtos alimentares como outra qualquer, tem de vender, tem de ter margem de lucro e, aparentemente, não tem nada de relevante no aspecto social, mas sempre é positivo que se situe numa linha de produção biológica. Embora também esta tenha as suas limitações, visto que entretanto, com a oficialização da agricultura biológica e o seu reconhecimento ao nível dos Estados e da Comunidade Europeia, por exemplo, se fizeram algumas transigências a critérios que são discutíveis».

> «Simplesmente, e disso nem vale a pena falar porque não será compreendido pelos que estão entusiasmados com esta questão do turismo, o próprio fenómeno turístico assenta numa coisa que é totalmente insustentável, que é baseado em combustíveis fósseis e no sector da aviação onde existem problemas sérios e que tem escapado até agora de algumas exigências feitas a outros sectores.»

NO MUNDO E NO PORTO: EM REDOR DA SUSTENTABILIDADE

Em 2007, JCM iniciou a edição dos *Cadernos Schumacher para a Sustentabilidade*, abordando, nos dois primeiros cadernos, a questão da sustentabilidade de um ponto de vista ambientalmente consequente e onde é expressa uma dupla preocupação: Transformar a Economia e Criar Cidades Sustentáveis. «Cada um destes cadernos, e eu acabei por ficar pelos quatro, eram traduções de uma colecção inglesa. Tratava-se de sínteses

breves de toda uma matéria que tinha sido já objecto de vastíssima bibliografia. Esta ideia da proposição de uma de economia diferente da dominante, em termos eco-ambientais, tem uma longa bibliografia, na qual, aliás, há coisas mais e menos interessantes. Este livrinho [*Transformar a Economia*] aborda essa temática e apresenta-a de uma forma muito sintética e, portanto, tem um papel muito positivo ao colocar essa bibliografia ao alcance de muita gente que nem sonharia com isso».

Num país ainda embebecido pelas aparentes benesses do mundo financeiro, onde a economia é um tabu intocável, um livro deste tipo teve pouco eco. O segundo volume, *Criar Cidades Sustentáveis*, teve mais procura. «Houve alguns factores... a discussão ligada ao ordenamento do território, os PDM das cidades, etc., tornaram certos sectores mais receptivos a esse tipo de coisas». Depois, porque o livro foi parar a uma bibliografia para «um curso ou um concurso de magistrados», a procura chegou mesmo a esgotar a edição. «O que isto revelava é que nalguns meios judiciais já existe a percepção de que o estado em que se encontra a urbanização do mundo, e de Portugal em particular, tem muito a ver com questões ligadas à criminalidade. A sociologia, aliás, começou assim. O Durkheim veio logo com essa questão da anomia, ou seja, o desvio comportamental que leva à criminalidade e à punição e à prisão está intimamente ligado à degradação das condições de existência nas cidades e há, aparentemente, alguns juízes que já se deram conta disso».

Agir e pensar a cidade é, então, um dos focos da Campo Aberto. Num livro publicado em 2006, *Reflectir o Porto e a Região Metropolitana do Porto*, pode encontrar-se uma quantidade considerável de documentos da própria associação (análises, comunicados, pareceres, intervenções de vários tipos, etc.), mas também alguns de colaboração com outras associações. Uma boa parte deles é sobre o período 2001-2005, quando se estava a realizar no Porto o processo de discussão pública de revisão do PDM que estava em vigor e que viria a dar origem ao PDM de 2006, para o início do segundo mandato de Rui Rio. «A filosofia geral mantém-se toda muito actual e, na nova revisão do PDM do Porto, ainda teria muita utilidade, se os técnicos ligassem alguma coisa a isto».

«Neste livro, estávamos a tratar de questões numa perspectiva da evolução interna própria aos habitantes, à população residente, ou quando muito na área metropolitana do Porto e ainda não havia sequer sinais de que viria a acontecer este surto turístico. Está aqui a perspectiva que tínhamos sobre a cidade e a sua sustentabilidade, mas não está o fenómeno, que foi surpreendente para toda a gente, da explosão turística. Aplicando a mesma grelha de leitura ao que se está a passar, poder-se-ia chegar a conclusões interessantes. É evidente que há aspectos que podem ser positivos neste fenómeno. Por ou-

Livros e Poesia

A vida de JCM dedicada à questão ambiental traduz-se, em igual medida, na atenção que dá à poesia (a publicação de *DiVersos* já faz 20 anos), fazendo a ponte com o "sentimento da natureza na cultura portuguesa". Quisemos saber se será **cada vez mais difícil transmitir o amor da e à natureza pela poesia e pelas artes – e pensa-se sobretudo nos jovens – e, comparativamente, mais fácil apelar às suas preocupações com a numerologia e estatística do desastre ambiental** na sua versão de espectáculo e entretenimento. JCM respondeu que «a arte e a poesia afastaram-se da natureza porque as sociedades se afastaram da natureza. Enquanto no século XIX a Revolução Industrial e as suas destruições suscitaram a resposta romântica, que valorizou a natureza e começou a alertar para as destruições da era industrial (Wordsworth, Keats, na Inglaterra, Henry David Thoreau, John Muir nos Estados Unidos, por exemplo), o início do século XX embriagou-se com a máquina e o maquinismo. Daí o modernismo nas artes e na literatura, mas também as grandes carnificinas das duas guerras mundiais. Hoje a situação começa a reequilibrar-se, com alguns poetas e artistas que retomam o sentimento da natureza como fonte do seu trabalho, embora ainda timidamente. Continua a predominar a desolação do mundo exclusivamente humano. Mas a própria arte e poesia sensíveis à natureza têm de incorporar o desastre ambiental e a sua enorme dimensão, pois hoje integrar a natureza na arte e na poesia é também integrar o sentimento de perda da natureza e não só o da sua exaltação e louvor - embora este último continue a ser a fonte principal. A que serão os jovens mais sensíveis? Difícil responder. Neste momento, o apego à electrónica e aos seus aparelhos parece predominar, mas há também a reaproximação à natureza, por outro lado». Do extenso percurso editorial, para além das publicações como *A Urtiga* e outras associadas a diversos grupos por que passou ou colaborou, JCM foi responsável, logo em 1974, pela colecção de livros *Viver é Preciso* que integrou os *Cadernos de Ecologia e Sociedade*, das Edições Afrontamento, a cuja origem esteve associado. Em 2004, fundou as Edições Sempre-em-Pé. «No meu percurso editorial estão quase ausentes alguns dos que mais me marcaram - ainda não consegui lá chegar. E antes de mais o cronista e desenhador Pierre Fournier que foi quem, nas páginas do semanário *Hara-Kiri Hebdo*, nos anos 1969-72, me abriu à compreensão do que é a ecologia e do movimento ecológico moderno que então alastrava, como contraveneno, nos países mais industrializados. Mas se traduzi e publiquei Bernard Charbonneau e o seu belíssimo *O Jardim de Babilónia* foi graças a Fournier, que me o revelou. E posso mesmo dizer que os mais marcantes nunca teriam aparecido no meu caminho sem essa revelação inicial. Destacaria ainda assim Aldo Leopold e o seu *A Sand County Almanac*, que traduzi e editei com o título *Pensar Como Uma Montanha* ou Rachel Carson, e o seu *The Sense of Wonder*, que traduzi e editei com o título *Maravilhar-se: reaproximar a criança da natureza*. Mas faltam muitos outros ainda por editar… Outros o farão. Para mim o tempo é já escasso».

A Central Nuclear de Almaraz está em funcionamento desde 1983 e encontra-se junto ao rio Tejo. Protestos ao nivel ibérico fizeram-se ouvir durante 2016 mas prometem não parar em 2017 caso a central não seja encerrada.

GUILHERME LUZ

Manifestação "Salvar o Clima, Parar o Petróleo" em Lisboa durante a COP 22.

tro lado, a Câmara do Porto indigna-se com quem critica o excesso de turismo, porque diz que é um negativismo e que a cidade está toda a beneficiar com isso. Claro que há todo um problema económico que é importante. Mas resta saber que beneficiários são esses. Haverá de todo o tipo. Os principais se calhar não são aqueles que mais precisariam, mas o facto de haver algum dinamismo económico não deixa de ter alguns aspectos positivos. Simplesmente, e disso nem vale a pena falar porque não será compreendido pelos que estão embriagados com o maná turístico, o próprio fenómeno turístico assenta numa coisa, o *lowcost,* que é totalmente insustentável, que é baseado em combustíveis fósseis e no sector da aviação, o principal sector nos transportes emissor de gases de efeito de estufa, onde existem problemas sérios e que tem escapado até agora de algumas exigências feitas a outros sectores. Há quem encolha os ombros e se limite a dizer: há de aparecer o avião solar...».

DECRESCIMENTO

Já no final da nossa conversa, abordando uma recente palestra no encontro *CidadeMais* do Porto, em 2016, promovida pela Sociedade de Ética Ambiental,em que JCM falou de *Simplicidade Voluntária, Complexidade Impositiva e Saídas do Labirinto Ambiental,* acabaria por nos dizer que «as questões de estilo de vida são centrais nos movimentos ecológicos a partir dos anos 60, mas podemos até dizer que o foram, anteriormente, em movimentos percursores, que ainda não eram bem o movimento ecológico moderno. E, se recuarmos mais, podemos dizer que, desde a antiguidade, há linhas de pensamento que insistem nos aspectos da simplicidade, da comunhão com a natureza. Um estilo de vida simples e sem grande abuso de recursos e de materiais e de objectos e mercadorias terá forçosamente um menor impacto sobre a natureza».

Ligações com a ideia de decrescimento? «A meu ver, o problema da teoria do decrescimento é que as palavras podem induzir em erros, em falsas interpretações. Havia um autor de que eu gostava muito, Ernesto Bono, que dizia que as palavras são umas fantásticas rainhas, que, portanto, induzem ilusões. A ideia mais útil que tem essa corrente está presente desde o início do movimento ecológico com as críticas aos limites do crescimento. Porque colocar a ideia de que há limites de crescimento é imediatamente pôr a ideia de que se calhar não é possível continuar a crescer em tudo e há coisas em que é mesmo necessário decrescer».

«Agora, de facto, a palavra ‹decrescimento›, que é talvez de finais dos anos 80, ganhando mais dimensão em meados dos anos 90, pode lançar alguma perturbação na discussão, porque pode levar a pensar que é preciso fazer com que tudo decresça e nada deva crescer. Então, aí, põe-se um problema, a nível social, que decorre do facto de haver grandes camadas de população mundial, mesmo em países aparentemente prósperos, que, em vez de terem um consumo excessivo, têm, aparentemente, um sub-consumo ou têm carências graves em vários aspectos da sua existência. E pode introduzir aí um ruído. Os que não são inteiramente pobres, mas percebem que têm carências graves que acham que podem melhorar se houver maior crescimento económico, podem ficar desconfiados a pensar que se quer que voltem a passar fome».

«Agora, de facto, a palavra 'decrescimento', que é talvez de finais dos anos 80, ganhando mais dimensão em meados dos anos 90, pode lançar alguma perturbação na discussão, porque pode levar a pensar que é preciso fazer com que tudo decresça e nada deva crescer.»

«E, depois, não é só isso. É também o facto da dependência total das populações modernas em relação a rendimentos monetários. Na maior parte dos casos em termos de emprego e salários. Ora, se o emprego é condição para que as pessoas possam comer, não havendo crescimento cria-se a ideia imediata de que não haverá emprego e, não havendo emprego, não há rendimento monetário e, não havendo rendimento monetário, as pessoas passam fome. Portanto, há aqui um ruído que se introduz com esta designação de ‹decrescimento›. Embora, se alguma pessoa se aproximar dos textos dessa corrente e for examinálos, verifica imediatamente que aí todas essas dúvidas têm respostas claras. Mas o nome não é o mais bem escolhido e, de certo modo, até pode empalidecer os aspectos mais positivos dessa corrente que já estavam, aliás, presentes desde os anos 60».

«Se calhar, é mais importante definir o que não deve crescer e o que deve crescer. Em termos um pouco simplistas, é preciso que as energias de tipo mais suave cresçam e que as outras diminuam. Ou então, é preciso que a agricultura biológica cresça e que a agricultura química decresça. Digamos que o rótulo 'teoria do decrescimento' pode induzir uma fixação num dos aspectos e tornar menos visível a complexidade que esta questão tem».

Conversa com o meu primo americano

A crise da representação e os novos monstros saídos das urnas.

JOSÉ SMITH VARGAS

« Pusemos tudo [a situação mundial] em total desordem e ninguém sabe nem como nem onde procurar os meios de a controlar. (…) O demónio anda à solta. (…) Esta é a Idade do Poder, do poder puro e simples. Agora a escolha é entre céu e inferno ; já não é possivel meio-termo. E tudo indica que vamos escolher o inferno (…) Todos, homens, mulheres e crianças, identificados com esta civilização, vamos entrar na nossa Estação no Inferno.
É isso que temos andado a pedir ; cá está. »

Henry Miller, *O tempo dos assassinos* (1955), tradução José Miranda Justo, p. 46, Antígona, 2016.

«Nenhuma derrota é somente feita de derrota — porque o mundo que ela revela é um território de cuja existência nunca tínhamos suspeitado.»

William Carlos Williams, *Paterson*, 1963.

JORGE VALADAS

A surpreendente eleição de Trump e a consequente tomada de posse da nova administração republicana levantam inúmeras questões e inquietações diversas. Em conversa amena com o meu primo da América, avançam-se ideias e hipóteses que podem ajudar a orientar o espírito crítico através do denso nevoeiro que envolve a crise política da mais poderosa das sociedades do mundo capitalista.

Não se pode compreender a eleição de Trump sem ter em conta o estado de desastre económico e social permanente que aflige grande parte da América : a desindustrialização, decadência e devastação de regiões inteiras. Tão pouco se pode separar o resultado desta eleição da crise profunda que atravessa hoje o sistema de representação na América, como noutros lugares do mundo democrático. De uns anos a esta parte o novo liberalismo económico refundou a ordem capitalista, tendo sido responsável pelo declínio das condições de vida da antiga classe trabalhadora e, no caso especifico americano, pela falência do mito do «sonho americano». Este ficou soterrado entre as ruínas da sociedade, das suas infra-estruturas, dos sistemas de saúde, de educação, da crise moral e mental das populações.

Num recente artigo publicado na imprensa alemã, um «especialista» do Instituto da Economia mundial, de Kiel, escreve: «Vivemos uma época em que a ordem mundial liberal é posta em causa». Dito de outra forma, a eleição de Trump, o apoio inequívoco e entusiasta que a sua demagogia encontrou em sectores do povo americano, podem ser vistos como a primeira grande reacção política às consequências sociais desta ordem liberal.

Meu Primo Americano (PA): Sem dúvida! Só que, e segundo os esquemas tradicionais, esperava-se esta reacção apoiada em ideologias de esquerda. Esperava-se um renascer dos projectos keynesianos, a reivindicação de uma maior intervenção do Estado na economia e no social. Ora não é isso que observamos. A reacção vem, ela também, com o selo do liberalismo, mas aparentemente de forma contraditória, centrada em valores xenófobos e proteccionistas, isolacionistas e em última análise reaccionária. No entanto, e a este propósito, é importante relembrar que entre as classes populares norte-americanas o clã Clinton ficou associado ao desmantelamento do frágil sistema de ajudas sociais, o *welfare*. As administrações Clinton representaram uma

espécie de período « blairiano» nos USA. Onde Blair desenvolveu a violenta deriva liberal de Thatcher, Clinton fez o mesmo com a herança de Regan. Isto explica em parte a fraca popularidade da senhora junto do eleitorado popular e da classe operária. Acrescente-se a isto a desilusão com o imobilismo e o oportunismo da administração Obama para com as classes pobres, imigrantes e trabalhadores negros. Da juventude nem se fala: a marginalização pelo partido democrata da candidatura Sanders, a única oposição legitima e viável a Trump, constituiu um factor decisivo para afastar a juventude do dito partido.

Dito de outra forma, a eleição de Trump, o apoio inequívoco e entusiasta que a sua demagogia encontrou em sectores do povo americano, podem ser vistos como a primeira grande reacção política às consequências sociais desta ordem liberal.

De uma forma mais geral pode ver-se nesta eleição, como em outras, os sinais evidentes de uma crise do sistema representativo, no qual muita gente já não acredita e que um número crescente de «cidadãos» vê como inadaptado ao momento presente. A corrupção generalizada das elites políticas e o seu imobilismo são factores que aumentam este descrédito. O acto de votar, para além da natureza autoritária que comporta a delegação de poder, já não é um momento de «liberdade dos cidadãos», mas um momento de obrigação, de opressão, de submissão à escolha do mal menor. A Impotência e a frustração, inerentes à condição de «eleitor» e de «cidadão», incitam ao desespero e à procura de indivíduos providenciais que se vendem como anti-sistema, mesmo quando são o puro produto do sistema. Efeito perverso desta falta de confiança no sistema representativo, os «eleitores» deixam-se mesmo seduzir por membros das elites capitalistas que elegem sob o pretexto de que, sendo já ricos, não utilizarão o poder para roubar… Será assim preferível os pobres delegarem o poder aos ricos para que eles se ocupem dos pobres. Neste cenário decadente, as forças da velha esquerda, representadas nos Estados Unidos pelo partido democrata, estão em estado de implosão, divididas entre facções que se devoram, totalmente desacreditadas. No melhor dos casos governam pelo imobilismo, como fez Obama, no pior dos casos governam submetidas à regra de ouro do liberalismo triunfante.

PA: O que, por agora, é evidente só para uma minoria. Trump corresponde exactamente ao que acabas de dizer. Mas ele é também, claramente, um racista e um xenófobo, com instintos autoritários evidentes e com uma ambição desmedida pelo poder e pela riqueza. Uma criatura monstruosa, produto do belo sistema em que vivemos. Mas tudo isto não é novo na democracia política, e ainda menos na história americana. Mas não se deve esquecer que a sua administração é mais do que ele próprio. Um dos seus conselheiros políticos mais próximos, Steve Bannon, é um supremacista branco com ligações neonazis que, nos últimos anos ergueu um dos projectos mediáticos mais influentes da actualidade norte-americana e que desde o princípio mostrou ter um certo domínio sobre o funcionamento da Casa Branca, aliado a reaccionários patenteados como Stephen Miller ou o cunhado de Trump, o jovem Jared Kushner, um milionário do imobiliário ligado aos sectores sionistas mais agressivos. São alianças estranhas entre personagens diferentes, mas unidas por um projecto reaccionário.

Outra curiosidade é a aliança deste grupo com os sectores mais extremos do partido republicano, em particular o Tea Party, uma tendência que sempre defendeu a ideia de uma diminuição do papel do Estado federal, e que se encontra hoje a defender um projecto de reforço do mesmo Estado, sobretudo na repressão da imigração e no isolacionismo económico...

Estamos perante uma situação mais complexa do que o habitual. Um dos aspectos da crise da política actual é a implosão e reestuturação das forças tradicionais. Numa recente entrevista a uma rádio livre de Nova Iorque, o antigo jornalista do Guardian, Glenn Greenwald, agora à frente do projecto The Intercept *fez uma análise da nova administração Trump que me parece lúcida. O pessoal político de Trump constitui uma nova elite dirigente que se distingue da tradicional elite de Washington. A nova elite é composta de gente ligada aos meios da grande finança e do capitalismo especulativo e do petróleo, em parte ligada à nomenclatura militar. Ela vai ter que criar o seu espaço dentro do Estado e das instituições e encontra uma forte oposição da antiga elite, que tem o apoio do Estado dentro do Estado, que é em grande medida a CIA, The Company, como dizem os americanos. Esta instituição tinha abertamente apoiado a candidatura da senhora Clinton, que prometia um maior envolvimento nas guerras do Médio Oriente, em particular na Síria. O grupo ligado a Trump, pelo contrário, parece aceitar que a questão síria fique a cargo dos russos. Tudo isto são especulações. O que é certo é que esta luta no seio da classe dirigente abre espaços novos, dos quais poderão sair movimentos positivos ou reacções ainda mais violentas e selvagens. Num primeiro momento, parece que este espaço está a ser progressivamente ocupado por elementos ligados ao segundo Estado dentro do Estado, o complexo militar-industrial e o Pentágono. A promessa de um aumento de 10% do orçamento militar confirma esta tendência. Deste ponto de vista poderá dizer-se que Trump, por trás da sua máscara teatral e demagógica, é um personagem fraco, dependente destas novas alianças e relações de força em formação.*

PA: A agenda política de Trump é antes de mais guiada pelos seus interesses financeiros e especulativos, engendrando uma visão de política estrangeira confusa onde surge a ideia de uma insólita aliança com a Rússia. No campo interior, social, a orientação é estabelecida pelos supremacistas brancos (da chamada Alt Right (Alternative Right). Ela tem como objectivo a destruição do quadro legal dos direitos civis dos últimos 60 anos. Existem duas correntes principais na ampla base da administração actual na sua relação com a elite de Washington. A corrente do *Tea Party* tem objectivos económicos precisos, essencialmente a eliminação de todos os programas de ajuda social e médica, *Medicaid* para os idosos, *Medicare* para os pobres e o *Obamacare*, sistema que tentou abranger os milhões que não eram cobertos por nenhum dos outros programas mas sobretudo ligado aos interesses dos seguros privados das seguradoras. Há também o projecto de redução dos impostos para as empresas, a liberalização dos controles ecológicos e o incremento da exploração devastadora da extracção de petróleos e ainda mais grave, do carvão. Obviamente, tais objectivos implicam a rejeição de todos os estudos e conclusões sobre o aquecimento global e suas consequências. A segunda corrente é a da direita religiosa, em parte independente da primeira, que insiste mais nas questões de ordem moral, na oposição ao aborto e às políticas de planeamento familiar, bem como na oposição aos direitos dos homossexuais e dos transexuais. O que eles chamam «liberdade *religiosa*» mais não é que um eufemismo para descriminar, na base da orientação sexual ou crença religiosa. O vice-presidente Pence é um fanático evangelista e, com a sua nomeação, o clã Trump, que não pertence a esta corrente, procurou cooptar e pacificar o extremismo religioso.

Em troca, estas duas correntes apoiam os projectos proteccionistas e de repressão xenófoba dos imigrantes. Para concluir, a nova administração está nas mãos de ávidos capitalistas e especuladores que contam com estes projectos para continuarem a pilhar facilmente a riqueza social.

A fragilidade política desta geringonça e o facto de Trump não ser um homem do aparelho do partido republicano, do qual não partilha os valores e a ideologia, levantam algumas dificuldades à sua administração…

PA : Sim. A primeira dificuldade nasce da sua ideia de criar uma nova aliança com a Rússia de Putin para se opor à China e aos seus interesses imperialistas que colidem com os dos Estados-Unidos. A nomeação do patrão da Exxon-Mobil, um homem ligado aos interesses do sector da energia russo, como Secretário de Estado não é um acidente. As demissões e as dificuldades de vários altos membros da sua administração provam que esta relação com a Rússia parece levantar o primeiro grande conflito entre a nova e a antiga elite da classe dirigente. E é também no vazio criado por este conflito que os representantes do Pentágono e da CIA têm avançado os seus piões.

De uma forma mais geral pode ver-se nesta eleição, como em outras, os sinais evidentes de uma crise do sistema representativo, no qual muita gente já não acredita e que um número crescente de «cidadãos» vê como inadaptado ao momento presente.

A segunda dificuldade reside na questão do proteccionismo, na instauração de novos impostos sobre as importações, proposta que divide a classe capitalista. As forças capitalistas orientadas para a exportação, como é o caso da aeronáutica e dos sectores de alta tecnologia apoiam a medida. Pelo contrário, os sectores capitalistas de bens de consumo e dos serviços sabem que serão fortemente penalizados pelos novos impostos e também pela política anti-imigração. Os 13 milhões de imigrantes sem papéis são um factor de alto rendimento para estes sectores, que não vêem como a velha e cansada classe operária americana, brancos e negros, poderá substituir esta mão-de-obra dinâmica e extremamente barata. Além do mais, a ideia do «comércio livre» foi sempre um dogma económico na ideologia do partido republicano. Uma guerra dos impostos e de direitos alfandegários seria desastrosa para a economia, e é possível que, para além da ideologia, haja ainda um resíduo de realismo económico num partido republicano à deriva.

Por fim, o projecto vago e megalómano de «reconstruir a América», isto é, as suas infra-estruturas em ruínas, desde as pontes até aos sistemas de abastecimento de electricidade ou a rede de canalização onde ainda existem vastos sectores com canos de chumbo, ainda que profundamente necessário pode aprofundar os antagonismos e a concorrência no seio da classe capitalista. Claro está, a administração Trump

FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR

JOSÉ SMITH VARGAS

vê este projecto como uma forma de continuar a pilhar de forma privada os fundos públicos.

Mas, num futuro imediato, o oportunismo e a ambição de conservar o poder incitará sem dúvida o partido republicano a apoiar a nova administração para além das divisões e desacordos.

Tudo vai depender, em última análise, da oposição social aos projectos da nova administração. Após um primeiro período de reacção às medidas anti-imigração e também aos projectos de destruição do Obamacare, instalou-se uma fase de expectativa. No que diz respeito ao Obamacare, Trump foi incapaz de reunir votos suficientes para passar a sua lei, o "American Healthcare Act", que mais não era que um Obamacare recauchutado e com ainda mais problemas. É provável no entanto que uma versão ainda mais extrema desta nova lei possa ser proposta a médio prazo.1 Determinante será também a evolução da repressão sobre a população afro-americana. Tendo em conta a presença de representantes dos sectores supremacistas brancos na nova administração, não há lugar para grandes ilusões.

No imediato, a reacção anti-Trump na sociedade é muito forte, sobretudo entre os jovens, as mulheres e os trabalhadores imigrantes das grandes zonas urbanas. Inúmeras actividades e projectos de resistência ganham forma. O espirito de Occupy e do movimento Black Lifes Matter e outros continuam vivos na sociedade. Paradoxalmente, e ao contrário do que se passa em geral com as campanhas eleitorais, a campanha de Sanders não terminou em desmobilização, mas permitiu que este espírito ganhasse uma dimensão nacional. As grandes manifestações espontâneas nos aeroportos contestando as primeiras medidas destinadas a limitar a entrada de viajantes oriundos de países muçulmanos exprimiram bem este estado de espírito e deram voz e emprestaram força às acções legais que levaram a justiça a anular as decisões de Trump. Uma das ideias hoje lançadas pelo movimento de oposição é a da criação de «zonas protegidas», onde os imigrantes poderiam encontrar apoio e refúgio. Mas tudo isto é embrionário e vago. Sobretudo que esta ideia de «zona protegida» implica a não intervenção, ou pelo menos a tolerância, da polícia dos Estados e, portanto, a colaboração do partido democrata, que tem o poder local em muitas destas grandes cidades, mas a concretização desta possibilidade não parece óbvia, longe disso.

PA: A este propósito acho que é importante de reflectir sobre a ideia recorrente segundo a qual um «regime fascista» estaria em gestação à sombra da administração Trump, ideia que me parece falsa e induzir conclusões e acções erradas. O termo Fascismo é por demais utilizado e, na prática, perdeu conteúdo para a maioria das pessoas. A velha esquerda, em vez de analisar o porquê da vitória de Trump, obstina-se a tratá-lo de fascista e a condenar em termos morais as suas atitudes e decisões. É verdade que as políticas propostas pelo gangue que rodeia Trump, Banon em particular, têm uma conotação fascista. O slogan «America First!», lançado por esta gente, faz referência à ideologia da corrente fascista isolacionista de Charles Lindberg, da década de 1930, que defendia a não-intervenção dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e exprimia simpatia para com a Alemanha nazi. Mas o fascismo foi antes de mais um movimento de massas com um projecto de intervenção rígida do Estado em todos os campos da vida económica, social e cultural e esse não é o projecto de Trump nem da grande maioria das tendências políticas que o apoiam e que são ferozmente ultra liberais. Tão pouco se pode considerar que uma mobilização eleitoralista tenha um carácter de movimento de massas! A existência de milícias supremacistas brancas e anti-imigrantes — fenómeno que data já de há anos e que tem uma presença muito limitada na sociedade — não pode ser assimilada à existência de um partido fascista de tipo clássico.

Passamos do «fim da História» para uma História que está a acelerar, e o movimento das sociedades ultrapassa a capacidade que temos para o analisar com os conceitos que nos vêm do passado. Vamos falando, sempre ajuda…

/// NOTAS

1. (Nota do corrector com a qual está de acordo o autor) Durante o período Obama, o Obamacare foi o grande e mais consistente cavalo de batalha republicano. A campanha foi tão consistentemente agressiva que numa sondagem recente, quando perguntados o que pensavam do Obamacare, uma parte substancial respondia muito negativamente, mas quando perguntavam aos mesmos o que pensavam do Affordable Care Act (nome real da lei), respondiam que viam o programa positivamente. O problema, então como agora, é que o programa é relativamente consensual entre as elites políticas de ambos os campos: deu cobertura a muita gente que não a tinha (só não foram mais porque vários governadores republicanos o rejeitaram) mas acima de tudo representou um subsídio brutal para as seguradoras. A oposição republicana foi desde o início quase exclusivamente "estratégica". Durante a campanha o Trump usou o tema pela visibilidade que tinha, como usou outros, mas nada mais. Não havia um plano ou intenção que não fosse explorar politicamente a cena. Ganha a eleição, para apresentar alguma coisa, tentaram essencialmente apresentar um obamacare light e que provavelmente, caso tivesse passado, ruiria a médio prazo, porque parte da estrutura de financiamento era removida, nomeadamente uma série de taxas aplicadas aos mais ricos, entre outras coisas, que até levaram a que a oposição à nova lei lhe chamasse o "American Wealthcare Act". A nova lei apresentada, tinha problemas gritantes e era tão evidentemente mal preparada que não só teve a oposição de todos os democratas (previsível), mas de muitos republicanos que passaram umas semanas quentes a receber chamadas de eleitores republicanos a dizer que se apoiassem aquilo, podiam esquecer o voto deles e a ir a "Townhall meeting" onde costumam estar meia dúzia de gatos, com milhares de pessoas lá a protestar, Ora, como muitos congressistas têm midterm elections à porta, vários republicanos "moderados" não apoiaram a lei. Para complicar as coisas o "Freedom Caucus" (Tea Party recauchutado) rejeitou a lei porque queriam uma versão ainda mais extrema. Isto deixou a administração numa posição complicada e a reacção inicial foi, se não me apoiam, vão ter de continuar a gramar com o obamacare. É provável que no imediato isto não mude, mas a médio prazo, é bem possível que a versão desejada pelo Freedom Caucus venha a passar, uma vez ultrapassadas as midterms e restaurado o Supremo com o nomeado Trump, que é essencialmente um boneco da direita e um pulha.

Panegírico a Zeca Afonso | Segunda parte

Do 25 de Abril ao 25 de Novembro

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

O 25 de Abril surpreendeu José Afonso em casa de um amigo livreiro, em Lisboa, onde se acoitara para esquivar a crescente pressão da PIDE, que nos dias anteriores tinha colocado sob vigilância a sua residência, em Setúbal. A forma como decorrera o concerto no Coliseu em Março e a iminência do 1.º de Maio, momento escolhido tradicionalmente pela polícia para prender activistas da oposição ao regime, levara-o a manifestar a vários amigos o receio de voltar a ser preso.

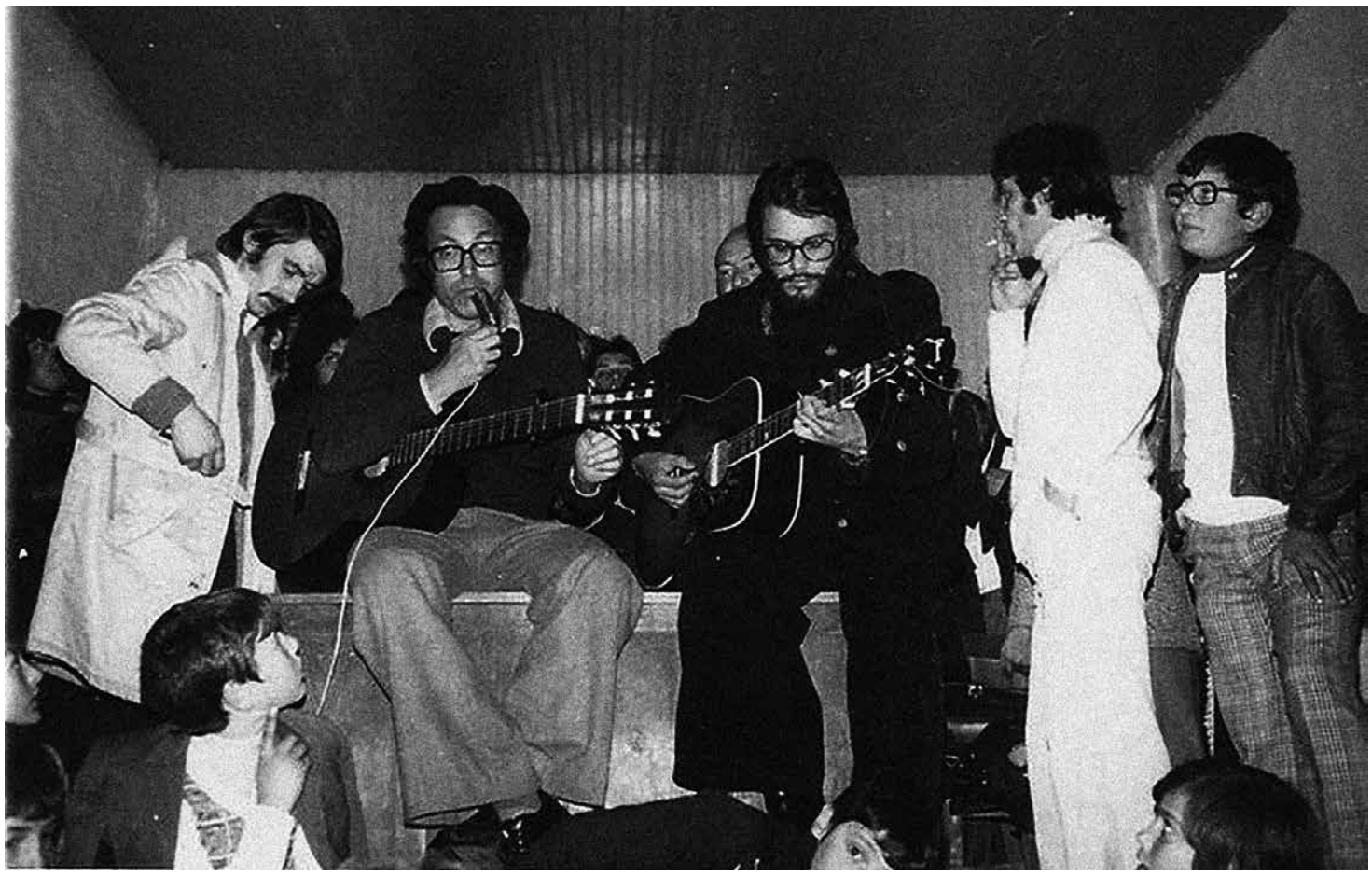
Foi acordado às sete horas da manhã com a informação de que havia um golpe militar. O seu primeiro pensamento foi que seria um golpe dos generais do regime, apoiado pela PIDE, mas as informações foram apontando para que não era assim e saiu para a rua. A mesma atitude que impeliu milhares de pessoas a desrespeitarem as advertências para ficar em casa contidas nos comunicados do MFA e que, num curto lapso de tempo, alastrou à generalidade da população, que acudiu apoiando o gesto dos militares, misturando-se com eles, passando a condicionar todos os planos previamente definidos, conferindo ao golpe militar um contorno revolucionário. "*Vivi o 25 de Abril numa espécie de deslumbramento. Fui para o Carmo, andei por aí...*"[24] – recordaria Zeca Afonso, mais tarde. Teve conhecimento de que a "Grândola, vila morena" tinha sido o sinal rádio desencadeador das operações militares, dois dias depois do golpe. Em pouco tempo, a sua difusão atingiria proporções inimagináveis, sendo entoada de norte a sul do país na generalidade das manifestações públicas.

Os telespectadores portugueses viram pela primeira vez a cara do autor da "canção emblema" do novo tempo, através das câmaras da RTP, a 30 de Abril, quando foi entrevistado, rodeado de populares, nas imediações do aeroporto de Lisboa, onde tinha ido esperar os cantores José Mário Branco e Luís Cília, que regressavam do exílio em Paris. Nas declarações então proferidas, Zeca Afonso referiu a necessidade naquele momento de uma frente da esquerda e apontou para o principal perigo que ameaçava o movimento social desencadeado: "*os indivíduos de cima que vão cavalgar esses movimentos*" (as vanguardas), ao mesmo tempo que defendia a formação de comissões, como forma de organização das camadas populares. Esta foi das poucas intervenções televisivas de Zeca Afonso. O conteúdo destas declarações[25], a coerência do seu discurso e da sua prática no tempo que mediou até à sua morte, quase treze anos depois, ditaram, certamente, a censura a que continuou votado, mesmo durante o período do PREC[26]. Vale a pena recordá-las:

Interrogado pelo repórter sobre como via o facto de ter sido a "Grândola, vila morena" "*a dar o pontapé de saída para esta grande modificação que todos nós com grande alegria desejávamos*", respondeu: "*Isso foi um facto acidental, mas enche-me de contentamento a utilização que foi feita pelas pessoas, que, aliás, já estava a ser feita em sessões que nós fazíamos, sessões particulares, nas cooperativas, em piqueniques, nas colectividades populares de cultura e recreio. A Grândola era um factor estimulante, de congregação das pessoas, de congregação emocional* (...). *Mas acho que temos que passar a uma fase menos emotiva e organizar-nos, sobretudo as camadas populares. Formar comissões. Exigir a libertação de todos os presos políticos, os que estão aqui dentro e os que estão em França e, sobretudo, os que estão no ultramar* (…). *A mesma opressão que nos domina aqui dentro, domina os povos africanos do ultramar.* (...) *Creio que neste momento é preciso congregar uma frente da esquerda e organizar sobretudo as bases. Há uma extensão enorme de pessoas apolitizadas, mas que vão constituir os organismos que futuramente serão a frente de facto revolucionária deste país.* (…) *Para mim, a coisa mais calorosa, a coisa mais comovente, é a súbita politização, a súbita consciencialização das classes populares* (...). *Não é preciso sermos doutores para nos politizarmos, pelo contrário, é em contacto com a prática directa das realidades* (...) *é sobretudo nessa prática, que surgem os verdadeiros líderes populares e não os indivíduos de cima que vão cavalgar esses movimentos*".

Depois de fazer considerações sobre a relação profunda entre o trabalho colectivo dos cantores da oposição ao regime e o povo português, o repórter perguntou-lhe se a música ia continuar a ter um papel importante nessa missão. José Afonso referiu a impossibilidade de que isso pudesse ser realizado só a partir da meia dúzia de nomes dos cantores consagrados no consenso popular e revelou uma das dificuldades com que estes criadores se deparavam na nova situação: "*Tenho uma série de coisas metidas na gaveta, ora acontece que eu também sou uma vítima da linguagem a que me habituei, a linguagem alegórica que exprimia de uma maneira um bocado re-*

"A Grândola era um factor estimulante, de congregação das pessoas, de congregação emocional... Mas acho que temos que passar a uma fase menos emotiva e organizar-nos, sobretudo as camadas populares, formar comissões..."



Zeca Afonso acompanhado por António Duarte numa sessão de canto popular, em Unhais da Serra, Covilhã, 1975. Fotografia de **Francisco Carrola**

Carlos Paredes e José Afonso nos bastidores de uma actuação

torcida a realidade, por razões que nós sabemos", - referia-se à censura -, "*agora é necessário remodelar completamente esse tipo de linguagem...*". O repórter interrompeu-o reconhecendo o seu próprio embaraço: "*... e ao fim e ao cabo é o povo que tem de nos ensinar a nós como é que vamos começar a trabalhar a nossa linguagem...*" Zeca Afonso concluiu: "*... E é mesmo do povo que vão surgir os verdadeiros cantores*".

No mesmo dia, populares do bairro de São João de Deus, no Porto, cidade em cujos bairros degradados José Afonso se inspirou para criar a balada "Menino do bairro negro", começaram a "cantar" uma nova canção: nomearam uma comissão para acabar com o regulamento municipal, denunciando-o como "meio de intromissão abusiva na vida dos moradores, que atenta contra os princípios de dignidade e de liberdade". E, bem conscientes de que não bastava exigir, incitaram outros bairros a fazer o mesmo[27]. Nos dias e semanas seguintes estas comissões alastrariam pelos bairros das cidades, vilas e aldeias, iniciando um movimento imparável, que se tornou nacional, focado na solução do problema habitacional que afectava, de várias maneiras, uma grande parte da população do país. Esta forma organizativa de base estender-se-ia dos bairros às fábricas: nos meses que se seguiram eram poucas as fábrica sem comissão de trabalhadores.

No aeroporto de Lisboa o repórter interrogou também José Mário Branco sobre o que ia fazer, agora que regressava, ao que este respondeu: "*Não sei, temos de falar aqui com os camaradas para saber o que é que se faz. Eu não decido nada*". Estava rodeado por praticamente todos os cantores que no interior do país tinham usado a canção como forma de protesto contra o regime recém-derrubado. Ali decidiram encontrar-se naquela mesma noite. Nesse encontro, que se prolongou pela madrugada do 1.º de Maio, decidiram constituir o Colectivo de Acção Cultural (CAC), que se dará a conhecer a 6 do mesmo mês, no "I Encontro Livre da Canção Portuguesa", realizado no Palácio de Cristal, no Porto, com a leitura do manifesto assinado por diversos músicos e cantores[28], no qual fazem um apelo à intervenção de "*todos os trabalhadores culturais anti-fascistas, anti-colonialistas e anti-imperialistas consequentes* (...) *no sentido de unificar e multiplicar a participação organizada e activa no movimento democrático e popular*". A mesma proclamação seria lida a 11 de Maio, no Teatro São Luiz, em Lisboa, num "*espectáculo de canto livre*" organizado pela Emissora Nacional.

O "colectivo" duraria apenas alguns dias. Em 25 de Maio realizou-se o "II Encontro de Canto Livre", desta vez no Pavilhão dos Desportos de Lisboa. José Afonso abandonou o recinto depois do intervalo. Numa entrevista publicada semanas depois[29] explicou alguns dos motivos da sua atitude: "*Acho grave neste momento desviar a atenção do público para aspectos secundários da realidade portuguesa: discutir a óptica política das canções* (…)", referia-se ao acolhimento que tinha sido dado pelo público a alguns dos cantores, identificados com o PCP, e acrescentava: "*Há objectivos muito mais concretos a partir dos quais as pessoas, na acção, terão de definir as suas opções políticas. Porque isto de as pessoas estarem diante de um cantor e dizerem 'eu sou daqui, tu és dacolá', é uma discussão académica, ridícula* (…) *de forma alguma penso que devamos contribuir para uma ilusória distinção de credos políticos, porque estes não se definem a partir de situações tão insignificantes como espectáculos no Pavilhão dos Desportos*". Por outro lado, sublinhava a distinção entre as actuações dos cantores de "intervenção" nos meios genuinamente populares (já tinha havido sessões em Porto Salvo, Belas, Belmonte, Covilhã, etc.), onde se excluía "*um certo convencionalismo que é inerente ao espectáculo normal*", e as dos "*espectáculos a pagar*" do São Luiz e do Pavilhão dos Desportos. No intervalo deste último espectáculo esclareceu-se que os fundos se destinavam à sobrevivência do "Colectivo" e a custear as sessões e programas culturais que essa entidade se propunha realizar junto das massas populares. Zeca Afonso concluiria: "*Portanto, eram as massas não populares, de extracção pequeno-burguesa, que estavam ali presentes, que iriam contribuir para a cobertura financeira de espectáculos dirigidos a massas populares. Eu acho isso, assim, um bocado equívoco*".

"o sistema mantém--se, logo, mantêm-se as formas tradicionais de opressão a que o povo português tem estado desumanamente sujeito"

A separação verificada nos cantores tornava visível a divisão na esquerda e dava o tom da batalha que se travaria nos meses seguintes entre vários projectos de revolução, ("democrática e nacional", do PCP; "democrática e popular", das organizações maoístas; e "socialista", da esquerda revolucionária). Ao mesmo tempo, o movimento revolucionário originado nos conflitos reais, alheio às desavenças partidárias, aproveitava a ocasião tão rara na vida das

José Afonso cantando e tocando adufe

sociedades, quando o presente deixa de ser perpétuo, para, depois da explosão de alegria dos primeiros dias pela liberdade alcançada, partir para a solução dos seus problemas concretos.

A luta por melhores condições de vida estendeu-se como uma vaga alterosa que percorreu o país. A luta pelo restabelecimento do divórcio; a reviravolta nas escolas e universidades, com a demissão das direcções, reivindicação do fim dos exames e de faltas às aulas; as lutas no âmbito da habitação, com ocupações de casas devolutas e de prédios sociais já acabados, mas que permaneciam vazios; as reivindicações de aumentos de salários e redução do horário de trabalho, com centenas de greves declaradas; todas estas e muitas outras conquistas foram possíveis pela dinâmica revolucionária que aproveitou o colapso das forças da ordem em todo o país, das forças policiais às autoridades administrativas de nível central e de local. Os partidos e os sindicatos não impulsaram nenhuma destas conquistas, tendo sido apanhados de surpresa na generalidade das situações referidas. Pelo contrário, o movimento popular encontrou a oposição sistemática dos Governo Provisórios e dos partidos neles representados, PCP incluído, que considerava estes comportamentos "*esquerdistas e irresponsáveis*", mas o poder institucionalizado não dispunha de mecanismos de força para se impôr. Os soldados enviados a missões repressivas, à palavra de ordem "*soldados sempre, sempre ao lado do povo*", rapidamente apoiavam as acções em vez de as reprimir.

A tentativa falhada de golpe militar contra-revolucionário em 28 de Setembro deu um novo impulso ao processo revolucionário. Nos meses seguintes, incrementar-se-iam as ocupações de casas vazias por todo o país, as ocupações de empresas abandonadas pelos proprietários e as ocupações de terras abandonadas pelos latifundiários, adoptando um carácter de revolução social. À medida que o processo revolucionário foi avançando, sobretudo a partir dos primeiros meses de 1975, as iniciativas autónomas converter-se-iam em objectivos da intervenção partidária. Uns para as refrear, outros para as radicalizar artificialmente, todos para as controlar, aumentando, assim, a sua influência política[30].

"ponho mesmo o problema de saber se serei capaz de construir canções, também tenho dúvidas sobre se será o momento de as fazer e não as outras coisas mais importantes..."

Em Dezembro de 1974, José Afonso gravou em Londres o álbum *Coro dos Tribunais*[31], marcadamente influenciado pelos sons africanos. Todos os temas foram escritos e compostos antes do 25 de Abril, alguns para a peça "A Excepção e a Regra", que musicou na Beira, em Moçambique. Já tinha admitido o seu embaraço em compor canções na nova situação "*ponho mesmo o problema de saber se serei capaz de construir canções, também tenho dúvidas sobre se será o momento de as fazer e não as outras coisas mais importantes...*" Ao mesmo tempo, reafirmava a continuação da validade e actualidade das suas canções já editadas, uma vez que "*o sistema mantém-se, logo, mantêm-se as formas tradicionais de opressão a que o povo português tem estado desumanamente sujeito*"[32].

As "*coisas mais importantes a fazer do que construir canções*", a que se referia Zeca Afonso, eram a participação empenhada na oportunidade real que se apresentava de concretização do sonho de acabar com este sistema opressivo, que acabou por sair frustrada, fruto da forte oposição dos interesses de classe instalados, do apoio internacional que receberam e daqueles que, assumindo-se como vanguarda, pouco mais fizeram do que controlar o ímpeto genuíno que saiu dos explorados e oprimidos deste povo.

Durante todo o período revolucionário, José Afonso acompanhou de perto as actividades do "Comité de Luta de Setúbal" (uma estrutura de poder popular constituída por comissões de trabalhadores, de moradores e de soldados, que teve uma intervenção importante nesta cidade, onde residia), e participou em muitas das iniciativas que se verificaram pelo país fora, correspondendo a inúmeros apelos que lhe foram dirigidos. "*Quando havia alguma agitação telefonavam para o Zeca, o Zeca é que mobilizava a gente*", recorda Vitorino, que, em conjunto com Fanhais, Fausto, Júlio Pereira, Janita, Carlos Salomé, entre muitos outros músicos, calcorrearam o país num verdadeiro rodopio, sem receber *cachet*, algumas vezes cantando com megafones ou cornetas de circo. Participou também nas "Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica"[33] organizadas pelo MFA, que procurava com esta iniciativa conquistar a adesão das comunidades camponesas do centro e norte do país para o processo revolucionário. Logo depois da assinatura do Acordo de Alvor entre o Estado português e os movimentos de libertação angolanos, em Janeiro de 1975, que estabeleciam data para a independência da ex-colónia, José Afonso fez uma digressão por Angola, com Adriano, Fausto e Rui Mingas.

A tentativa de novo golpe contra-revolucionário, encabeçado por Spínola, em 11 de Março de 1975, teve como resposta imediata o levantamento de barricadas por todo o país e a declaração de greve geral. Este episódio ficaria marcado pelo fracasso da tomada do quartel do RAL1 por tropas paraquedistas, apoiadas por ataque aéreo, de que resultaria a morte do soldado Joaquim Carvalho Luís e ferimentos em dez outros militares[34]. Dois dias depois, em solidariedade com os soldados do RAL1, que tinham resistido ao ataque e conseguido reverter a situação, José Afonso cantou naquela unidade militar, acompanhado por Sérgio Godinho e Francisco Fanhais. No álbum editado no ano seguinte, "Com as Minhas Tamanquinhas", incluiria a canção "No Dia da Unidade", que evocava os acontecimentos.

Com a neutralização do golpe, as ocupações de casas vagas estenderam-se a nível nacional. As comissões de moradores coordenaram-se: "Inter-Comissões de Moradores", em Lisboa, "Conselho Revolucionário de Moradores do Porto" foram as designações adoptadas nestas cidades e passaram a ser, em muitas situações, a base organizativa do movimento social urbano, um verdadeiro poder dentro das cidades. Com o aumento das ocupações de empresas e o reforço do papel das comissões de trabalhadores surgiu também a coordenação destas na Inter-Empresas, que unia 24 das maiores empresas portuguesas "para auxiliar e apoiar as lutas dos trabalhadores". Neste período assumiu preponderância o controle operário nas fábricas. Ao mesmo

tempo intensificaram-se as ocupações de terras no sul do país.

Zeca Afonso conhecera e relacionara-se, nos tempos em que fora professor no Liceu de Faro, com três anti-fascistas que viriam a ter um papel importante na fundação e implantação da LUAR (Liga de União e Acção Revolucionária), nos anos sessenta: António Barracosa (que desertaria do exército na Guiné, entregando-se às forças do PAIGC, que o enviariam para a Argélia), Luís Benvindo e António Matias (seus alunos dos cursos nocturnos). Matias viria a morrer em 1967 devido a uma doença grave no Hospital do Rego, onde estava internado sob prisão depois de ter sido detido numa passagem clandestina da fronteira, em Mértola, acusado de ligação ao assalto à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz[35]. A sua relação com o entorno da LUAR vinha de longe e não surpreende a sua participação nas actividades desta organização depois do 25 de Abril, uma vez que esta se definia, desde 1968, como não sendo um partido político, nem estando submetida a nenhum sistema político, admitindo no seu seio a pluralidade de tendências e defendendo o socialismo e a instauração do Poder Popular (deixaria de ter actividade em 1976). Zeca Afonso referir-se-á à sua ligação à LUAR anos mais tarde: "*Associei-me a um tipo de processo descentralizado, inspirado talvez pelo Paulo Freire. E fiz, de facto, as sessões mais espantosas da minha vida, junto da 'nata' do povo, ao lado do Camilo Mortágua*[36]*, do Fanhais e de outros. Foram sessões de esclarecimento mútuo*"[37].

Dois dias antes das eleições para a Assembleia Constituinte, a 23 Abril de 1975, foi ocupada, no Ribatejo, a herdade da Torre Bela, uma das maiores do país, com 1700 hectares, propriedade do Duque de Lafões, pelos moradores das aldeias vizinhas, a maioria trabalhadores agrícolas desempregados, apoiados por membros da LUAR, entre os quais se encontrava Camilo Mortágua, que viria a ter um papel preponderante na ocupação e ali permaneceria por muito tempo. No decorrer do processo prolongado e complicado da ocupação[38], Zeca Afonso, acompanhado por Fanhais e Vitorino, fizeram acto de presença na herdade, cantando em solidariedade com os ocupantes.

A radicalização da situação política ganhou maior ímpeto nos meses seguintes. As ocupações de herdades alastram pelo Ribatejo e Alentejo; as greves e os conflitos laborais estenderam-se a todos os sectores de actividade. As eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas em Abril, em plena efervescência revolucionária, cujo resultado colocara o PS como partido maioritário, com quase o quádruplo de mandatos do PCP, seguido do PPD, com quase o triplo, não refletiam, nem podiam reflectir, pela sua artificialidade, a correlação de forças real na situação político-militar e social do país. O PS, o PSD e o PCP estavam no Estado, a revolução estava na rua.

Já em pleno "verão quente", a LUAR editaria à margem do circuito comercial um disco com duas canções musicadas por José Afonso: "Viva o Poder Popular", um apontamento da situação que se estava a viver no país, com letra também sua, que dava o nome ao disco; e "Foi na Cidade do Sado", uma crónica dos acontecimentos vividos a 7 de Março de 1975, em Setúbal, quando a polícia matou um jovem e feriu duas dezenas de pessoas na sequência de uma manifestação de protesto contra a realização de um comício do PPD, com letra escrita em colaboração com intervenientes nos acontecimentos. Em Outubro, José Afonso deslocou-se a Itália para participar na gravação do álbum *República*, produzido por várias organizações italianas da área da autonomia operária, em solidariedade com o jornal República e a Reforma Agrária. O produto da venda deste disco, que nunca chegou a ser editado em Portugal, destinava-se a apoiar aquele jornal ocupado pelos trabalhadores ou, caso fosse entretanto extinto, como veio a acontecer, ao Secretariado Provisório das Cooperativas Agrícolas de Alcoentre.

Em Julho a Assembleia Geral do MFA tinha aprovado o Documento-Guia da Aliança Povo/MFA, uma tentativa de converter o MFA num intermediário entre os partidos e a realidade que se vivia no país. Nele preconizava-se a participação popular na vida do Estado, incentivava-se a criação de organismos populares de base que constituiriam "*o embrião de um sistema experimental de democracia directa*". As reacções não se fizeram esperar. O PS e o PPD abandonaram o governo nos dias seguintes, deixando o PCP e o MFA a governar o país em convulsão revolucionária. Por pouco tempo: um mês depois o PCP deixaria cair o quinto governo provisório, mas participaria com os outros dois partidos no apoio ao sexto.

Em Setembro, o MFA revelava as suas divisões intrínsecas, com os "*militares moderados*" a tomar conta do Conselho da Revolução, ao mesmo tempo que a revolução se estendia definitivamente nos quartéis, pela acção dos SUV (Soldados Unidos Vencerão). As bombas colocadas pelo MDLP/ELP (a extrema-direita) contra objectivos "da esquerda" aumentavam, de frequência e de potência, ao mesmo tempo que as homílias nas igrejas do centro e norte do país preparavam os espíritos para os assaltos às sedes dos partidos de esquerda e dos sindicatos. A esquadra da NATO fazia manobras na costa portuguesa. O Governo mobilizava em manifestações de rua os sectores contra-revolucionários e, pressionado pela agitação popular, acabava por fazer greve. O plano do golpe militar para acabar com a indisciplina que grassava nos quartéis e nas ruas estava preparado e tinha a aprovação do capitalismo internacional: faltava o pretexto.

Comandos no Rossio de Lisboa no 25 de Novembro

Muitos populares acorreram aos quartéis na expectativa de resistir. Zeca Afonso com dois companheiros de Setúbal e um amigo cineasta dirigiram-se à base de Tancos, para apoiar os "páras" na sua luta, e ali permaneceram até ao dia seguinte...

Não era difícil amotinar os paraquedistas na situação que então se vivia: bastava passá-los à disponibilidade. Foi o que a chefia da Força Aérea fez. Os paraquedistas de Tancos reagiram, ocupando as principais unidades do ramo aéreo no centro e sul do país, na noite de 24 para 25 de Novembro. "*Não podemos aceitar a decisão de nos destruir* (...). *Afirmamos desde já que não se tratou de nenhum golpe militar como estamos a ser acusados*", explicaram os "*páras*" em dois comunicados sucessivos divulgados no decorrer dos acontecimentos. Contudo, ficaram com a fama de terem desencadeado um golpe de esquerda, o tal que justificou o golpe de direita, que acabou com o processo revolucionário.

As "vanguardas", algumas delas armadas, não mobilizaram os "seus" militantes, nem apelaram às "massas", para suster o golpe contra-revolucionário, acabando por ficar para a história que perderam a batalha por falta de comparência. O PCP não estava interessado numa situação em que o poder caísse na rua e nas barricadas, pois seria ultrapassado pelos acontecimentos, perdendo o controle sobre as infraestruturas do Estado. De modo que, perante o risco de perder tudo, preferiu o compromisso com os golpistas, mantendo o lugar no Governo e alguma daquela influência.

Muitos populares acorreram aos quartéis na expectativa de resistir[39]. Zeca Afonso com dois companheiros de Setúbal e um amigo cineasta[40] dirigiram-se à base de Tancos, para apoiar os "páras" na sua luta, e ali permaneceram até ao dia seguinte, quando Melo Antunes, um dos principais artífices do golpe vitorioso, veio a público para salientar que "*a participação do partido comunista português na construção do socialismo é indispensável*"[41]. Os tempos que se avizinhavam seriam complicados e alguém tinha de continuar a manter debaixo de controle as massas trabalhadoras. José Afonso acompanharia o estertor do PREC nos anos seguintes, como a seguir se verá.

(continua no próximo número)

///NOTAS (continuação da primeira parte do artigo)

24 Entrevista a José Carlos Vasconcelos, in *Sete* de 22 de Abril de 1980.

25 Declarações de 30 de Abril de 1974 ao repórter da RTP, António Santos, no aeroporto de Lisboa, onde tinha ido esperar a chegada do exílio de José Mário Branco e Luís Cília. Podem ver-se na íntegra no documentário "*Regresso de José Mário Branco*". RTP-arquivos. goo.gl/bfuPQu;

26 Processo Revolucionário Em Curso, (PREC), acrónimo para designar o período iniciado com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e terminado com o golpe militar de 25 de Novembro de 1975.

27 "*Sem Mestres nem Chefes, o povo tomou a rua*", por José Hipólito Santos, p.74. Letra Livre. Lisboa, 2014.

(28) Manifesto assinado por Adriano Correia de Oliveira, Aristides, Fanhais, Fausto, José Afonso, José Jorge Letria, José Mário Branco, Júlio Pereira, Luís Cília, Manuel Alegre, Manuel Freire, Samuel, Vitorino, entre outros.

29 Entrevista à revista Flama, 7 de junho 1974.

30 "*Portugal: A Revolução Impossível?*" de Phil Mailer, Afrontamento, Porto, 1978. Originalmente editado em inglês, é um livro difícil de encontrar, mesmo nos alfarrabistas. Um relato interessante do que aconteceu entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, vivido e sentido por um participante empenhado.

31 Com arranjos e direcção musical de Fausto. Durante todo este período, foi reeditada uma parte importante dos álbuns editados no tempo da ditadura, mas não há informação exacta de quais e de quantas edições foram postas à venda. Alguns deles foram também editados em vários países europeus, com destaque para Espanha, França e Alemanha. As versões interpretadas por outros cantores de temas de José Afonso foram também muitas, só da Grândola houve mais de vinte.

32 Entrevista à revista Flama, 7 de junho 1974

33 "*Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. (1974-1975)*", Sónia Vespeira de Almeida, Edições Colibri e IELT, Lisboa, 2009.

34 Reportagem da RTP do ataque ao RAL1, pode ver-se aqui: goo.gl/fpHwgw

35 "*Felizmente Houve a LUAR*" de José Hipólito Santos, p.269, Âncora, Lisboa, 2011; e "*José Afonso o Rosto da Utopia*" de José António Salvador, pp 62-63, Afrontamento, Porto, 1999.

36 Um dos fundadores da LUAR, com quem Zeca Afonso manteve uma relação de amizade.

37 "*Zeca Afonso, As Voltas de Um Andarilho*", Viriato Teles, p60, Ulmeiro, 1999.

38 Documentário Ocupação da Herdade da Torrebela, de Thomas Harlan: goo.gl/IfxL5x;

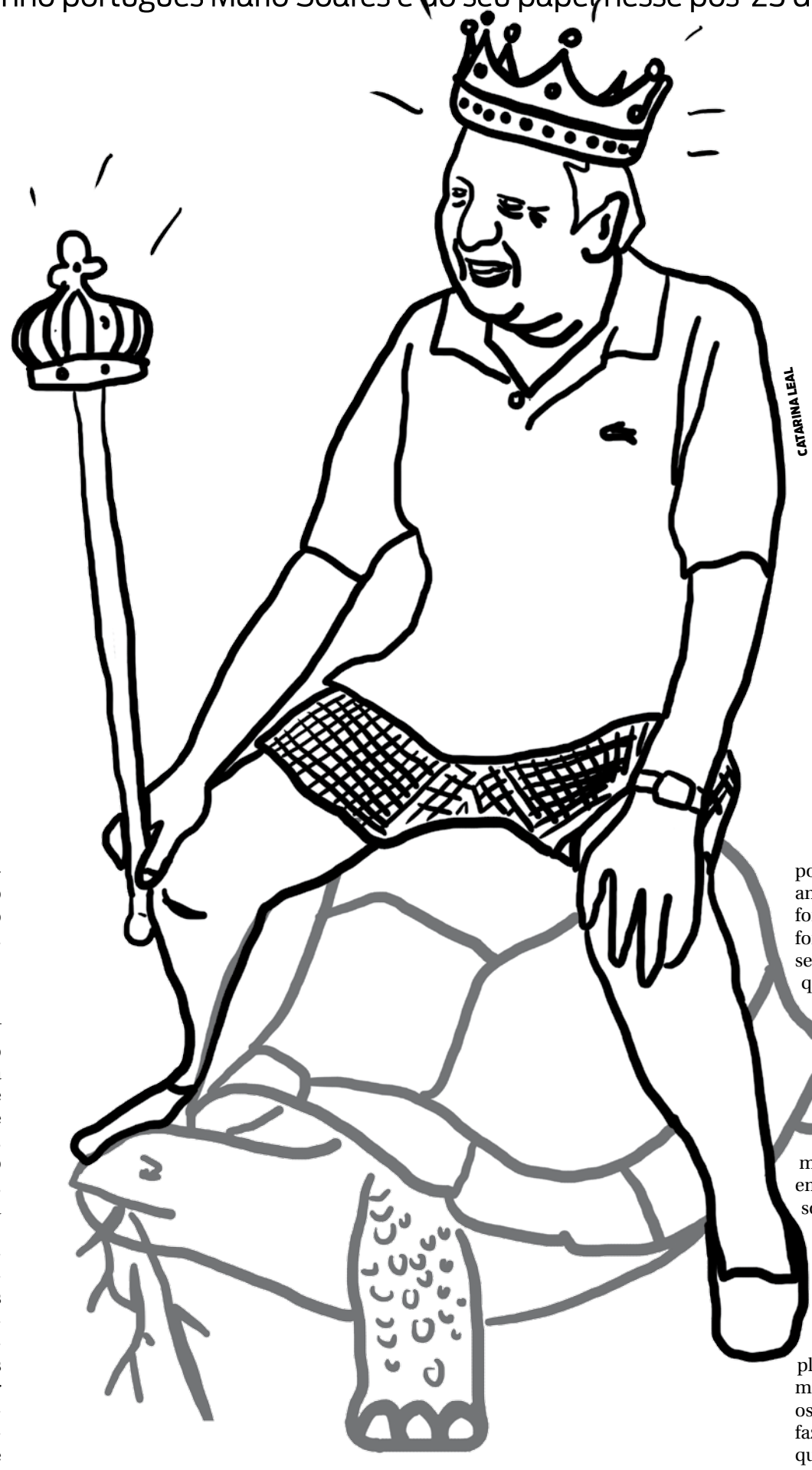
39 Foi o caso do quartel da Polícia Militar na Ajuda, que viria a ser atacado pelos Comandos, em que morreram dois comandos e o aspirante Albertino Bagagem da PM.

40 Entrevista de Luís Filipe Rocha a Joaquim Vieira, documentário "Maior que o Pensamento", parte III, 24:15, 2011.

41 Declaração na íntegra pode ver-se aqui: goo.gl/TuceSq

Mário Soares: Como se cria um mito

Uma reflexão contra a construção hegemónica - e não isenta - da história do paizinho português Mário Soares e do seu papel nesse pós-25 de abril.



«Não podemos confiar na burguesia.»
Mário Soares, 1973, em Paris, após o golpe militar no Chile, numa reunião de exilados portugueses.

EDUARDO SOUSA

Ao longo do mês de Janeiro pudemos viver a experiência invulgar do nascimento de um mito político. Os meios de comunicação, em uníssono, transformaram um político português, Mário Soares, num pai da Pátria, num herói, numa figura superior da nossa história, quase sem paralelo no passado.

Este entusiasmo apologético, visto à distância, fica entre o ridículo e o mero lugar-comum que repete o que já fora dito vezes sem conta, principalmente pelos historiadores revisionistas, sobre Salazar, banalidade repisada frequentemente nos últimos anos que ajudou até a promover o ditador à mais importante figura portuguesa do século XX. Uma concepção de história construída em torno das grandes figuras, que é a essência da velha história conservadora que a esquerda adopta com entusiasmo quando a si mesmo se refere.

No entanto, ao que sabemos, a história dos povos vai muito para lá da história dos «grandes homens», esse era até um assunto que pensávamos estar já encerrado na historiografia. Por isso é que o cognome «Pai da democracia», dado postumamente a Mário Soares, é um mero título honorífico que as classes dominantes querem atribuir ao fundador do PS, como última recompensa pelos serviços prestados na fase complicada da desintegração do Sistema que se seguiu ao golpe militar que derrubou a ditadura em 1974.

A morte de Mário Soares foi um momento único que nos permitiu assistir ao funcionamento dos poderosos mecanismos de fabricação do consenso social e a algo ainda mais raro, que foi a criação de *um mito nacional*. Coisa raramente possível de assistir em directo, já que habitualmente, no passado, este era um processo demorado e trabalhoso, que envolvia séculos de sedimentação de restos da memória manipulados pelas instituições estatais e religiosas dominantes.

Mas, neste país dado a sebastianismo, que fez de um jovem idiota, fanático e irresponsável um herói nacional, tudo é possível, principalmente agora que uma máquina poderosa de propaganda constituída por todos os inúmeros meios de manipulação social (jornais, rádios, televisões, Internet) consegue gerar um pensamento único, acrítico, baseado numa mistura de factos, meias-verdades, mentiras e invenções.

Mário Soares foi um personagem contraditório, que reuniu em si tudo o que de pior criticamos nos políticos: demagogia, populismo, manipulação, obsessão pelo poder, oportunismo. Das suas qualidades, pois todos as temos, e da sua militância antifascista, não vale a pena falar, tudo já foi dito. O que vale a pena recordar, porque foi ocultado nos discursos laudatórios, é o seu papel durante a crise revolucionária que se seguiu ao 25 de Abril, determinante para unir todos os sectores conservadores da sociedade portuguesa para reconstruir o Sistema abalado por uma imprevisível luta social. O facto de se ter predisposto a tudo ao serviço da burguesia europeia e americana, incluindo agir de forma articulada com o agente-mor da CIA em Portugal, Frank Carlucci, diz muito sobre a sua personalidade e ideologia. E quando se diz tudo é de facto tudo, porque, desde 74, Mário Soares esteve no centro do projecto político-militar de re-estabilizar a ordem capitalista em Portugal, mesmo que isso significasse o confronto militar e a guerra civil, com planos bem definidos e acertados com James Callaghan. Vale a pena dizer isto, pois os únicos, ao contrário do que nos querem fazer crer os historiadores revisionistas, que tiveram um projecto claramente definido para esse confronto foram os sectores conservadores, como se viria a provar na contra-revolução preventiva do 25 de Novembro. O resto foi *bluff* e impotência dos sectores de extrema-esquerda e do PCP, que seguia de forma domesticada as ordens dos dirigentes da URSS.

Quando o PS e Mário Soares, nessa época, evocavam o socialismo histórico, e figuras como Antero de Quental e António Sérgio, ou falavam da luta pelo fim da exploração do homem pelo homem e coisas que tais, de punho erguido, cantando a Internacional, não era idealismo político, mas mero oportunismo táctico, como o próprio Soares reconheceu mais tarde em

entrevistas, dizendo que essa era a única forma de fazer frente ao Partido Comunista e conseguir apoio popular naquele contexto efervescente.

Logo que assumiu o poder, após as primeiras eleições, o PS «meteu o socialismo na gaveta» e dedicou-se de forma compulsiva a restaurar a ordem capitalista. Mário Soares apelou directamente aos grandes capitalistas exilados em Espanha e no Brasil para regressarem a Portugal, como recordou o banqueiro Ricardo Salgado nos dias de luto, e uma das suas obsessões foi a devolução das grandes empresas nacionalizadas e das terras dos latifúndios do Alentejo aos agrários.

As classes dominantes devem a Soares essa restauração do capitalismo em Portugal na versão mais liberal, onde não cabiam sequer os velhos princípios do socialismo histórico ou o cooperativismo de António Sérgio. A traição a esse passado mítico foi total.

Toda a reconstrução do aparelho policial, militar, mas também legal e constitucional, foi feita pelo PS ou com o apoio do PS. Se a AD e o PSD/CDS continuaram tal projecto, ele nunca se teria concretizado sem esse impulso inicial nos anos difíceis e sem a colaboração do PS nas décadas seguintes.

Na política internacional, Soares seguiu a cartilha dos EUA e dos seus aliados europeus, desempenhando até um papel activo no apoio à UNITA, na época em que este grupo angolano era a ponta de lança assassina do regime racista sul-africano.

Era possível esperar outra coisa? Certamente que não, pelo menos para os libertários. A conversão dos partidos social-democratas históricos em cães de guarda do capitalismo é um facto que já tem cem anos. Aqui ao lado, em Espanha, na mesma época, vimos Felipe Gonzalez fazer uma transição franquista que incluiu aceitar a monarquia, entrar na NATO e organizar o terrorismo de Estado contra os bascos, deixando intocada a base estatal e ideológica do franquismo.

Mário Soares foi a figura maior das políticas de Estado destes anos em Portugal e marcou profundamente a nossa realidade, mas, como Brecht recordou no célebre poema «Perguntas de um Operário Letrado», não foi só ele… Soares só adquiriu essa relevância porque nas ex-colónias portuguesas alguns angolanos, guineenses, cabo-verdianos e moçambicanos pegaram em armas contra o colonialismo, desencadeando uma guerra que viria a provocar nos militares portugueses a decisão de derrubar a ditadura. A crise social, aberta pela fragmentação do Estado autoritário com o 25 de Abril, contribuiu decisivamente para que a aposta dos países europeus, e principalmente dos EUA, fosse Mário Soares. Em condições diferentes, poderia ter sido Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Adriano Moreira ou qualquer outro político liberal ou conservador. Mas os milhões de marcos e de dólares aqui colocados pelos vários países, tudo hoje devidamente documentado pelo livro do ex-socialista Rui Mateus e pelas pesquisas dos insuspeitos José Freire Antunes e Tiago Moreira de Sá, ajudaram a fazer de um partido de meia dúzia de advogados, fundado na Alemanha com o dinheiro e apoio do SPD, um partido nacional com influência na pequena e média burguesia e largos sectores de trabalhadores.

Sem o PAIGC, sem o MFA, sem Carlucci, Soares seria tão-só um simpático leitor da Sorbonne ou um conhecido advogado lisboeta liberal.

Agora, Mário Soares, o mito, passa a ser tão útil na morte como o Mário Soares político foi em vida. As sociedades hierarquizadas precisam de figuras maiores, pais da Pátria, salvadores, heróis que se levantaram acima dos povos e que lhes indicam caminhos. São os nossos santos civis. Soares ficará a apontar a partir da história as ideias queridas deste regime: democracia, liberdade, paz social, concórdia. Ideias comuns simpáticas, mas que são o jardim que cobre o pântano, que ocultam a natureza de classe do regime e a verdadeira natureza das classes dominantes de ontem, como de hoje, e que são determinantes para sustentar um Sistema intrinsecamente infame.

Poucos recusam toda esta mitologia, como pudemos ver ao longo destes dias, com muitos dos ex-esquerdistas, até daqueles que se diziam inimigos de Soares no PREC, a desempenharem um papel relevante no coro das carpideiras, reconstruindo a biografia do ex-dirigente do PS a partir dos seus apartes na velhice, quando já não detinha qualquer poder.

No entanto, é importante recordar que ainda não chegámos ao tão proclamado fim da História e que a chamada democracia representativa não é o último estágio da evolução política, e, por isso mesmo, não se pode combater as classes dominantes sem combater os seus mitos, a sua ideologia, que são um sustentáculo do seu poder mais importante do que a força das armas. As crenças das classes dominantes nunca serão as crenças daqueles que se situam no campo oposto, e a memória, tal como a história, também são territórios onde se trava a luta social. Mesmo que isso seja clamar num deserto cheio de carpideiras.

/// LEITURAS ÚTEIS:

A Contra-Revolução de Fachada Socialista. J. Varela Gomes. Ler Editora.

A Contra-Revolução no 25 de Abril. Maria José Tíscar. Edições Colibri.

A Invasão Spinolista. Eduardo Dâmaso. Fenda.

Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa. Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá. Publicações Dom Quixote.

Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido. Rui Mateus. Publicações Dom Quixote.

História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975. Raquel Varela. Bertrand.

Os Americanos na Revolução Portuguesa. Tiago Moreira de Sá. Editorial Notícias.

Ivan Illich é revisitado em 2017 numa antologia dos seus textos mais importantes intitulada "Superar a pobreza modernizada. Para uma história das necessidades". Jorge Leandro Rosa, editor e tradutor com José Carlos Marques desta antologia a sair nas Edições Sempre em Pé, apresenta no Jornal MAPA a pré-publicação de alguns excertos que assinalam a actualidade deste pensador austríaco e da sua crítica da sociedade industrial.

Ivan Illich: Para uma história das necessidades

X. ESPADA

UMA REAPRESENTAÇÃO DE IVAN ILLICH

por Jorge Leandro Rosa

Que estranho é ler hoje Ivan Illich! A radicalidade, já a conhecia; da inteligência, conservava a impressão viva, tantos anos depois de algumas leituras feitas nos anos de 1980. Mas, ao regressar a ele, eis-me sob o choque provocado pela liberdade destes textos, em si uma provocação que nos é dirigida: o que andámos a fazer nestes trinta anos, enquanto tudo à nossa volta se foi transformando num pesadelo sistémico, já não apenas o «pesadelo em ar condicionado» de que falara Henry Miller, mas um verdadeiro ecossistema de intoxicação generalizada?

A crítica de Illich à sociedade industrial permanece vivíssima e marcante: a desmesura industrial veio a instalar-se em áreas da vida e da sociedade com uma abrangência que, à excepção de Illich, quase todos teríamos considerado algo inverosímil nesses anos. Da indústria da medicina (*A* nemesis *médica*) à contraprodutividade escolar (*Uma sociedade sem escola*), dos usos absurdos da energia (*Energia e equidade*) à demonstração da falência da sociedade industrial (*A convivialidade*), assim como em muitos outros textos escritos até à sua morte, em 2002, os milhares de páginas que Illich nos legou constituem um retrato feroz da nossa situação, mas também uma celebração feliz da existência que se manifesta frágil e criativa.

Eu e José Carlos Marques decidimos, quase sem necessidade de discutir tal empreendimento, meter mãos à tarefa de traduzir e editar novamente em português Ivan Illich, a publicar em breve pelas Edições Sempre-em-pé. Fazia-nos falta a clareza e a honestidade intelectual de Illich. Faz-nos falta o seu golpe de vista panorâmico sempre reinvestido na crítica dos domínios concretos em que a experiência humana vai sendo «normalizada» e empobrecida. Consequentemente, decidimos voltar a um Illich decisivo, editando em português uma antologia que contém cinco dos seus textos mais marcantes dos anos 1960 e 1970: *Superar a pobreza modernizada. Para uma história das necessidades* (*Toward a History of Needs*, Berkeley, 1977). A simples lista destes ensaios é demonstrativa da abrangência de um pensamento: «O desemprego útil e os seus inimigos profissionais»; «Driblar as nações desenvolvidas»; «No lugar da educação»; «Energia e equidade» e «Tântalo ou a expropriação da saúde». Os excertos que aqui se apresenta em pré-publicação dão certamente algo do tom e dos temas illichianos, mas só palidamente darão conta da sua originalidade e profundidade, esperando os tradutores que, estimuladas por esta antologia, outras iniciativas possam trazer de volta aos nossos debates um autor que, logo muito cedo, declarou ser seu intento «trabalhar num epílogo da era industrial». Hoje, essa tarefa é ainda mais premente, e os documentos que Illich nos deixou constituem materiais de primeira grandeza que nos auxiliarão a actualizá-la e a concluí-la.

O DESEMPREGO ÚTIL E OS SEUS INIMIGOS PROFISSIONAIS

A palavra *crise* veio a significar o momento em que médicos, diplomatas, banqueiros e variados engenheiros sociais passam ao comando e em que as liberdades são suspensas. Como os pacientes, as nações entram na lista crítica. *Crise*, o termo grego que designava «escolha» ou «ponto de viragem» em todas as línguas modernas, significa agora «motorista, carregue no acelerador». Crise evoca agora uma ameaça funesta mas abordável contra a qual o dinheiro, a força de trabalho e a gestão podem ser mobilizados. Cuidados intensivos para os moribundos, tutela burocrática para a vítima da discriminação, a fissão para a glutonaria energética, são respostas típicas. A crise, entendida desse modo, é sempre boa para os executivos e comissários, especialmente aqueles necrófagos que vivem dos efeitos colaterais do crescimento económico do passado: educadores que vivem da alienação da sociedade, médicos que prosperam com o trabalho e lazer que destruíram a saúde, políticos que enriquecem com a distribuição de benefícios assistenciais que, aliás, começaram por ser financiados pelos que são assistidos. A crise entendida como um toque de clarim à aceleração não se limita a entregar mais poder ao controlo do motorista, ao mesmo tempo que espreme os passageiros mais apertadamente nos seus cintos de segurança; ela justifica também a depredação de espaço, tempo e recursos para favorecer as rodas motorizadas, e fá-lo em detrimento das pessoas que querem usar os próprios pés.

[…] Tanto nas sociedades tradicionais como nas modernas, deu-se uma importante mudança num período muito curto de tempo: os meios para a satisfação das necessidades foram radicalmente alterados. O motor destronou o músculo, a instrução matou a curiosidade autoconfiante. Como consequência, tanto as necessidades como os desejos adquiriram um caráter de que não existe precedente histórico. Pela primeira vez, as necessidades tornaram-se quase exclusivamente identificáveis com as mercadorias. Enquanto a maioria das pessoas caminhava por onde lhe apetecia ou queria, sentiam-se refreadas principalmente quando a sua *liberdade* era restringida. Hoje quando dependem dos transportes para se moverem, reivindicam não uma liberdade mas um *direito* a tantos quilómetros por passageiro. E à medida que cada vez mais veículos fornecem a cada vez mais pessoas tais «direitos», a liberdade de caminhar degrada-se e é eclipsada pela prestação desses direitos. Para a maioria das pessoas, os desejos é o que vem a seguir a isso. Não podem sequer imaginar libertarem-se da condição universal de serem passageiros, ou seja, alcançarem a liberdade do homem moderno num mundo moderno de se moverem por si mesmas.

NO LUGAR DA EDUCAÇÃO

Por forma a ver com clareza as alternativas que enfrentamos, precisamos de começar por distinguir entre aprender e escolarizar, o que significa separar o objetivo humanístico do professor em relação ao impacto da estrutura invariante da escola. Essa estrutura oculta constitui um rumo de instrução que permanece para sempre fora do controlo do professor ou da direção da escola. Ela necessariamente exprime a mensagem de que apenas através da escolarização pode uma pessoa preparar-se para a idade adulta na sociedade, que aquilo que não é ensinado na escola pouco valor tem, e que o que se aprende fora da escola não merece ser sabido. Chamo a isso o programa oculto porque ele constitui o enquadramento inalterável do sistema escolar, no interior do qual são feitas todas as mudanças do programa visível.

[…] O que importa no programa oculto é que os estudantes aprendam que a educação é valiosa quando é adquirida na escola através de um processo graduado de consumo; que o grau de êxito que cada indivíduo gozará na sociedade dependa da quantidade de aprendizagem que consome; e que aprender *acerca* do mundo é mais valioso que aprender *com* o mundo. A imposição desse programa oculto dentro de um programa educacional distingue a escolarização de outras formas de educação planeada. Todos os sistemas escolares do mundo têm caraterísticas comuns distintas do seu resultado institucional, e elas decorrem do programa oculto comum de todas as escolas.

ENERGIA E EQUIDADE

Recentemente, tornou-se inevitável falar de uma iminente crise energética. Esta designação eufemística esconde uma contradição e consagra uma ilusão. Ela esconde a contradição implícita que está patente na busca conjunta da equidade e do crescimento industrial; salvaguarda também a ilusão de que o poder da máquina poderá substituir indefinidamente a força humana. Com vista a resolver esta contradição e dissipar essa ilusão, será urgente clarificar a realidade que a linguagem da crise obscurece: elevadas quantidades de energia tanto degradam as relações sociais como destroem inevitavelmente o meio físico.

Os defensores de uma crise energética acreditam e continuam a propagar uma peculiar visão do ser humano. De acordo com esta ideia, o homem nasceu para sempre dependente de escravos que ele deve dolorosamente aprender a dominar. Se não arrebanha prisioneiros, então precisa de máquinas para fazerem o seu trabalho. Segundo esta doutrina, o bem-estar de uma sociedade pode ser medido pelo número de anos que os seus membros têm de escolaridade e pelo número de escravos energéticos que eles aprenderam aí a controlar. Esta crença é comum às ideologias económicas rivais que agora estão em voga. Ela é também posta em dúvida pela óbvia iniquidade, inquietação e impotência que brota por todo o lado logo que as vorazes hordas de escravos energéticos se tornam, numa certa proporção, mais numerosas do que os humanos. A crise energética faz incidir a sua atenção na escassez de alimento para estes escravos. Eu prefiro perguntar se os humanos livres necessitam deles.

As políticas energéticas adoptadas durante a presente década determinarão o âmbito e o carácter das relações sociais de que a sociedade poderá usufruir por volta do ano 2000. Uma política de baixo consumo energético permitirá uma vasta escolha de estilos de vida e culturas. Se, ao invés, a sociedade optar por um alto consumo de energia, as relações sociais serão nela ditadas pela tecnocracia e serão igualmente degradantes, sejam elas definidas como capitalistas ou socialistas.

Neste momento, muitas sociedades – especialmente aquelas mais pobres – são ainda livres para estabelecer as suas políticas energéticas segundo alguma de três linhas de orientação. O bem-estar tanto pode ser identificado com elevadas quantidades de consumo energético *per capita*, como com a elevada eficiência da transformação energética ou com o menor uso possível de energia mecânica por parte dos mais poderosos membros da sociedade. A primeira perspectiva poria a ênfase na apertada gestão de combustíveis finitos e destrutivos em benefício da indústria, enquanto a segunda estaria focada na poupança termodinâmica obtida pela conversão da indústria. Estas duas primeiras atitudes implicam necessariamente fortes gastos públicos e crescente controlo social; ambas racionalizam a emergência do Leviatã computacional e ambas são, actualmente, objecto de ampla discussão.

A possibilidade de uma terceira opção mal é percebida. Ao mesmo tempo que as pessoas começaram a aceitar limites ecológicos para a utilização máxima de energia *per capita*, enquanto condição para a sobrevivência física, elas ainda não começaram a reflectir sobre o uso mínimo exequível de energia enquanto fundação de uma ordem social, de entre as várias possíveis, que fosse simultaneamente moderna e desejável. Contudo, só um tecto para o uso energético pode conduzir a relações sociais que sejam caracterizadas por elevados níveis de equidade. A opção que é actualmente negligenciada é a única escolha ao alcance das nações. É a única estratégia na qual um processo político pode ser usado com vista a estabelecer limites para o poder do mais motorizado dos burocratas. A democracia participativa postula uma tecnologia de baixo consumo energético. Só a democracia participativa cria as condições para a tecnologia racional.

Passa geralmente em claro o facto de a equidade e a energia só poderem crescer concomitantemente até certo ponto. Abaixo de uma certa quantidade de energia *per capita*, os motores melhoram as condições que beneficiam o progresso social. Acima desse nível, a energia cresce à custa da equidade. Maior abundância energética significa uma menor repartição do controlo da energia.

Deve-se a uma falácia política a crença generalizada de que energia abundante e limpa seria a panaceia para as chagas sociais, acreditando-se que a equidade e o consumo de energia podem ser infinitamente correlacionados, pelo menos em certas condições políticas ideais. Ao trabalharmos dentro desta ilusão, tendemos a descartar qualquer limite social para o crescimento do consumo energético. Sendo necessário dar razão aos ecologistas que afirmam ser poluidora a energia não-metabólica, é igualmente inevitável sublinhar que, para lá de um certo limiar, a energia mecânica corrompe. O patamar da desintegração social por efeito de grandes quantidades de energia é independente do patamar no qual a conversão energética origina a destruição física. Expresso em cavalos-vapor, ele é indubitavelmente inferior. Este facto deverá ser teoricamente reconhecido antes que possamos levantar uma questão política a partir do máximo de watts *per capita* que uma sociedade venha a impor aos seus membros.

Mesmo que a disponibilidade de energia não poluente viesse a ser realizável e abundante, o uso de energia numa escala maciça age na sociedade como uma droga que é fisicamente inofensiva mas psicologicamente escravizante. Uma comunidade pode escolher entre o uso da metadona e a ressaca provocada pela súbita abstinência, entre manter a sua dependência de energia importada e sofrer as dores da abstinência, mas nenhuma sociedade poderá manter uma população que está viciada no incremento constante do número de escravos energéticos, ao mesmo tempo que pretende que esta seja autónoma e activa.

Em discussões anteriores, demonstrei que, para além de um certo nível de PIB *per capita*, o custo do controlo social deverá crescer mais depressa do que o produto total, tornando-se assim a mais larga actividade institucional dentro de uma economia. A terapia ministrada por educadores, psiquiatras e assistentes sociais deve convergir com os projectos de planificadores, gestores e vendedores, ao mesmo tempo que vem complementar os serviços das agências de segurança, dos militares e da polícia. Quero, neste ponto, indicar uma razão pela qual a riqueza acrescida necessita de um acrescido controlo sobre a população. O meu argumento sustenta que, acima de um nível energético médio *per capita*, o sistema político e o contexto cultural de qualquer sociedade entram em declínio. Uma vez ultrapassada a quantidade crítica, por cabeça, de energia, a formação orientada para finalidades abstractas da burocracia suplanta as garantias legais da iniciativa pessoal e concreta. Esta magnitude energética é o limite da ordem social.

Argumentarei aqui que a tecnocracia prevalece necessariamente logo que o rácio de energia mecânica para a energia metabólica ultrapassa um limiar identificável e bem definido. A ordem de magnitude em que se insere este limiar é amplamente independente do nível de tecnologia aplicada. Ainda assim, o simples facto da sua existência desapareceu da representação social tanto nos países ricos como naqueles que se situam no meio da tabela de riqueza. Tanto os Estados Unidos como o México passaram já essa linha de demarcação. Em ambos os países, mais incrementos na injecção de energia aumentam as desigualdades, a ineficácia e a impotência individual. Embora num dos países haja um rendimento *per capita* na ordem dos 500 dólares e, no outro, este esteja próximo dos 5000 dólares, vastos interesses investidos na infraestrutura industrial incitam ambos a nova escalada no uso de energia. Daí resulta que tanto ideólogos norte-americanos quanto mexicanos rotulem como «crise energética» a sua própria frustração, nenhum dos países sendo capaz de ver que a ameaça de colapso social não se deve nem à escassez de combustível nem ao uso irracional, esbanjador e poluente, da potência disponível, mas antes à tentativa das indústrias para atulharem a sociedade com tanta energia que, inevitavelmente, acabam por degradar, empobrecer e frustrar a maior parte das pessoas.

Mas afinal, o que é o transhumanismo? E quem são os transhumanistas?

I Parte

IRENE LOUREIRO

κοινωνία

O mundo não tem sido feito por
amor dos seres humano
e não se tornou mais humano
Herbert Marcuse[1]

Neste e nos próximos números, apresentaremos uma breve resenha genealógica, algo labiríntica, dos motivos culturais que directa ou indirectamente têm inspirado o transhumanismo (**H+**). Ao mesmo tempo, desenhar-se-ão algumas das linhas de fuga e das sobreposições temáticas que da história mais ou menos remota conduzem até a actualidade.

O **H+** é, em poucas palavras, um movimento que procura ultrapassar deliberadamente, com meios científicos e tecnológicos, os limites da condição biológica do ser humano e, em última análise, almeja alcançar a imortalidade terrena. A adjetivação "terrena" serve para expressar o aspecto mundano e laico desta nova figura da mais antiga inquietação humana. Da *Epopeia de Gilgamesh* e do terceiro milénio antes de Cristo, à pratica da mumificação dos egípcios, do pensamento taoista à alquimia esotérica, o **H+** considera-se o legítimo herdeiro dos esforços históricos da humanidade para ganhar o seu jogo de xadrez com a morte. Nesse sentido, os teóricos do **H+** interpretam a tecno-revolução em curso e por vir como o resultado cumulativo de um processo histórico contínuo. O ser humano seria desde sempre um animal insatisfeito consigo próprio, em luta com a frágil condição que lhe foi dada e, portanto, sempre à procura do potenciamento das suas capacidades psicossomáticas. Se a recusa da animalidade inscrita na condição humana teve nas religiões o seu desafogo, o **H+** seria então a resposta laica às aspirações escatológicas das religiões tradicionais. Na perspectiva do Nick Bostrom, docente em Oxford e um dos líderes deste movimento, o **H+** é a expressão contemporânea do humanismo renascentista - exemplificado por Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494), para o qual o indivíduo deve ser um livre criador de si próprio, atingindo "formas mais altas, divinas" - do projecto prometeico da ciência empírica - entendida no *Novum Organum* do Francis Bacon (1561-1626), como o método para "tornar tudo possível" através da submissão da natureza aos fins humanos - ou ainda do racionalismo da idade das luzes.[2] A estratégia discursiva com a qual Bostrom persegue a hegemonia cultural do **H+** enxerta-o na tradição racionalista e no utilitarismo anglo-americano, visando acentuar a natureza democrática e liberal da reivindicação do direito incondicional à auto-determinação psicossomática, tentando desajeitadamente demarcar-se dos fantasmas da eugénica do século XX. Por outro lado, o norueguês Stefan Lorenz Sorgner assimila o "potenciamento tecnológico", tanto genético como de outros tipos, ao impulso de auto-melhoramento e ao "sentimento da potência que cresce", caros para Nietzsche.[3] Outro defensor desta filiação é Max More, que conta como o seu ensaio *Tranhumanism: Towards a Futurist Philosophy* (2009), tendo sido inspirado pelos seus estudos do pensamento do Nietzsche.[4] No entender de More, fundador de orientação anarco-capitalista do *Extropy Institute*, o **H+** é um conjunto de filosofias heterogéneas que nos guiarão até à condição pós-humana.

Mas se quisermos fazer uma aproximação ao **H+,** será porventura necessário fazer algum desvio das narrativas na primeira pessoa dos protagonistas contemporâneos, dando preferência a um itinerário histórico, social

O saint-simonismo está nas origens da retórica do mundo como uma rede e como um espaço de fluxos, uma economia-mundo articulada em circuitos sempre mais densos, amplos e homogéneos, circuitos capazes de aumentar a circulação de bens materiais e imateriais: produtos, informações, pessoas e capitais.

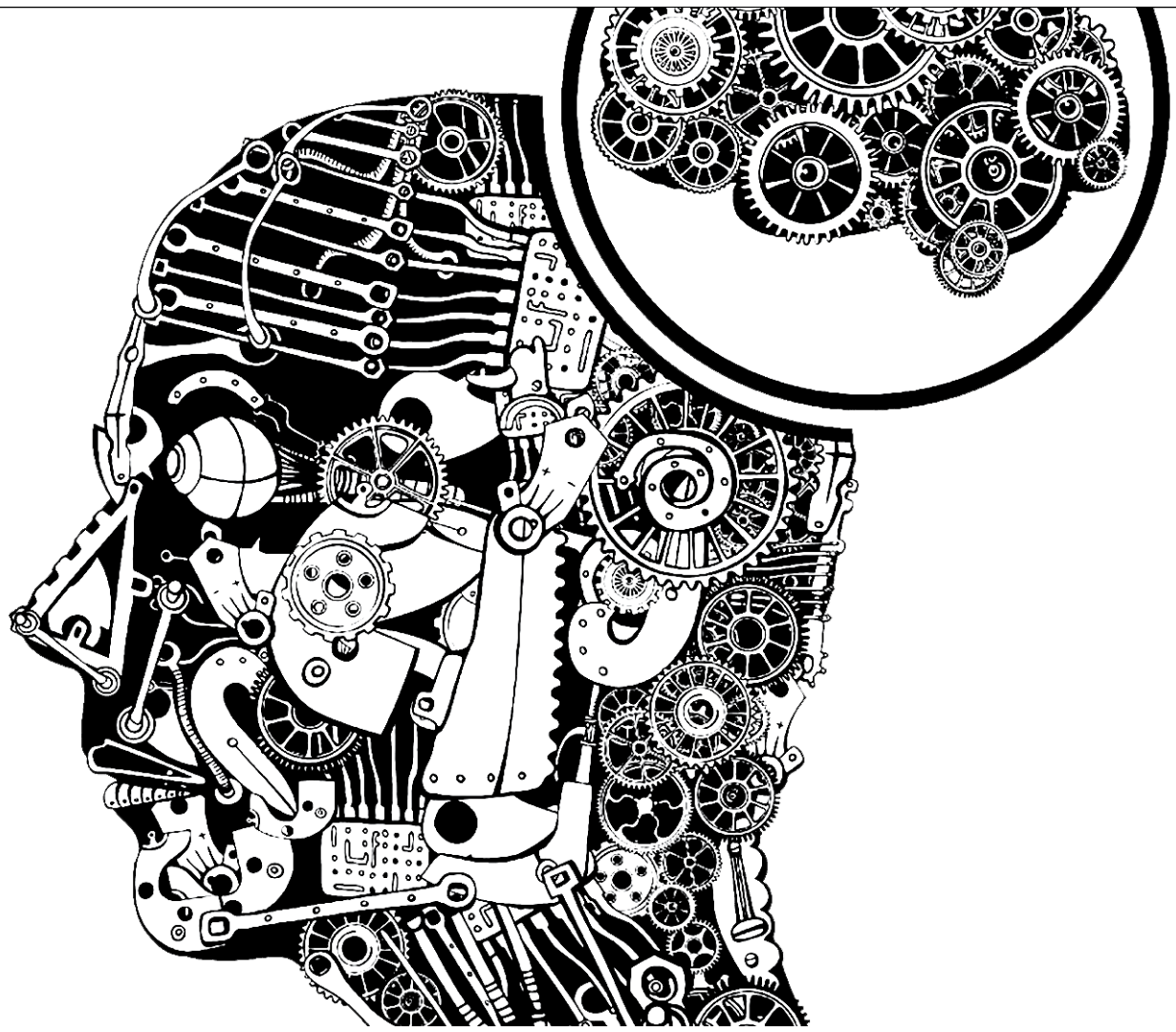
e cultural ziguezagueante. O primeiro desvio conduz-nos aos tempos da Primeira Revolução Industrial e a uma das primeiras fases da construção de um ideal de tecnociência como factor de progresso e de emancipação: o pensamento do Saint-Simon (1760-1825) e a sua influência na Escola Politécnica de Paris. Eis algumas das pérolas do profético pensador da "sociedade industrial": "Uma nação não é senão uma grande empresa industrial»; «A sociedade moderna só tem um objectivo: a produção, a indústria»; «O trabalho, eis o novo culto, a religião moderna» e o engenheiro é «o sacerdote da indústria»[5]. Tendo em conta que hoje em dia não é raro encontrar, confundidas na mesma pessoa, a figura do cientista, do engenheiro, do empreendedor e do consulente de instituições governamentais,[6] também a previsão do Auguste Comte, no seu *Cours de philosophie positive* (1830-1842), parece ter sido cumprida. Pois ele intuiu que os engenheiros iriam ter um papel histórico preeminente: o de serem os mediadores entre os *savants* e os *entrepreneurs*, entre ciência e economia industrial. O saint-simonismo está nas origens da retórica do mundo como uma rede e como um espaço de fluxos, uma economia-mundo articulada em circuitos sempre mais densos, amplos e homogéneos, circuitos capazes de aumentar a circulação de bens materiais e imateriais: produtos, informações, pessoas e capitais. Daí o seu entusiasmo tecno-optimista quanto à construção de estradas, pontes e canais que levariam à "associação universal", à comunhão entre os povos e à paz perpétua.[7] Parece que ouvimos os motivos saint-simonianos ressoar nas intenções e nos discursos dos criadores da Internet, vista como uma ferramenta para a descentralização e a desierarquização das relações sociais. Apesar das questões e das dúvidas que se podem levantar acerca do potencial emancipador das tecnologias digitais, e apesar das denúncias dos seus impactos psicológicos, políticos, económicos, sociais e ecológicos, continuam a florescer varias versões de "utopismo digital" inspirado pelo conceito de reticularidade.[8] É um facto que a Califórnia é a nação do mundo à qual mais se deve a revolução social que estamos a viver, a saber, a invasão tentacular das tecnologias informáticas em todas as esferas da existência humana. A transformação em curso dos modos de viver e de pensar têm as suas raízes na *California Ideology*,[9] isto é, na hibridação dos factores culturais mais variados, desde a contracultura comunitarista dos anos '60 ao neoliberalismo – que resultou no oxímoro do "anarco-capitalismo".[10] A Silicon Valley pode ser chamada a terra santa, o epicentro mundial do **H+**, pois é a partir daí que operam muitos dos profetas-empreendedores-cientistas do **H+** e as suas instituições: *World Transhumanist Association*, *Singularity University*, *Google*, *Facebook*, *PayPal*...

Marx será sempre um tecno-progressista (TechnoProg), pois, segundo ele, a "socialização" dos meios de produção teria remediado todos os estragos devido ao estranhamento do produto do trabalho face ao seu realizador.

A ciência moderna, também quando se encontra aparentemente livre de compromissos utilitários, estaria numa relação de dependência face à técnica, reduzindo-se o conhecimento à acessibilidade do mundo, à manipulação experimental e ao controle prático.

Mas convém regressar ao tempo de Saint-Simon e de Comte, quando as lutas dos luditas estouraram como movimento operário organizado, levando ao acrescento do crime de destruição de máquinas aos já mais de cem crimes passíveis de pena de morte na jurisdição inglesa. A revolta dos artistas das "artes menores"[11] face à grande inovação da altura, o tear mecânico, foi silenciada. Marx afirmara em *O Capital* (Liv. I, Sec. IV, Cap. 13) que "A história universal não oferece espetáculo mais horrendo do que a extinção dos artesãos tecelões de algodão ingleses […], muitos morreram à fome", enquanto que nas colónias "os ossos dos tecelões de algodão embranquecem as planície indianas". A sua análise levou-o a concluir que, sob o capitalismo, "o efeito 'temporário' das máquinas é permanente, uma vez que se vai apropriando de cada vez mais campos de produção". Entre máquinas e operários há, portanto, "um antagonismo completo". Visto que "o meio de trabalho esmaga o operário", "dá-se pela primeira vez a revolta brutal do operário contra o meio de trabalho". Apesar disso, Marx será sempre um tecno-progressista (*TechnoProg*), pois, segundo ele, a "socialização" dos meios de produção teria remediado todos os estragos devido ao estranhamento do produto do trabalho face ao seu realizador. Friedrich Engels, de resto, cristalizou a atitude centralista e autoritária do materialismo dialético ao escrever em *On Authority* (1882) que a máquina a vapor, a rede rodoviária, e, em geral, a agricultura e a indústria em larga escala, são intrinsecamente autoritárias e é preciso aceitá-las, pois combater esse autoritarismo coincidiria com a pretensão de abolir a indústria enquanto tal, coisa que, como é óbvio, para ele não fazia sentido. A "questão da maquinaria" foi, de qualquer forma, um tema muito debatido pelos economistas da altura, e as suas implicações humanas estavam ao alcance de cada um.[12] É, alias, bem provável que Marx e Engels conhecessem *The Philosophy of Manufactures* (1835), de Andrew Ure, uma declaração de intenção (de guerra) que frisava como, além das vantagens quantitativas e técnicas, um dos benefícios "morais" da introdução da maquinaria residia na desqualificação do trabalhador, o que, por sua vez, era suposto induzir desânimo no trabalhador, levando ao abrandamento das greves. Todos sabemos o quão sangrentas foram as lutas das décadas sucessivas. Anos também notáveis pelas exposições universais (a primeira, em Londres em 1851, chamava-se *Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*) e pela aceleração dos ritmos de exploração e manipulação do existente, finalmente reduzido a recurso. O estudo da fisiologia humana e da rentabilidade dos organismos foram acompanhados pelos avanços da termodinâmica, do eletromagnetismo, da biologia, da psicologia e de outras tantas disciplinas. Se o corpo é uma máquina, a psique é o seu motor. Ambos devem ser analisados, seccionados, medidos e contabilizados.[13] Pondo os doutores de um lado e os industriais do outro, os engenheiros também começaram a estudar os movimentos e as suas coordenações na execução das tarefas, usando a cronometragem como critério para o estabelecimento dos standards de eficiência laboral. Os salários passaram a ser proporcionais à produtividade cronométrica. Estes métodos, segundo o seu mais celebre teórico, Frederick Taylor (*The Principles of Scientific Management*, 1919), conduziriam ao aumento dos rendimentos e dos salários, e daí ao minguar da conflitualidade social. Inspirado pelo taylorismo, o industrial Henry Ford, em 1913, com a cadeia de montagem, põe definitivamente os humanos sob a dependência das máquinas, que naquele momento passaram a ditar o ritmo das actividades produtivas. Também no contexto russo, o "amerikanismus" era visto com admiração e imitado, mas seguiremos um desvio que nos levará até à Rússia noutra ocasião.

Na primeira metade do século XX, a "tecnocracia", ou "gestão técnica da sociedade", descrita por Saint-Simon há cerca de cento e cinquenta anos, encontrava-se já em pleno funcionamento, mas dava frutos inesperados: duas Guerras Mundiais. Pensando nelas, somos atraídos por outro possível cruzamento na labiríntica origem do **H+**: a obra do Ernst Jünger (1895-1998). Alemão de família burguesa e protestante, depois de se alistar voluntariamente, ainda menor de idade, na legião estrangeira francesa e sucessivamente no exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial, defendeu que a guerra, além de ser inevitável, tem um valor positivo. Para ele, a guerra não seria uma distorção mas antes o cumprimento da vocação da técnica, com o trabalhador-soldado da "mobilização total" industrializada como marca da nossa época. A sua apologia do estatuto epocal da técnica e do modo como esta começava a reconfigurar a velha ordem europeia, levou-o a intuir, pouco depois da Segunda Guerra Mundial, que a progressiva conquista do mundo pela técnica corresponde logicamente à progressiva tecnicização do próprio conquistador: quando o mundo for uma paisagem tecnológica exclusiva sem alteridade, nada mais sobrará para o ser humano porque o ser humano ter-se-á, então, transformado noutra "coisa". A imagem da técnica por ele esboçada, conjuntamente com alguns elementos do pensamento do Oswald Spengler (1880-1936), influenciarão o filósofo colaborador do nazismo Martin Heidegger (1889-1976). Deste contexto cultural surge uma imagem da ciência natural moderna como estando ao serviço de um "*a priori* tecnológico". A ciência moderna, também quando se encontra aparentemente livre de compromissos utilitários, estaria numa relação de dependência face à técnica, reduzindo-se o conhecimento à acessibilidade do mundo, à manipulação experimental e ao controle prático. A racionalidade instrumental da ciência responderia à insaciável vontade de poder, uma fatal vontade de vontade sem término,



inscrita na técnica. Em paralelo com o surgir desta visão, quer as "ciências duras", quer as ciências humanas e sociais, acabaram por ser devidamente contratadas e harmoniosamente orquestras pelos exércitos, pela administração pública e pela indústria.[14] As "variáveis sociais" serão sujeitadas pela racionalidade do sistema produtivo industrial, num regime que muitos autores descreveram como totalitário.[15] O complexo militar-industrial-cientifico-administrativo-financeiro reforça os seus laços.[16] É notório que os imperativos trazidos pelo esforço bélico continuarão a agir durante a Guerra Fria, com a sua corrida aos armamentos tecnocientíficos e a sua série ininterrupta de guerras civis, apoiadas, fomentadas e manipuladas em toda a parte pelos dois grandes blocos imperiais, o soviético e o das democracias liberais.[17]

Reparem como ainda hoje, na vulgar filosofia da ciência do empirismo lógico,[18] muito influente nos EUA assim como na Europa, os testes de cientificidade se sobrepõem às exigências de relevância técnica: considere-se a tese da simetria lógica entre a explicação científica e o sucesso preditivo; ou a exigência de quantificação, que envolve a posse de laboratórios e modelos matemáticos tanto sofisticados quanto caros. Segundo uma metáfora bastante comum, "uma teoria científica é um instrumento para prever os fenómenos"; ou, noutra versão, "uma teoria é uma ferramenta que produz outras ferramentas". A aplicabilidade de uma teoria e os seus impactos práticos são parte valente dos critérios de avaliação no financiamento da investigação cientifica, tanto público quanto privado.

A falta de acesso da maior parte das comunidades humanas à "objectividade" tecnocientífica, por razões tanto económicas quanto culturais, tem sido um aliado na subordinação política dos países "sub-desenvolvidos", levando a práticas de colonialismo científico como a expropriação dos saberes tradicionais por parte das multinacionais da agro-indústria, a "bio-pirataria" denunciada pela cientista-ativista Vandana Shiva.

Estes critérios, em larga medida extra-científicos, a saber, social e politicamente guiados, tendem a preferir um projecto a outro, uma teoria a outra, ou um artefacto a outro. A falta de acesso da maior parte das comunidades humanas à "objectividade" tecnocientífica, por razões tanto económicas quanto culturais, tem sido um aliado na subordinação política dos países "sub-desenvolvidos", levando a práticas de colonialismo científico como a expropriação dos saberes tradicionais por parte das multinacionais da agro-indústria, a "bio-pirataria" denunciada pela cientista-ativista Vandana Shiva.[19] Segundo Bruno Latour, o "positivismo estratégico" é uma maneira de fazer a guerra por outros meios, ou seja, é a utilização da alegada neutralidade e objectividade da ciência como princípio de autoridade através do qual se escondem os verdadeiros interesses perseguidos.[20] Segundo este autor, deveríamos abrir os olhos perante a guerra em curso, para nos posicionarmos e começarmos a preparar o contra-ataque, sendo que de momento são os capitalistas os mais aguerridos e preparados.

De facto, o resultado concreto da retórica da ciência neoliberal no quadro da concorrência bélica e comercial internacional, ciência descrita como mentirosa e habilidosa por Vannevar Bush, o director do programa atómico dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, como "livre jogo de intelectos livres" motivados pela "curiosidade de sondar o desconhecido",[21] não é tão diferente daquilo a que se propunham os regimes comunistas ou fascistas, a saber, um conhecimento instrumental dirigido pelos valores, pretensamente transcendentes, das elites dominantes e tomado como próprio pelas classes subalternas. O imaginário do "sublime tecnológico" e a nova fé laica na ciência como panaceia de todos os males, apresentam-se como factores comuns de todas as ideologias de massa do século XX. A cultura moderna, fazendo eco das outras fases da civilização, apela de todos os lados para um "homem novo". Ora bem, importa lembrar que Hannah Arendt justamente escreveu, no seu livro clássico sobre o totalitarismo, que o que era mais espantoso nesses regimes não era tanto a sua tendência para o poder absoluto, como as suas ambições de transformar a natureza humana. Enxertando-se no tronco de sociedades religiosas e autoritárias, baseadas na opressão e na "estupidez artificial", o "pentágono do poder" nascido da coligação de política, potência energética, produtividade, publicidade e lucro, faz de toda a inovação um fortalecimento das dinâmicas totalitárias nelas pré-existentes.[22] Estas dinâmicas arrastam todo o existente numa mobilização frenética, usando como alavanca os arquétipos judaico-cristãos de dominação da natureza, por um lado, e o utilitarismo da optimização técnica e da eficiência das prestações, por outro. Consequentemente, hoje todos os indivíduos são levados a cooperar voluntariamente na exploração e na manipulação de si próprios, dos outros e do ambiente. Toda a gente é impingida a participar levianamente na espionagem generalizada através das redes sociais e dos dispositivos *smart*, garantindo à "mão visível"[23] do complexo científico-industrial-militar, ao abrigo da jurisdição estatal, as rédeas da cega corrida que se persevera a chamar de progresso. Isto tudo, estando-se criminosamente nas tintas para com os resultados do departamento de investigação do Banco Mundial, que, segundo o que é reportado pelo seu chefe, o economista Branko Milanovi, demonstram a falsidade das teses neoliberais acerca da suposta tendência espontânea para o nivelamento das desigualdades entre países, ou no interior de cada país. O que os dados mostram inequivocamente é que nos últimos quarenta anos a riqueza tem-se concentrado sempre mais, quer à escala de cada país, quer à escala planetária, com a maioria das pessoas a sofrer as consequências ecológicas e sociais da perpetuação da pilhagem e da opressão colonial.[24]

///NOTAS

1 Herbert Marcuse, *La dimensione estetica*, em *La dimensione estetica. Un'educazione politica tra rivolta e trascendenza*, Milano, Guerini e Associati, 2002, p. 48.

2 N. Bostrom, *A history of transhumanist thought*, «Journal of Evolution and Technology», Vol. 14, n.1, 2005 http://www.nickbostrom.com/papers/history.pdf

3 S. L. Sorgner, *Nietzsche, the Overhuman, and Tranhumanism*, «Journal of Evolution and Technology», Vol. 20, n.1, março 2009 – http://jetpress.org/v20/sorgner.htm

4 M. More, *The Overhuman in the Transhuman*, «Journal of Evolution and Technology», Vol. 21, n. 1 Ganeiro 2010 – http://jetpress.org/more.htm

5 R. Pernoud, *A Burguesia*, Mem Martins (Po), Publicações Europa-América, 1995, p. 113.

6 R. Bud - S. E. Cozzens (a cura di), *Invisible Connections: Instruments, Institutions and Science*, Bellingham (Wa), Spie Optical Engineering Press, 1992.

7 P. Musso, *Télécommunications et philosophie des réseaux: la postérité radicale de Saint-Simon*, Paris, PUF, 1997; Id., *La religion du monde industriel: analyse de la pensée de Saint-Simon*, Paris, Éditions de l'Aube, 2006.

8 . Breton, *L'utopie de la communication*, Paris, La Découverte, 1990; A. Mattelart, *Histoire de l'utopie planétaire: de la cité prophétique à la société globale*, Paris, La Découverte, 1999; J. Brockman, *Digerati: Encounters With the Cyber Elite*, San Francisco, Hardwired, 1996; F. Turner, *From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism*, Chicago, University of Chicago Press, 2006; C. Formenti, *Incantati dalla rete. Immaginari, utopie e conflitti nell'epoca di Internet*, Milano, Cortina, 2000.

9 R. Barbrook, A. Cameron, *The Californian Ideologogy*, em «Science as Culture» 6.1 (1996): 44-72.

10 Ippolita, *Nell'acquario di Facebook; La resistibile ascesa dell'anarco-capitalismo*, Ledizioni, Milano, 2012.

11 W. Morris, *As Artes Menores e outros ensaios*, Lisboa, Antigona, 2003.

12 M. Berg, *The Machinery Question and the Making of Political Economy : 1815-1848*, Cambridge University Press 2008.

13 A. Rabinbach,*The Human Motor; Energy, Fatigue, and the Origins of Modernity*, University of California Press, 1992.

14 L. Baritz, *The Servants of Power; A History of the Use of Social Science in American Industry*, Wesleyan University, 1960.

15 J. Ellul, *La technique ou l'enjeu du siècle*. Paris, Armand Colin, 1954; *Propagandes*, Paris, A. Colin, 1962; H. Marcuse, *One-dimensional Man; Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*, Boston, Beacon, 1964; G. Anders, *L'obsolescence d'homme: Sur l'âme à l'époque de la deuxième révolution industrielle*, Encyclopédie des nuisances, 2002 (1956).

16 D. Noble, *America by Design: Science, Technology and the Rise of Corporate Capitalism*, Oxford University Press, 1979.

17 R. Aron, *Dix-huit leçons sur la société industrielle*, Parigi, Gallimard, 1962.

18 G. A. Reisch, *How the Cold War Transformed Philosophy of Science: To the Icy Slopes of Logic*, Cambridge University Press, 2005.

19 V. Shiva, *Stolen Harvest: The Hijacking of the Global Food Supply*, Boston, South End Press, 2000.

20 B. Latour, *Telling Friends from Foes in the Time of the Anthropocene*, em C. Hamilton et al. (eds), *The Anthropocene and the Global Environmental Crisis; Rethinking modernity in a new epoch*, Routledge, New York, 2015.

21 V. Bush, *Science; The Endless Frontier*, United States Government Printing Office, Washington, 1945.

22 L. Mumford, The Myth of the Machine; *Technics and Human Development* (I Vol. 1967), *The Pentagon of Power* (II Vol. 1970)

23 A. D. Chandler, *The Visible Hand; The Managerial Revolution in American Business*, Belknap Press, 1977.

24 B. Milanovi, *Worlds Apart. Measuring International and Global Inequality*, Princeton/Oxford, 2005; *The Haves and the Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*, Basic Books, New York, 2010; *Global inequality: A New Approach for the Age of Globalization*, Harvard University Press, 2016.

Actualidade (crescente) de Thoreau

Sobre Henry David Thoreau, pedimos a Júlio Henriques uma breve notícia do encontro «Resistência Civil – Acordo com a Natureza», inserido na celebração do seu bicentenário. Jorge Leandro Rosa deixou-nos ainda o seu testemunho sobre este escritor cuja importância para viver esse (de) acordo com a Natureza e a Liberdade é sempre actual.

JÚLIO HENRIQUES

Por iniciativa do Grupo de Estudos Americanos do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa (CEAUL), numa parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal, realizou-se nesta instituição, no dia 10 de Abril, a primeira parte do encontro intitulado «Resistência Civil – Acordo com a Natureza», por ocasião do bicentenário de Henry David Thoreau (1817-1862). A segunda parte terá lugar, também no Auditório da BNP, no dia 26 de Abril (o programa pode ser consultado na Internet).

Antecedeu as palestras uma visita guiada à exposição bibliográfica patente na Sala de Referência da Biblioteca Nacional até 6 de Maio, oportunidade em que Rute Beirante e Diana V. Almeida, do CEAUL, comentaram a bibliografia de Thoreau em português, ainda limitada mas que tem vindo a crescer nos últimos anos, ecos dos seus escritos em escritores portugueses do século XX, bem como a influência que a sua obra tem ultimamente exercido em Portugal na literatura, no ensaio, na música, na fotografia e no cinema. Faz aliás parte da exposição uma selecção do recente e admirável trabalho fotográfico que Rúben Neves dedicou a *Walden*.

Na abertura das palestras, coube a Margarida Vale de Gato, membro do CEAUL e uma das organizadoras, a apresentação geral de Thoreau, sublinhando a importância da sua redescoberta no mundo actual. Maria Antónia Lima, da Universidade de Évora, apresentou o filme *Estrada de Palha* (2012), de Rodrigo Areias, directamente inspirado em Thoreau e que inclui citações dos seus escritos. E o redactor destas linhas lembrou a importância da relação estabelecida por Thoreau com as culturas indígenas americanas.

No substancial segundo painel, «Thoreau entre nós», moderado por Edgardo Medeiros da Silva, também do CEAUL e co-organizador, participaram quatro intervenientes. Alda Rodrigues, tradutora de uma nova edição de *Walden,* abordou com muita sensibilidade, a partir do seu trabalho, a complexa congruência deste livro. António Cândido Franco, situando historicamente a obra de Thoreau, lembrou a sua anterioridade à eclosão e disseminação das ideias anarquistas, que posteriormente a irão incorporando, embora lentamente, em particular a partir do texto *A Desobediência Civil,* de 1848. Jorge Leandro Rosa começou por felicitar os organizadores (e os presentes) pela fértil ideia de se comemorar Thoreau, fazendo uma veemente defesa da obra do grande dissidente como espólio essencial para a crítica do industrialismo e da tecnociência, e frisando que Thoreau deve ser encarado como um autor para o século XXI. José Carlos Marques, um dos grandes iniciadores, nos anos 70, do movimento ecologista em Portugal e desde então extraordinariamente activo, historiou a inspiradora presença dos escritos de Thoreau nessa nova corrente de ideias e práticas, e os modos, directos e indirectos, como foi chegando até nós. No entanto (como também referiu António Cândido), José Carlos Marques frisou que a recepção do autor de *Walden* tem sido em Portugal relativamente limitada, inclusive nos meios libertários. Com efeito, como já fora salientado na inicial visita guiada à exposição bibliográfica, é notório que os livros de Thoreau têm levado imenso tempo a ser editados em Portugal. É claro que entre nós também tem sido lido no original e noutras línguas, mas esta questão não deixa de ser reveladora de como o radical questionamento do progresso material encetado por Thoreau continua a ser pouco «popular» na sociedade portuguesa.

As abordagens aqui sucintamente mencionadas à obra deste expoente do mais fecundo e original pensamento norte-americano suscitaram um debate que só não pôde prolongar-se por haver horários a cumprir na Biblioteca Nacional. Foi perceptível que Thoreau não só continua a ser um autor extremamente inspirador, mas também que a importância da sua precursora visão se tem tornado, com o sempre destruidor desenvolvimento do capitalismo, um fundamental instrumento de resistência espiritual com grandes implicações práticas.

Da nota de apresentação que redigi para a 1.ª edição portuguesa de *Walden* (Antígona, 1999), permito-me respigar o seguinte: «A beleza deslumbrante, a imponência e a diversidade da natureza nas Américas suscitaram ao longo da colonização europeia algumas singulares inspirações, manifestando-se estas, declaradamente, contra o modelo europeu de apropriação-destruição da terra e dos seres que dela eram parte integrante. Thoreau constitui um expoente dessas vozes singulares e não é por acaso que a sua obra fala muito mais ao nosso tempo do que falou ao seu: aquilo que então se iniciava (a revolução industrial) pôde entretanto dar sobejas provas da guerra que trazia no bojo, e evidenciar contra quem essa guerra era movida. Nos Estados Unidos, Thoreau apreendeu, no dealbar do industrialismo gigantesco e na intensiva exploração agrícola assente na escravatura, o carácter devastador desse transplante da civilização europeia, que ferozmente endeusa os bens materiais e reduz o espírito a uma ninharia.»

Thoreau não é para nós um autor «arqueológico». O que formulou no seu tempo, contra o seu tempo, continua a ser uma valiosíssima fonte de conhecimento para lidarmos com o nosso, que se tornou devorador como um Saturno demencial.

Como lembro Thoreau

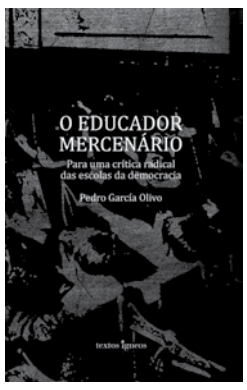
«Sob um governo que prende alguém injustamente, o verdadeiro lugar do homem justo é também a prisão». Conheço, desde a minha adolescência, esta passagem d'*A Desobediência Civil* de Thoreau. Ainda não tinha lido o opúsculo editado em 1849, e a frase já ressoava em mim, lida provavelmente em alguma biografia de Gandhi, profundo admirador de Thoreau, ou em algum texto sobre a não-violência activa. Pouco depois, comecei a lê-lo directamente e cheguei mesmo a vender, em contexto do activismo pela objecção de consciência, muitos exemplares da velha edição d'*A Desobediência Civil* publicada pela Estúdios Cor. Assim, quando cheguei ao Thoreau que encena em Walden e em muitos outros textos a sua rejeição da sociedade industrial, e que viria também a ser tão importante para a formulação das minhas ideias políticas, eu vinha já marcado pelo anarquismo ético que lhe era próprio, pelo que ambas as dimensões do seu pensamento me pareceram sempre interdependentes.

Em certa medida, a minha situação era, 130 anos depois, simétrica à de Thoreau: recordo que este, em pleno contexto da guerra contra o México e da anexação do Texas, facto que veio expandir a economia esclavagista do sul dos Estados Unidos, recusa pagar um imposto, pelo que é detido durante um dia, até que, contra a sua vontade, alguém liquida a soma em dívida, o que leva à sua libertação. No meu caso, estávamos nos anos em que, existindo ainda serviço militar obrigatório, muitos objectores reivindicavam um estatuto orientado para as alternativas ao militarismo e à preparação para a guerra. Foi também o período em que o primeiro estatuto, por nós muito contestado, instituiu julgamentos em que a «consciência» dos pacifistas e não-violentos era grotescamente avaliada, uma tentativa de dissuadir a politização da objecção de consciência. Lembro-me de assistir aos primeiros julgamentos de companheiros, protestando em pleno tribunal de Lisboa, o que frequentemente provocava a desorientação e uma certa ira em alguns juízes. Reivindicávamos um serviço civil alternativo, totalmente distanciado da instituição militar e vocacionado para a dissidência face ao modo de vida marcado pelo salariato e pela economia monetária. Estávamos preparados para, caso a auto-organização não fosse admitida, irmos para a prisão. Lembro-me que aguardava com impaciência vir a ser convocado pelo tribunal, ocasião para exprimir publicamente a minha posição, pelo que me considerava pronto para todas as eventualidades. Mas o tempo foi passando e o estatuto de objector de consciência acabou por me ser atribuído administrativamente. Nesse dia, ter-me-ei sentido como Thoreau no dia da sua libertação. Creio, no entanto, que ele nunca veio a desmentir as convicções que o levaram efemeramente à prisão. Eu gostaria de um dia poder vir a pensar algo de semelhante sobre o meu percurso nesta sociedade desde aí.»

JORGE LEANDRO ROSA

Contra a escola! Contra os professores!

O Educador Mercenário, livro recentemente editado pela ***Textos Ígneos*** e traduzido para português por Paulo Marques, professor da Faculdade de Educação da UFPel e coordenador do Grupo de Pesquisa Educação Libertária e Anarquista, recolhe e desenvolve, em modo de entrevista, as teses de Pedro García Olivo contra a escola e a sua figura de proa, o professor dito «mercenário». Pedro García Olivo já se tinha apresentado por cá aquando da sua passagem pela Feira do Livro Anarquista em 2010 e pela Mostra de Edições Subversivas em 2015. Entretanto, foram publicados *Desesperar* [*Textos Subterrâneos*, 2014] e *O Irresponsável* [*Textos Ígneos*, 2016], sendo este último o livro que dá início ao percurso do autor na sua crítica à escola e onde este começa por se definir como um antipedagogo. Nesse sentido, em *O Educador Mercenário* expõe claramente as suas teses antipedagogas como crítica voraz ao processo homogeneizador da escola, peça fundamental para a formatação de indivíduos acríticos, dóceis e facilmente manipuláveis. Na contracapa desta nova edição podemos ler: «*Como um déspota ilustrado, apetrechado de conhecimentos 'especializados' e de normas científicas, o educador moderno, sucedâneo da divindade, entregar-se-ia a um empreendimento 'redentor', 'salvífico', quase estritamente religioso...Porém, na verdade, nada, absolutamente nada, nem os estudos, nem as aulas, nem a formação 'científica', nem os títulos 'académicos', autorizam um homem (lamentável funcionário, muitas das vezes) a elevar-se tão 'acima' dos outros e a decretar, desde essas alturas, que tipo de "sujeito" a humanidade necessita para 'progredir' ou para curar as suas feridas.*



O Educador Mercenário
Pedro García Olivo
Textos Ígneos

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 16
Abril-Junho 2017

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98
Morada da redacção: Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz · gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:

M.Lima*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, Inês Rodrigues*, Granado da Silva*, Sandra Coelho*, José Carvalho*, Huma*, Finja Delz, X. Espada, J. Martins, κοινωνία, Jorge Valadas, Miguel Crespo, Zita Moura, Laura Marques, Catarina Leal, Ricardo Ventura, PM, João Vinagre, Rita Alves, Francisco Colaço Pedro, Eduardo Sousa, Jorge Leandro Rosa, Irene Loureiro, Beatriz Bagulho, Julio Henriques, Daniel Melim, Francesco Vacchiano.

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

APOIA A INFORMAÇÃO ALTERNATIVA

Guilhotina.info – twitter e facebook/guilhotina.info
Indymedia Portugal – pt.indymedia.org
Jornal Mapa – em papel ou em jornalmapa.pt
Portal Anarquista – colectivolibertarioevora.wordpress.com

Segue-nos em #altpt

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 16
ABRIL- JUNHO 2017
3000 EXEMPLARES

A serra é nossa!

Escola comunitária e manual pedagógico sobre os montes e baldios

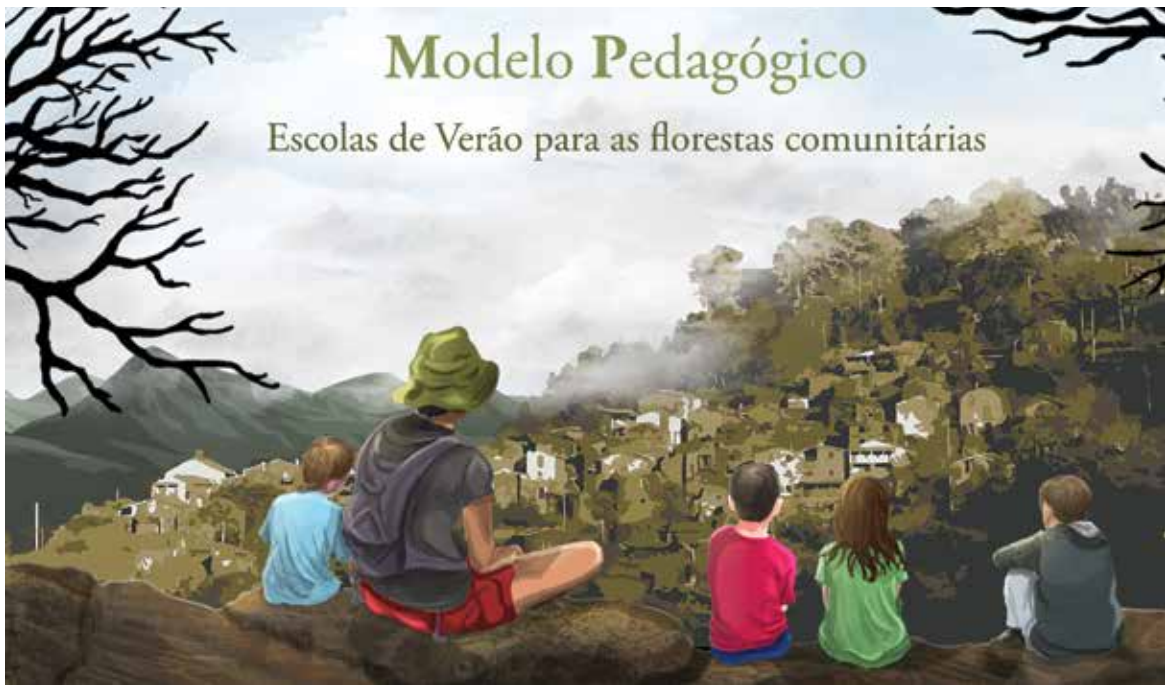


Imagem do interior do livro «Governação Comunitária de Florestas para Crianças - Kit Pedagógico

M.LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

"São os montes que os nossos antepassados nos deixaram. São de todos e não são de ninguém"

A resistência dos terrenos baldios vive dias difíceis. Aquele que era o modelo de vida ancestral – território familiar e aldeão, zonas de caça e recolecção – tem sobrevivido com dificuldade e muitas adaptações até aos dias de hoje. Em traços gerais, pode-se observar que, com o aparecimento da propriedade privada e da agricultura sedentária, os melhores terrenos comuns do território nacional vão sendo entregues, primeiro aos senhores da terra feudais, à monarquia e ao clero e mais tarde liberalizados e vendidos aos novos senhores da terra, privados. A maior parte dos baldios vai progressivamente desaparecendo, até à altura do Estado Novo, em que os baldios são drasticamente reduzidos, passando para a tutela dos Serviços Florestais e para a florestação intensiva, apesar da resistência das populações serranas, por vezes de armas em punho na defesa dos seus terrenos de pasto e cultivo. No pós-25 de Abril, alguns baldios foram restituídos às populações locais e foi escrita a lei dos baldios, definindo uma série de direitos e deveres para gerir e preservar essas terras de propriedade comum, onde se pode ler "*a entrega dos terrenos baldios às comunidades que deles foram desapossadas pelo Estado fascista corresponde a uma reivindicação antiga e constante dos povos*"[1]. Mas tal reivindicação nunca foi plenamente atendida, nem o consequente usufruto dos recursos comuns. Na actualidade, a maior parte dos baldios são geridos pelo Estado e correspondem a pouco mais do que zonas florestais para a indústria da madeira.

Em Portugal existem agora cerca de 1441 baldios, mas são poucos os baldios como os de Vilarinho, no município da Lousã, um exemplo de resistência e uma demonstração do potencial que a gestão colectiva tem para oferecer às populações locais. Naquela floresta comunitária, tenta-se ver o bem comum como a finalidade da gestão, em vez do mero lucro à conta da exploração de madeira. E a resolução dos dilemas e obstáculos que aparecem na discussão e acção colectiva são tidos como essenciais para gerir os recursos em comum.

"*A defesa dos bens comuns adquire um carácter de luta quotidiana associada à construção colectiva de algo que vale a pena ser defendido*". Esta frase pode ser lida no interior do livro recentemente lançado "Governação Comunitária de Florestas para Crianças - Kit Pedagógico"[2], um documento disponível no site do Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, e será talvez a resposta do lado de quem defende a gestão comunitária, face à estreita mercantilização da floresta tão presente na recente Reforma do Sector Florestal.

Em entrevista ao jornal MAPA (nº 10, Julho de 2015), Rita Serra, uma das autoras deste manual, explica o conceito com que até então têm vindo a trabalhar em Vilarinhos: "*a floresta comunitária como um espaço para a existência de práticas sociais potencialmente formadoras de comunidades humanas que procurem contribuir para o bem comum*". E é como ferramenta para a capacitação das comunidades que aí surge, também, a iniciativa Escolas de Verão para mini-compartes, dirigida aos moradores do concelho da Lousã. Uma iniciativa inserida no Comunix, projecto de financiamento europeu que resulta da parceria entre o CES, a Cooperativa Cultural Trespés da Galiza e uma instituição de propriedade colectiva em Itália, a Partecipanza Agraria di Nonantola. Tanto nos baldios de Vilarinho, como nos baldios Mancomunidade de Montes Veciñais en Man Común, em Pontevedra (Galiza), vão acontecer estas Escolas Comunitárias para jovens entre 15 e 30 anos, baseadas numa aprendizagem não formal "*que visa sensibilizar os jovens para a forma como o seu território é governado e para trocar experiências sobre a gestão dos recursos comuns das suas terras*".

O trabalho urgente a ser feito não se resume a um campo de verão, educando para a defesa das serras e das espécies autóctones, mas é também e sobretudo o recuperar de uma cultura de gestão comunitária, (...)

O trabalho urgente a ser feito não se resume a um campo de verão, educando para a defesa das serras e das espécies autóctones, mas é também e sobretudo o recuperar de uma cultura de gestão comunitária, cultura essa que foi a dos nossos antepassados e que talvez se possa resgatar como uma memória viva.

/// NOTAS
1 http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/?q=Historia
2 http://ces.uc.pt/temp/scram/KitPedagogicoSCRAM.pdf

MAPA BORRADO

O PLANO PARA MICRO-CHIPAR A HUMANIDADE...
MMMMMMMHHH
... E DE COMO ESTA CONVERSA JÁ ME ESTÁ A DAR SECA!!!
AINDA ONTEM ERA UMA CONSPIRAÇÃO DISTÓPICA E LONGÍNQUA...
... HOJE, O IMPLANTE DE MICRO-CHIP É UMA DISCUSSÃO BANAL ENTRE O PIERCING E O TELEMÓVEL.
A TECNOLOGIA JÁ EXISTIA MAS AS TECHIES E AS START-UPS DERAM-LHE MOMENTUM
E SERVE-ME PARA QUÊ EXACTAMENTE?
MMMM
ABRE PORTAS, COMPRA SMUTIS, TEM BLUTUTE E WIFI.. CRIA CYBORGS..
SALTAMOS DOS DADOS BIOMÉTRICOS DIRECTAMENTE PARA O CHIP NO CU..
NÃO É NO CÚ. É ENTRE O INDICADOR E O POLEGAR.
RELAÇÕES DE PODER TÊM UM DOMÍNIO IMEDIATO SOBRE O CORPO.. MMMMMMMMMM...
OI!...CALMINHA!! ONDE É QUE VAIS COM ESSA MERDA???
ATÉ PARECE QUE NÃO ANDAS COM O TELEMÓVEL E O CARTÃO DE CRÉDITO SEMPRE ATRÁS?
A VIGILÂNCIA É AGORA PERMANENTE NÃO SÓ NOS SEUS EFEITOS COMO NA SUA ACTIVIDADE..
ACHO QUE NÃO ESTOU PREPARADA PARA ESTAS AVENTURAS DE FICÇÃO CIENTÍFICA..
PORQUE NÃO SIMPLIFICAR?
MMMMMMMMM... É RAZOÁVEL FICAR PARANÓICO...
JOSÉ SMITH VARGAS